fernanda keiko ikuta

a questão da moradia

para além de quatro paredes:

uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em presidente prudente / sp

presidente prudente
2003

FERNANDA KEIKO IKUTA

A QUESTÃO DA MORADIA PARA ALÉM DE QUATRO PAREDES:

UMA REFLEXÃO SOBRE A FRAGMENTAÇÃO DOS MOMENTOS SOCIAIS DA PRODUÇÃO E DA REPRODUÇÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: **Antonio Thomaz Júnior**

Presidente Prudente

2003

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

Ikuta, Fernanda Keiko.
I28q A Questão da moradia *para além de quatro paredes* : uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP / Fernanda Keiko Ikuta. – Presidente Prudente : [s.n.], 2003
163 f. : il. + mapas

Dissertação (mestrado). - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antonio Thomaz Júnior

1. Geografia do trabalho. 2. Fragmentação da práxis social. 3. Esfera da produção.4. Esfera da re-produção. 5. Associação de moradores – Presidente Prudente (SP) 6. Sindicatos dos trabalhadores – Presidente Prudente (SP) I. Ikuta, Fernanda Keiko.. II. Título.
CDD (18.ed.) 910.1

Ao meu companheiro Jordi e,

à minha companheirinha Marina,

que são meu sol, minha alegria, meu motorzinho,

que me fazem melhor

AGRADECIMENTOS

Nosso muito obrigada a todos que contribuíram e apoiaram de perto à construção deste trabalho, dentro e fora das paredes fcteanas:

Ao Prof. Antonio Thomaz Júnior, grande mestre, amigo, lutador.

Ao Prof. Everaldo Santos Melazzo, pela iniciação à pesquisa, ao estudo.

Aos Profs. Jayro Gonçalves Mello, Raul Borges Guimarães e Ruy Moreira pelas valiosas contribuições dadas no exame de qualificação e na defesa pública desta dissertação.

Aos presidentes das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores pelas entrevistas.

Aos moradores das áreas de estudo, pelo exemplo de resistência.

À FAPESP, pelo apoio financeiro à realização desta pesquisa.

Ao grande tio Luis, professor maior, quem primeiro me chamou à atenção para o descobrir e para o questionar. Por sua voz e violão. Pelas noites de estudo para o vestibular. Pelos papos madrugadas à fora, dos quais nasceu o incentivo à Geografia.

A Er, ao Kizi e ao Caio, porque nós nos adotamos, nos acompanhamos e nos queremos.

Às amigas e amigos, às grandes figuras de sala de aula, de trabalho de campo, de "divã", de festas, de bares, de sonhos: Valéria, Fabrício, Rose, Leide, Ivonete, María Pirucha, Sônia, Divino, Cris, Alexandre, Marquiana, Marcelino, Gil, Guilherme, Jones, Silvinha, Fábio, Ana Maria, Júlio, Renata, casal Carvalhal, Marcelo Chelotti, Mada Mada, Denis, Eloiza, Shirley, Vivian, ao casal n. 1 Lirian e Willian, Flávia, Oscar, Lúcia Elena, Gabiru, Adriano da Silva, Eduardo, Ana Cecília, Celbo, Timóteo, Sandrão, Ivanete, Jaque, Lucilene, Evandro Sanches, Duas Unhas.

Aos amigos maringaenses Lídia, Cnstian, Thiago, Eulália, Chico, Gabriela, Victor, Léo, Andréia, Evely, Solange, Ana Paula e Juliano.

Ao Jordi, compañero de los compañeros, leitor e contribuidor assíduo deste e de tantos outros trabalhos.

À Marininha, que nos convida à (re)descobrir o mundo.

À Soquito e Vicen, por acreditarem e apoiarem sempre "sus hijos".

Ao paizão Mitsuo, pelo incentivo, de toda a vida, para que estudar estivesse em primeiro plano. Pelo apoio incondicional à vida de estudante.

À minha mãe Cida, pelo amor dedicado.

À minha irmã Fran, pelo exemplo da vontade de viver e conhecer que leva dentro.

À minha irmã Fabricinha, por nossa amizade tão bonita.

À minha irmã Flávia, que de companheira de curso, tornou-se também companheira de vida.

A todos que compartilharam, contribuíram e colocaram seu tijolinho neste trabalho.

Obrigada, obrigada, obrigada!

RESUMO

Ampliar a discussão da questão da moradia para além de quatro paredes é o objetivo deste trabalho e o ponto de partida para refletir sobre a fragmentação da práxis social. O pressuposto é que a questão da moradia, enquanto âmbito da esfera/momento da re-produção, deve ser entendida de maneira imbricada com a esfera/momento da produção. A divisão social e técnica do trabalho que dicotomiza o viver/morar e o trabalhar exige esta imbricação teórico-metodológica que enfrentamos através do estudo das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente. A práxis fragmentada que apreendemos destas entidades é entendida como resultante da sociabilidade do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho. A necessidade dos trabalhadores de reapropriarem-se da totalidade das condições sociais de existência (e não só das condições de moradia em si) requer que unifiquem organicamente a luta para além de quatro paredes com a luta para além do chão da fábrica e, sobretudo, requer orientar estas lutas para além do capital.

PALAVRAS-CHAVE: questão da moradia; fragmentação da práxis social; esfera da produção; esfera da re-produção; associações de moradores; sindicatos dos trabalhadores

RESUMEN

Ampliar la discusión de la cuestión de la vivienda más allá de las cuatro paredes es el objetivo de este trabajo y el punto de partida para reflexionar sobre la fragmentación de la práxis social. La hipótesis inicial es que la cuestón de la vivienda, como ámbito de la esfera/momento de la reproducción, debe ser entendida de manera imbricada con la esfera/momento de la producción. La división social y técnica del trabajo que dicotomiza el vivir/habitar y el trabajar exige esta imbricación teórico-metodológica que enfrentamos a través del estudio de las Asociaciones de Vecinos y de los Sindicatos de Trabajadores de Presidente Prudente (Estado de São Paulo-Brasil). La práxis fragmentada que aprehendemos de estas entidades se entiende como resultante de la sociabilidad del capital que afecta y divide la vida dentro y fuera del trabajo. La necesidad de los trabajadores de reapropriarse de la totalidad de las condiciones sociales de existencia (y no sólo de las condiciones de habitación en si) requiere la unificación orgánica de la lucha más allá de las cuatro paredes con la lucha más allá del espacio de la fábrica y, sobretodo, requiere orientar esas luchas más allá del capital.

PALABRAS CLAVE: cuestión de la vivienda; fragmentación de la práxis social; esfera de la producción; esfera de la reproducción; asociaciones de vecinos; sindicatos de trabajadores

LISTA DE FIGURAS

1. Presidente Prudente - Territorialidade resultante do conflito entre Pref. Mun. de Pres. Prudente e o Movimento Popular de Moradia..... 28

2. Presidente Prudente - Políticas públicas de "desfavelamento" e setores de exclusão/inclusão social – 2001..... 42

3. Presidente Prudente – Associações de Moradores e setores de exclusão/inclusão social – 2001..... 56

LISTA DE QUADROS

1 – Atividades ocupacionais dos chefes de família (Presidente Prudente)..... 36

2 - Faixa salarial familiar (Presidente Prudente)..... 39

3 - Déficit Habitacional (Brasil)..... 117

4 - Condições Gerais da Moradia no Brasil e no Mundo..... 117

5 – Condições Gerais do Trabalho no Brasil e no Mundo..... 118

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS..... 8
LISTA DE QUADROS..... 9

INTRODUÇÃO..... 11

Capítulo 1 – O MORAR E O TRABALHAR EM PRESIDENTE PRUDENTE PARA ALÉM DAS FRAGMENTAÇÕES..... 20
1.1 O ser social uno e a superposição sócio-territorial das precariedades nas condições sociais de existência em Presidente Prudente..... 21
1.1.1 Condições de moradia e urbanidade..... 24
1.1.2 Condições e relações de trabalho..... 34
1.1.3 A superposição sócio-territorial do conjunto das precariedades..... 39
1.2 As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente: um exercício para pensar a fragmentação do ser social. 52
1.2.1 As Associações de Moradores de Presidente Prudente: uma práxis "emparedada"..... 54
1.2.2 A fragmentação territorial e as perspectivas econômico-corporativas dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente..... 63

Capítulo 2 – TRABALHO E MORADIA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS NA ESTRUTURA SOCIETAL..... 72
2.1 Introduzindo o contexto em que o ser social se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza..... 76
2.2 Reestruturação produtiva do capital e crise do sindicalismo no Brasil: a nova ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora..... 80
2.3 A classe e suas representações dentro e fora do trabalho através dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Associações de Moradores..... 86

Capítulo 3 – UNIFICANDO O CARACOL E SUA CONCHA: ELEMENTOS PARA REPENSAR A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO..... 102
3.1 A questão da moradia em foco..... 105
3.2 A questão da moradia e a re-produção das relações de produção..... 111
3.3 A questão da moradia a partir das novas exigências do capital: os efeitos das metamorfoses sociais na cidade..... 116
3.4 As experiências do espaço da vida cotidiana e suas expressões no mundo do trabalho: novos referenciais para a mobilização social?..... 130

CAPÍTULO 4 - (CONSIDERAÇÕES FINAIS) UNIFICAÇÃO ORGÂNICA PARA REAPROPRIAÇÃO DA TOTALIDADE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EXISTÊNCIA..... 142

REFERÊNCIAS..... 153

introdução

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergue outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os césares?
A decantada Bizâncio só tinha palácios
Para seus habitantes?
Mesmo na legendária Atlântida,
Na noite em que o mar a engoliu,
os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses.
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a guerra dos Sete Anos.
Quem venceu, além dele?
Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava suas despesas?
Tantos relatos.
Tantas perguntas.

(Bertold Brecht)

INTRODUÇÃO

As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente com suas territorialidades geo-grafadas pelas transformações societais atuais, são aqui objeto da nossa investigação, expresso num conjunto de exercícios que nos propicia refletir sobre a fragmentação da práxis social na sociedade capitalista.

Fragmentação que deve ser pensada ontologicamente, cujo fio condutor por nós adotado será a discussão da fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução, expressa na práxis fetichizada[1] das entidades comunitárias e sindicais sobre o território[2].

[1] Cf. KOSIK, 1976.

[2] Na verdade, o bojo desta discussão pode e deve ser estendida para uma reflexão dos Movimentos Sociais como um todo, pois, é sabido que, de um lado, movimentos de gênero, ecológicos, étnicos, etc., são identificados e externalizam suas reivindicações como pertencentes unicamente à esfera da reprodução e, do outro lado, o movimento operário e sindical é identificado e tem sua atuação delimitada na esfera da produção. A separação unilateral destas esferas consoante à práxis desses movimentos os fragiliza e distancia a possibilidade de uma unificação orgânica (THOMAZ JÚNIOR, 1992) capaz de ser contra-hegemônica.

Assim, tendo em vista a questão da moradia, somos remetidos a pensar a dicotomização do viver/morar e trabalhar. Dicotomização esta, que é fundada na divisão social e técnica do trabalho e nos exige, então, a necessidade teórico-metodológica de uma imbricação entre os momentos sociais da produção e da reprodução, materializada na interlocução entre a questão da moradia e o mundo do trabalho para a construção de uma reflexão que possa ir além da unilateralidade que predomina tanto na prática como no discurso/análise destas questões.

Isto é, a questão da moradia e o mundo do trabalho se imbricam metodologicamente e são pensados no contexto das metamorfoses hodiernas, engendradas pelo sistema de metabolismo social do capital [3], para manutenção do status quo do controle social.

Partimos do pressuposto de que é impossível pensar a questão da moradia sem discutir, imbricadamente, as relações sociais de produção. O morar, como uma das funções reprodutivas sociais, não deixa de estar subordinado aos imperativos da expansão do capital. É neste sentido, que nos remetemos ao processo de apropriação capitalista da práxis social, que implica a constituição de um "modo de ser", capitalista, que extrapola as relações de trabalho e inscreve-se na vida do ser social. As metamorfoses hodiernas no processo de acumulação do capital conformam novas formas de objetivação e subjetivação, novas representações dos seres sociais em todas as suas dimensões, tanto dentro como fora do trabalho.

Diante da nova ofensiva do capital para recuperar sua hegemonia perante a crise estrutural vivida, podemos supor que somente a práxis sindical é afetada, vivenciando um momento de crise, de intensificação da captura da sua subjetividade e incorporação da racionalidade capitalista. Todavia, partimos do pressuposto que vivenciamos uma crise política da classe, ou seja, uma crise da práxis política da classe trabalhadora. Assim, se o que está em jogo é uma questão

[3] Encontramos esta discussão em Para além do capital de István Mészáros, mas os apontamentos iniciais foram obtidos através de ANTUNES (2000) que baseado nesta obra de MÉSZÁROS (edição de 1995, em inglês, da Merlin Press) desenvolve a discussão sobre o sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. O sistema de metabolismo social do capital teria nascido "como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital'" (p. 19). No item 2.1 do capítulo 2, retomaremos esta discussão.

de classe, toda a práxis social está igualmente envolvida, sendo que isto não deixa de incluir e abranger os conflitos do âmbito da esfera da reprodução, como a luta por moradia.

Isto porque a nova ofensiva do capital tem a ver exatamente com a sua expansão enquanto relação social para todos os âmbitos e não mais apenas para a produção. Seu alvo vai além das relações de produção, se amplia, assim, para além do mundo fabril, busca o controle social para recuperar sua hegemonia e manter o status quo. É a submissão de todas as relações sociais à lógica mercantil, ao imperativo da expansão do capital através de uma nova investida na subjetividade do trabalhador que tem como conseqüência maior, justamente, a sua fragmentação enquanto classe. A debilidade e falta de perspectiva de classe é sentida na prática organizativa tanto dos movimentos diretamente ligados à produção, como o sindical, quanto nos movimentos e/ou entidades identificados na esfera da reprodução, como os movimentos por moradia, de gênero, ecológicos, ou mesmo, das entidades comunitárias, particularmente as associações de moradores.

O objetivo maior de pensar a fragmentação da práxis social nos remete ainda à necessidade de se pensar a imbricação dessas lutas para um caminhar no sentido da superação do imediatismo, da atomização e da institucionalização. Isto é, uma luta contra-hegemônica, uma luta que objetive colocar-se para além do capital, e que seja então, unificada organicamente. Desta maneira, tal reflexão não se limitaria ao exemplo a ser trabalhado, ou seja, a necessidade de busca de unificação não é somente das dimensões citadas (moradia e trabalho), ao contrário, a discussão pode levar a um (re)pensar das práticas e das teorias de todos os movimentos sociais, ou ainda, da sociedade fragmentada (composta de indivíduos ensimesmados, distantes da perspectiva coletiva de organização) porque fetichizada pela lógica do metabolismo societário do capital em que vivemos.

Assim, vale ressaltar, que trabalharemos aqui um exemplo, dentre muitos, de fragmentação da práxis social (moradia e trabalho através das associações de moradores e dos sindicatos dos trabalhadores), que tem como

pressuposto a separação forçada, e por isso artificial, entre as duas dimensões do ciclo do capital (esfera, ou momento da produção, e esfera ou momento da re-produção) que se explicitam nas pseudo-dicotomias campo-cidade, sociedade-natureza, morar/viver-trabalhar, etc.

Todavia, devido às opções de recorte desta investigação, o ponto de partida para pensar a fragmentação entre estas entidades é a questão da moradia. Isto é, a dessintonia das reivindicações entre as mobilizações por moradia (reivindicando especificamente casa, serviços ou equipamentos urbanos) e a luta dos sindicatos dos trabalhadores (reivindicando especificamente melhores condições de trabalho e aumento salarial) é tomada com vistas à moradia.

E neste sentido, pretende-se discutir a questão da moradia ampliando as delimitações do debate predominante até o presente. Isto requer que entendamos a dinâmica desta problemática sem nos limitarmos apenas à análise da esfera da re-produção/consumo, mas que consideremos as relações sociais de produção para compreendermos a questão da moradia. Entendemos que a problemática da moradia é um dos componentes de todo um conjunto de precariedades manifestas nas condições de existência dos trabalhadores. Assim, o processo engendrante das contradições sociais não pode ser apreendido apenas através do mercado como espaço de leitura da história, pois o momento da reprodução não é uma esfera autônoma, independente do metabolismo social como um todo.

Nos propomos, então, a repensar, de um lado, a questão da moradia para além das restritas determinações impostas pela "leitura" predominante, que a limita enquanto análise que respeita apenas a esfera da reprodução (que é vista como reprodução dos meios de produção somente). E, de outro lado, a repensar certas "leituras" do mundo do trabalho, que ignoram ou consideram indevidamente (porque a fazem de maneira limitada e parcial) os aspectos da esfera da reprodução. Nossa busca seria então, tentar pensar a superação do "engessamento" das análises que dicotomizam tais processos. E neste sentido, a Geografia do trabalho nos

oferece elementos que contribuem para uma análise voltada para a compreensão da totalidade.

A respeito dos procedimentos metodológicos, o conhecimento de campo dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Associações de Moradores de Presidente Prudente foi de importância ímpar para a apreensão dos projetos políticos destes. Foram realizadas 16 entrevistas. No que respeita às associações de moradores, entre Confederação, Federações, Conselho de Presidente Prudente e as próprias associações, coletamos o depoimento de 11 representantes distintos (como uma das entrevistas foi coletiva, foram realizadas 8 entrevistas ao todo)[4]. E no que respeita aos sindicatos dos trabalhadores, entrevistamos 8 entidades[5]. Mas, no que respeita ao conhecimento geral da cidade, e principalmente dos bairros que contam com associação de moradores, ou, mais que isso, as áreas socialmente mais precárias da cidade, são por nós conhecidas, não só pelo fato da questão urbana de Presidente Prudente ter sido nosso objeto de estudo desde a graduação[6], mas também porque não deixamos de acompanhar tais áreas.

[4] As entidades entrevistadas foram: CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores; FAMEPI - Federação das Associações de Moradores do Piauí; FEBFF - Federação das Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza/CE; FAMENG - Federação de Associações de Moradores de Minas Gerais; FEMECAM - Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores de Belém/PA; CIC - Asociación Centro de Integración Comunitaria (Medellín – Colômbia); e de Presidente Prudente: Conselho das Associações de Moradores; Associações de Moradores do Jd. Morada do Sol (Km 7); Associações de Moradores do Jd. Cobral; Associações de Moradores do C. H. Mario Amato; e Associações de Moradores do Jd. Planaltina.

[5] Conselho Intersindical; SINTRACOM - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário de Presidente Prudente; APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo; Sindicato dos Empregados em Escritório de Empresas de Transporte Rodoviário de Presidente Prudente e Região; SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química Farmacêutica e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e Região; Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Presidente Prudente; Sub-Sede da Central Única dos Trabalhadores.

[6] Pesquisas de iniciação científica: IKUTA, F. K. **Vazios urbanos em Presidente Prudente-SP**: acompanhamento e avaliação dos enclaves na ocupação do espaço urbano. Período: ago/1996 a set/1997, bolsa PIBIC/CNPq; IKUTA, F. K. **Análise da localização, propriedade e comercialização dos vazios urbanos e seu papel na estruturação do espaço urbano em Presidente Prudente-SP**. Período: ago/1997 a set/1998, bolsa PIBIC/CNPq, ambas sob a orientação do Prof. Ms. Everaldo S. Melazzo; e pesquisa de bacharelado: IKUTA, F. K. **(Re)Territorialização da População Envolvida nas Áreas Públicas Ocupadas em Presidente Prudente (SP) e a Participação do Movimento Popular de Luta pela Moradia e do Estado (municipal)**: Dinâmica do Conflito e Configuração Atual. Período: ago/1999 a jul/2000, bolsa IC/FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

O aprofundamento teórico e o conhecimento da área/objeto de estudo nos potencializam, portanto, para realizar as "amarrações" exigidas pela temática. Mas também é este, talvez, o ponto mais delicado da pesquisa, porque nos coloca diante do desafio metodológico de trazer para a Geografia a questão da moradia e do trabalho como um exercício para se pensar a fragmentação da práxis social, ou seja, tanto no que respeita à prática das organizações sociais, como também nos tratamentos e abordagens presentes nas diversas áreas do conhecimento científico[7].

Este exercício é bastante desafiante e carrega todos os riscos que cabem a uma temática que depara com a escassez ou mesmo quase inexistência de trabalhos que fazem esta discussão. O nosso elo entre a questão da moradia e o mundo do trabalho está na imbricação entre os momentos sociais da produção e da reprodução, no contexto do sistema metabólico do capital. Ou seja, estamos trabalhando com uma temática que demanda um grande desafio porque pretende elaborar um exercício que imbrique temáticas tradicionalmente desconectadas (trabalho e moradia, ou, em um sentido mais amplo, esfera da produção e esfera da reprodução). A construção dessa amarração se alicerça no entendimento de que estas esferas ou momentos do ciclo do capital não podem ser tratados de maneira unilateral. Sabemos da importância de nos colocarmos diante desta discussão para que possamos desvendar a fragmentação [8]correspondente no âmbito do trabalho ou internamente à seara sindical e das associações de moradores, restritos à limitação da organização referente às "suas" esferas.

É nesta discussão que tentamos contribuir, sem, no entanto, a menor pretensão de resolvê-la ou esgotá-la, mas, antes, abrir o debate afim de alcançarmos alguns avanços que possam ser apreendidos nos capítulos a seguir.

Assim, no primeiro capítulo, introduzimos a discussão sobre a fragmentação da práxis social imanente à sociabilidade do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho. Esta seção do trabalho se efetiva por meio de um

[7] Sobre a fragmentação nas ciências ver: SANTOS, B. (1995, 2000) e sobre a fragmentação na Geografia ver.
[8] Ver: THOMAZ JÚNIOR (1998).

panorama das condições do morar e do trabalhar em Presidente Prudente com vistas à questão da moradia e desemboca numa análise das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente que nos servem, então, de exercício inicial para apreendermos a fragmentação do ser social, os processos de alienação e estranhamento expressos nas práticas de lutas que envolvem o morar e o trabalhar. A idéia central deste capítulo é confrontar a superposição sócio-territorial das precariedades com a fragmentação da práxis das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente.

No segundo capítulo, o destaque é para as mudanças societais - como a reestruturação produtiva do capital, a crise estrutural que este atravessa e sua ofensiva, a crise do sindicalismo e a crise da sociabilidade – e suas repercussões objetivas (aumento da precariedade das condições materiais) e subjetivas (os processos simultâneos e contraditórios da fragmentação e da homogeneização do modo de vida e dos processos de alienação e estranhamento) para os trabalhadores. Neste sentido, tentamos enfatizar como as experiências/representações do trabalho comparecem na vida fora dele.

Primeiramente, o capítulo três propõe, a partir de Lefebvre (1973), repensar a esfera da re-produção como capaz de modificar e não apenas repetir a esfera da produção. Pressuposto fundamental para contrapor às análises que tratam a questão da moradia isolada em si. De certo modo, também privilegiamos destacar neste capítulo, os aspectos definidos como sendo da esfera da re-produção e a expressão dessa esfera no mundo do trabalho. Outro aspecto tratado é os efeitos das metamorfoses sociais na vida urbana e nossa reafirmação da Geografia do Trabalho como opção metodológica capaz de permitir avançar na questão da moradia ao introduzir a preocupação com a totalidade social. No final do capítulo, apresentamos alguns exemplos de apreensão de aspectos da esfera da re-produção pelo capital (experiências que apreendem dimensões constituídas no cotidiano como a solidariedade, a cultura, a saúde e a educação e as levam para as relações de produção) e abrimos o debate sobre experiências e mobilizações sociais sob novos referenciais.

No capítulo quatro, a título de considerações finais, apontamos a unificação orgânica como necessidade para que os trabalhadores possam reapropriar-se da totalidade das condições sociais de existência, num embate frontal com o capital.

capítulo 1

o morar e o trabalhar em presidente prudente para além das fragmentações

OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO
Vinícius de Moraes

Era ele quem erguia casas
Onde antes só havia chão
Como pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão...
...de forma que certo dia
À mesa ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
Garrafa, prato, facão

Era ele que os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção.
Olhou em torno, gamela
Banco, enxada, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação
Era ele quem fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Capítulo 1

O MORAR E O TRABALHAR EM PRESIDENTE PRUDENTE PARA ALÉM DAS FRAGMENTAÇÕES

1.1 O ser social uno e a superposição sócio-territorial das precariedades nas condições sociais de existência em Presidente Prudente

Discutir a fragmentação das lutas sociais é um objetivo fundamental para nós. E esta discussão é enviesada pela compreensão de que a sociabilidade, no âmbito do capital, afeta e divide a vida em duas esferas: dentro e fora do trabalho. A práxis social reflete tal dicotomização sobretudo em lutas cujo significado reivindicativo é específico, atomizado, imediatista.

A gênese desta fragmentação pode ser entendida nos processos de alienação e estranhamento[1] do ser social. Isto é, alienado no processo social de produção e submetido a uma existência inautêntica e estranhada o ser social fica impedido de viver a integridade da existência social. A alienação e o estranhamento, as fetichizações e reificações do ser social dissimulam as contradições sociais, dissolvem a luta de classes e isto se faz perceber nas práticas organizativas, nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas associações. Daí propormos através de uma ponte entre moradia e trabalho, realizar uma reflexão que ultrapasse as fragmentações em que as práxis sociais são submetidas.

Controlados pelo sistema de metabolismo social do capital, os trabalhadores permanecem com sua subjetividade estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz. No contexto das mutações atuais na estrutura societal que se reflete em novas formas de acumulação e re-produção do capital, torna-se mais evidente a intensificação do constrangimento de uma subjetividade autêntica do ser social (ANTUNES, 2000, p. 131). E neste sentido, o trabalho alienado "aliena" também o homem de sua espécie e o submete a um desenvolvimento voltado para a sua sobrevivência individual (PERUZZO, 1984, p.118)[2]. As múltiplas fetichizações e reificações resultantes deste metabolismo social do capital permeiam o mundo dentro e fora do trabalho, todavia os processos de alienação e estranhamento engendrados neste mecanismo societal camuflam o todo do ser social e este não se percebe como um ser uno e tampouco vislumbra a possibilidade de apostar no coletivo.

Podemos afirmar que, em geral, na práxis social o ser social é fragmentado entre esfera da produção e esfera da re-produção. A totalidade do ser social deixa de ser percebida e "perseguida" a partir do momento em que as lutas sociais passam a ser gestadas pela fragmentação social e técnica do trabalho que as

[1] Sobre estes conceitos em Marx ver: RANIERI, 1991.

[2] Para um aprofundamento da questão, ver MÉSZÁROS (1981) que explora a complexidade do conceito de alienação de Marx e expõe que este tem quatro aspectos principais: "a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu 'ser genérico' (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)" (p. 16).

separa infecundamente em lutas da esfera da produção e lutas da esfera da re-produção.

De um lado, o movimento operário reivindicando melhores salários e condições de trabalho e do outro, os movimentos urbanos, ecológicos, de gênero, de raça, etc., requerendo especificamente aspectos ligados à re-produção como moradia, saúde, educação, preservação da natureza, igualdade nas relações de gênero e raciais. E isto, em geral, sem um reconhecimento mútuo das lutas. Cada reivindicação tem a sua esfera de atuação. O trabalhador não associa o sindicato com a luta por uma escola no seu bairro e tampouco vai discutir as relações de trabalho na associação de bairro, por exemplo. E desta maneira, o viver e o trabalhar estão separados, fragmentados nas práticas das lutas.

As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente são o nosso objeto de estudo. Por meio desse cenário é que refletimos a fragmentação das lutas, os processos de alienação e estranhamento expressos nas práticas que envolvem o morar e o trabalhar nesta cidade e que afetam a condição da organização dos trabalhadores.

Entendemos então, que o ser social é uno, mas sua submissão aos processos de alienação e estranhamento fragmenta-o, divide-o. Todavia, uma outra faceta do real (ou a nossa interpretação dele) nos demonstra o quanto o viver e o trabalhar estão imbricados. É o que apreendemos da análise do panorama do morar e do trabalhar em Presidente Prudente. Percebemos que há uma superposição das precariedades no espaço e que todo o conjunto das condições de vida, tanto os aspectos diretamente ligados à esfera da produção (condições e relações de trabalho), como os ligados à esfera da re-produção (condições de moradia e urbanidade) são engendrados e afetados pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora.

É a partir destes pressupostos que apresentamos nesta seção do texto um breve panorama das condições do morar e do trabalhar em Presidente Prudente com vistas ao problema da moradia. Na verdade, pretendemos discutir o fato de que a sociabilidade do capital precariza profundamente as relações do ser

social. E este processo afeta a vida dentro e fora do trabalho, de tal maneira que ao "olharmos" para o panorama do morar e do trabalhar em Presidente Prudente, percebemos que há uma superposição das precariedades (más condições de moradia, de saúde, de relações de trabalho, de educação, de saneamento, salários aviltados, etc.) que não se concretizam isoladamente. Ao contrário, fica evidente que todo o conjunto de sub-condições de existência do ser social que trabalha, mora, estuda, passeia, se locomove, etc., está "confinado" nas áreas mais precárias da cidade, ou seja, é uma mesma população que sofre com a precarização de todos os aspectos da sua existência.

1.1.1 Condições de moradia e urbanidade

Começando especificamente pelas condições de moradia e urbanidade podemos destacar o seguinte:

- **Ocupação de áreas públicas**

Se recorrermos aos dados oficiais (Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2000), os mesmos nos revelam que em Presidente Prudente não há favelas. Logo, poderíamos concluir, apressadamente, que a questão da moradia nesta cidade está solucionada uma vez que, segundo os dados, as famílias não necessitam ocupar irregularmente os terrenos vagos (que sob a ótica jurídica e mercadológica é considerado ilegal e ilegítimo por "ofender os direitos da propriedade privada") e nem reside em condições extremamente precárias como, em geral, são as das favelas. Todavia, os próprios servidores municipais (da Secretaria de Habitação e Saneamento Básico e setor de Cadastro Municipal) nos declararam[3] que esta é uma informação de caráter apenas oficial, porque, na verdade, ainda existem algumas pequenas ocupações, fundamentalmente individualizadas e, é claro, com os problemas peculiares de uma favela.

[3] Trabalho de campo, 2000.

Um exemplo concreto da distorção das referidas informações foi a existência até 2000 de uma favela constituída há aproximadamente 5 anos em área pública com cerca de 30 unidades localizadas em um fundo de vale, no Jardim Santa Mônica, que era simplesmente ignorada pelas estatísticas oficiais.

- **Processo de luta por moradia popular**

Sabemos que a inexistência oficial de favelas em Presidente Prudente hoje é resultante de todo um processo conflitivo, referente à ocupação de áreas públicas, entre o poder público municipal e o então Movimento de Luta pela Moradia, que atingiu sua maior visibilidade entre 1989 e 1992[4]. A informação relevante aqui é que a intervenção pública[5] (mediada pela confrontação com o Movimento), seja com o deslocamento dos barracos mediante a criação de lotes urbanizados que, na verdade, foi uma política de expulsão das famílias, seja por meio da "urbanização das favelas", ou a "regularização" das áreas faveladas com a concessão do Direito Real de Uso significou, na maior parte das vezes, a intensificação ou no máximo a manutenção das precariedades nas condições de existência dessas famílias. Além disso, não é desmerecido ressaltar a repercussão ideológica que essa intervenção teve por conta da aparente desfavelização da cidade, já que popularmente a favela é a expressão mais explícita do problema da moradia.

[4] O processo inicial de ocupação das áreas remonta à década de 60. Já em 1988 eram 66 áreas de favelas, com 736 unidades habitacionais, correspondentes a um total de 3.353 habitantes. As informações a serem brevemente tratadas na seqüência deste item estão baseadas nas seguintes fontes: para maiores detalhes sobre a gênese e desenvolvimento do movimento de moradia cf. MARACCI, M. T. **O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente** (São Paulo). Presidente Prudente, 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista; e para maiores informações sobre a configuração sócio-territorial da população egressa desse processo de luta cf. IKUTA, 2000a (Relatório Parcial de Pesquisa/IC/FAPESP referente ao projeto de pesquisa "**(Re)territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em Presidente Prudente (SP) e a participação do Movimento Popular de luta pela Moradia e do Estado (municipal)**: Dinâmica do Conflito e Configuração Atual"; e IKUTA 2001a (Relatório Parcial de Pesquisa/Mestrado/FAPESP referente ao projeto de pesquisa "**A luta pela moradia em Presidente Prudente para além de quatro paredes**: Uma Contribuição para a Reflexão Geográfica dos Movimentos Sociais Urbanos".

[5] Projeto de Desfavelamento e Loteamentos Urbanizados – gestão administrativa: Paulo Constantino (PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, que exerce o cargo executivo de 1989 a 1992); Urbanização de Favelas – gestão administrativa: Agripino de Oliveira Lima (PFL - Partido da Frente Liberal, 1993 a 1996), é concedido o Direito Real de Uso para a implantação do programa.

Durante o trabalho de campo pudemos apreender que os próprios moradores provindos das áreas ocupadas, muitas vezes, ainda morando nos mesmos barracos que foram apenas transferidos de lugar, afirmavam que consideravam que a situação de moradia deles estava realmente melhor apesar das evidências de que o presente loteamento, muito distante do centro da cidade, muito maior do que a área ocupada oriundamente e sem asfalto, posto de saúde, escola, telefone público, transporte coletivo adequado[6]. Mas com uma diferença: a legalidade da posse.

Além das repercussões simbólicas tratadas acima, temos o fato de que não se considerar como favela pequenas ocupações, ou ocupações individualizadas, acaba colaborando com a não oficialidade do problema.

- **Periferização da população**

Enquanto isso, este processo de desterritorialização e reterritorialização das famílias elevou a periferização desta população deslocada para áreas localizadas no limite último da malha urbana, já que as áreas ocupadas originalmente haviam, de certa maneira, absorvido gradativamente, desde a sua ocupação inicial, há trinta anos, um entorno com infra-estrutura e agora com o deslocamento, conseqüentemente, fez-se precarizar o acesso ao direito à cidade. Não se trata, pois, de direito à propriedade privada, nos referimos ao direito a tudo o que o urbano pode proporcionar, nos referimos ao direito no sentido discutido por Lefebvre[7].

A **Figura 1** nos permite compreender a expressão territorial do processo em apreço através da visualização da localização de origem dos núcleos de favelas e compará-las com a situação periférica das "soluções" apresentadas pelo poder público para "erradicar" as favelas. Essa geografia expressa das áreas de

[6] O exemplo que ora ilustra o nosso texto é o Jardim Morada do Sol (ironicamente apelidado por Km Sete, sua real distância da malha urbana, o que para as dimensões de Presidente Prudente é de fato muito fora da cidade) nas condições em que se encontravam no momento das entrevistas.
[7] Para maiores detalhes consultar LEFEBVRE (1969).

resistência, de destino, e também das que foram desocupadas, que estão classificadas de acordo com os programas oficiais de "desfavelamento" correspondentes, nos possibilita apreender a dinâmica territorial do Programa de Desfavelamento e dos Loteamentos Urbanizados. Isto é, estamos diante dos rearranjos territoriais resultantes das confrontações entre o poder Público Municipal e o Movimento de Luta pela Moradia, que iremos resgatar a seguir.

- **Concentração dos imóveis precários**

Além disso, os próprios dados oficiais[8] nos auxiliam para demonstrarmos que é justamente nas áreas que receberam as famílias oriundas dos referidos programas de desfavelamento realizados pelo poder público municipal, que há a maior concentração de imóveis precários[9] de toda a área urbana. Ou seja, os imóveis precários estão concentrados na zona norte da cidade (Conjunto Habitacional Brasil Novo, Humberto Salvador e Parque Alexandrina, bairros oriundos dos programas de desfavelamento e lotes urbanizados).

Através do trabalho de campo[10], verificamos que 14% das casas visitadas permanecem como barracos improvisados, feitos com restos de materiais, sinalizando que mesmo depois de sete anos do deslocamento ainda é possível identificar que em muitos casos a intervenção pública significou a simples transferência dos barracos para áreas mais periféricas, concentrando a miséria.

Mas, além disto, a organização popular reflui mediante as articulações do poder público com o capital e o clientelismo de um lado, e, de outro, o imediatismo, a institucionalização e a cooptação do Movimento, que teve como desafio maior, durante todo o processo, a conquista de sua própria identidade.

[8] Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, 1998.

[9] São considerados imóveis precários "aqueles que não apresentam os requisitos básicos de habitabilidade: piso, banheiro interno ao domicílio, ausência de reboco e de fechamento de janelas e portas e mesmo o tipo de material utilizado, particularmente a madeira, dentre outros" e que não ultrapassam 70m^2. Os dados são do: SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP, 2000.

[10] Informações apresentadas no Relatório Parcial de Pesquisa de Iniciação Científica (FAPESP) In: IKUTA, 2000a.

Posteriormente a este processo de luta, não despontou nenhuma organização popular com identidade.

FIGURA 1

- **Intervenções públicas**

Também não foram realizadas intervenções públicas consideráveis nos Loteamentos como um todo. As ações do poder público nesta área, em geral, restringiu-se à realização de parcerias com entidades que atuam com fins filantrópicos. Em geral, são projetos pequenos que atendem de 20 a 40 famílias, sendo que a prefeitura doa os terrenos, realiza a terraplanagem e a instalação das redes de água, esgoto e energia elétrica, a entidade parceira doa o material de construção e é a responsável pela "triagem" das famílias que devem ser incluídas no projeto, e a população oferece a mão de obra, atuando através de mutirão.[11]

Ocorre também a efetivação de projetos maiores com a participação do governo estadual através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), como o projeto anunciado pelo Movimento dos Sem Teto Urbano (MSTU), que também tem como alavanca o processo de mutirão.[12] Esta organização popular, assim como o Movimento dos Sem-Teto que esporadicamente aparece nos jornais locais, principalmente junto às divulgações de projetos como os mencionados, não conquistam maior representatividade, são extremamente pontuais, atomizadas, enfraquecidas e institucionalizadas.[13]

[11] Um exemplo deste tipo de filantropia é o programa "Subsídio Equivalente" do Rotary Clube (Fonte: PROJETO beneficia 40 famílias. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 4, c. B, 6 jun. 1999.)

[12] Para maiores detalhes verificar em: "MSTU anuncia a construção de 229 apartamentos". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, c. B, 6 jul 2000.

[13] E isto ocorre mesmo no caso do Movimento dos Sem-Teto (SEM-TETO prometem invasões em PP. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, p. 1, c. 3, 24 de març 1999), que se identificou como remanescente do processo de luta para manutenção nas áreas ocupadas, citado anteriormente (1989-1992), mas que atualmente não tem nenhuma representatividade, tanto que as próprias "invasões" de terrenos e órgãos públicos anunciadas no artigo do referido jornal sequer ocorreram.

- **Demanda por moradia**

Dados de 1999 da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação anunciavam que Presidente Prudente tinha, no momento, uma demanda de aproximadamente 6,5 mil moradias e, em contraposição, o líder do Movimento dos Sem-Teto, declarava que a demanda do município estava entre 8 e 10 mil moradias. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) apontava que em 1996 existiam 47.332 domicílios no município, com 3.024 destes desocupados e 9.584 alugados.[14]

É possível ao menos inferir ainda que em Presidente Prudente o elevado percentual das famílias que coabitam sob um mesmo teto e que têm um gasto excessivo com aluguel não difere de outras cidades. A Folha de São Paulo[15] demonstra que no Brasil a coabitação familiar tem um índice de 56,1% (em 2000) e o gasto excessivo com aluguel (famílias com renda de até três salários mínimos e que despendem mais de 30% da renda com aluguel) aumentou de 7,2% em 1991 para 18,2% em 2000.

Em Presidente Prudente, segundo Sposito, E., Sposito, M. e Garms, A. (199?), 52,05% das residências são próprias, 35,72% são alugadas e 12,2% são cedidas. A maior parte das residências próprias localiza-se nos bairros de padrão médio para alto. Sobre as residências não-próprias, os autores afirmam que do total, 80% são residências alugadas, e as cedidas compõem o restante. O setor imobiliário cresce, como era de se esperar, direcionado para a construção de imóveis voltados para atender a população de maior poder aquisitivo (SPOSITO, M.; GUIMARÃES, R. (orgs.), 1997).

[14] Cf. em: SEM-TETO prometem invasões em PP. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, p. 1, c. 3, 24 de março 1999.
[15] Ver FALTA de moradias afeta 12% dos brasileiros. **Folha de São Paulo**, p. 1, c. C, 20 jan 2002.

- **Monopolização e especulação fundiária e imobiliária**

Corrobora para o já exposto o fato de que a lógica da monopolização e da especulação fundiária e imobiliária impera em detrimento das necessidades sociais por habitação. Isto é, a lógica da apropriação privada e mercantilização do solo como reserva de valor, intensifica a restrição ao direito de morar. Presidente Prudente caracteriza-se por um processo de expansão territorial urbano que incorpora novas áreas a todo o momento, sem que o estoque de terrenos vagos em áreas remanescentes seja ocupado. É relevante considerar a dinâmica de expansão territorial urbana, uma vez que esta dinâmica "transforma as condições de produção e utilização da cidade, porque altera as localizações, as acessibilidades, usos, funções e preços" (MELAZZO, 1990, p.80).

O que qualifica o dado acima é que a incorporação destas áreas não é acompanhada de um crescimento populacional[16], ou seja, ocorre um crescimento urbano não seqüencial, onde a urbanização não é voltada para a ocupação.

Isto explica o extenso fenômeno dos vazios urbanos em Presidente Prudente, onde cerca de 70% dos imóveis transacionados no mercado imobiliário são terrenos. É interessante ressaltar que justamente os terrenos de maior dimensão estão em áreas concentradas e valorizadas e, por sua vez, casas, apartamentos ou imóveis comerciais são comercializados bem abaixo do índice de comercialização dos terrenos (IKUTA, 1998).

Combinado à dinâmica apontada, o elevado nível de concentração da propriedade privada é merecedor de destaque. Em 1998, um único proprietário detinha sozinho pelo menos 793 terrenos desocupados, que correspondiam a quase 3% da área da cidade. Outro aspecto é que os maiores proprietários de áreas vazias em Presidente Prudente (com 31,32% do total dos terrenos da cidade), são grupos privados do ramo imobiliário, sendo que os terrenos em posse destes são verdadeiros "latifúndios" urbanos. Os índices de concentração fundiária verificado em

[16] Sposito, E., Sposito, M., Garms, A. (S.n.t.), discutem a situação em Presidente Prudente, demonstrando que não cabe a utilização da expressão déficit habitacional para explicar a falta de moradia, uma vez que esta expressão traz a idéia de que o problema decorre de um desajuste entre a

1988 mantêm-se na mesma relação com 1998[17], ou seja, "de cada três terrenos vazios em Presidente Prudente, pelo menos um está em poder legal dos grandes especuladores com o solo" (SPOSITO, E. 1990, p.86).

O relatório do SIMESPP[18], citado anteriormente, demonstra também que os proprietários de áreas urbanas não parceladas acima de 10.000 m^2 (1 hectare) têm os seus terrenos concentrados nas áreas mais valorizadas da cidade.

- **Segregação socioespacial: os loteamentos fechados**

Outra notória contraposição ao quadro das necessidades sociais por habitação que complementa nossa exposição das evidentes disparidades sócio-espaciais da cidade é a dinâmica que envolve a existência de seis grandes condomínios horizontais de alto padrão: Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Central Park Residence, Parque Residencial Damha, Parque Residencial Damha II e Golden Village[19].

Segundo Sobarzo (1999), desde o início os loteamentos fechados são submetidos à completa urbanização com ruas asfaltadas, redes de distribuição de água potável, energia elétrica e iluminação pública, rede coletora de esgoto, áreas verdes e infra-estrutura de lazer, com arranjos urbano-paisagísticos sofisticados. Outra característica é que se trata de lotes de grande superfície (em média acima de 460 m^2) que representam praticamente o tamanho de 4 lotes dos conjuntos habitacionais populares da cidade (especialmente os implantados na década de 80), sem contar que as áreas construídas têm em média acima de 400 m^2 (quase quatro vezes o tamanho médio das habitações na cidade – 105,5 m^2, e quase seis vezes maior que os lotes implantados nos programas de desfavelamento) e possuem alto

oferta e a demanda de residências (calculado através do aumento desproporcional da população urbana em relação à própria construção de unidades habitacionais).

[17] Para maiores detalhes ver IKUTA, 1998.

[18] SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP, op. cit.

[19] Atualmente se está comercializando lotes de um outro loteamento fechado denominado Residencial Beatriz, do Grupo Damha. O surgimento e a consolidação dos condomínios em Presidente Prudente envolve uma aliança entre a Mitra Diocesana e a empresa Damha (incorporador de renome na cidade)

padrão de construção. Entre outros elementos, o autor conclui que esta realidade retroalimenta o processo de segregação socio-espacial na cidade, que tende para a perpetuação da fragmentação do espaço urbano.

- **Evasão escolar**

Dentre os serviços públicos disponíveis, apresentamos neste e no próximo sub-item, a situação da evasão escolar, da saúde, do transporte coletivo, da infra-estrutura sanitária e da pavimentação.

Os índices de evasão escolar demonstram que há uma forte relação entre baixa qualidade de vida e dificuldades de continuidade da escolarização[20], e o que ratifica esta informação é que embora a exclusão escolar seja um fenômeno disperso pela cidade, como relatado na pesquisa do SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP (2000), não deixa de apresentar uma maior concentração em algumas áreas – que coincide com as áreas onde se localizam os loteamentos provenientes dos programas de desfavelamento, loteamento urbanizado, ou outros bairros periféricos mais antigos e igualmente precarizados como os primeiros.

- **Saúde, transporte coletivo urbano, problemas sanitários e ambientais e pavimentação das ruas**

Da mesma maneira, os problemas de saúde[21], a concentração e a centralização do oferecimento do serviço de saúde pública[22], a organização e o

e a omissão e "solução oportuna" do poder público municipal diante da proibição legal do fechamento dos loteamentos residenciais. Para maiores detalhes ver: SOBARZO, 1999 e 2002.

[20] SPOSITO, M., GUIMARÃES, R. (orgs.) 1997.

[21] Nos referimos à ocorrência dos eventos sentinela em saúde (eventos que tendem a não ocorrer, quanto melhor forem as condições de vida das famílias e/ou indivíduos, e que neste caso trata-se dos seguintes eventos: nascidos vivos de risco; óbitos de jovens entre 10 a 19 anos por causas violentas e óbitos infantis).

[22] SPOSITO, M., GUIMARÃES, R. (orgs.), op. cit.

oferecimento desigual do transporte coletivo urbano pelas diferentes áreas da cidade[23], sempre se concentram no mesmo território, afetando as mesmas famílias.[24]

E não é distinto com o "alto grau de exposição aos problemas sanitários e ambientais a serem causados pela deposição inadequada do lixo" que sempre foi direcionado para os fundos de vale, voçorocas e nascentes; em geral, áreas periféricas que acabam sendo ocupadas pelas famílias como única alternativa, já que encontram-se desvalorizadas ou ainda o entorno "preferido" pelo poder público para implantação dos conjuntos habitacionais (SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP, 2000). Outro aspecto que, em geral, se superpõe sobre as mesmas famílias é a necessidade de asfalto. No próprio relatório do SIMESPP encontramos o reconhecimento de que o asfalto nem sempre é a melhor opção de pavimentação, mas que este dado não poderia deixar de ser considerado como um indicador da qualidade de vida e inclusão social, uma vez que a população dos bairros que não usufruem de asfalto, o tem como a principal reivindicação. É relevante observar ainda que em geral, as áreas mais desprovidas de asfalto são aquelas que têm os piores índices de acessibilidade pelo transporte coletivo.

1.1.2 Condições e relações de trabalho

- **Distribuição da demanda por trabalho e emprego no espaço urbano**

Ao nos voltarmos para as condições das relações de trabalho vivenciadas por estas famílias, um primeiro e relevante fator que pode ser tratado é sobre o desemprego, pois é evidente a gravidade da situação em Presidente Prudente, como em geral, no restante do país.

Considerando apenas os desempregados registrados pela Secretaria Estadual de Relações de Trabalho do Estado de São Paulo (SERT) e Escritório Regional de Presidente Prudente, a pesquisa do SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP (2000)

[23] A distribuição desequilibrada entre o número de passageiros por dia e o intervalo de freqüência do serviço entre as diferentes linhas fazem com que haja uma desigualdade na acessibilidade à malha urbana.
[24] Os dados apresentados encontram-se em SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP, op. cit.

verificou que há mais de 16 mil desempregados à procura de emprego na cidade. E ao mapear a área de residência destes, observou que a distribuição da demanda por emprego no espaço urbano revela uma certa progressividade negativa, do centro para as periferias, especialmente as porções norte e leste (de novo as mais prejudicadas), onde está a maior concentração de desempregados.

- **Atividades ocupacionais: empregos, sub-empregos, desemprego e outros**

Outro aspecto que pode somar-se ao panorama do trabalhar em Presidente Prudente é a análise das atividades ocupacionais das famílias. Na busca por delinear a configuração atual das condições de existência das famílias egressas do processo de luta pela moradia em Presidente Prudente, fizemos uma caracterização das atividades ocupacionais dos chefes das famílias estudadas[25] (**Quadro 1**), que agora contribuem, ainda que introdutoriamente, para um esboço da questão do desemprego, do sub-emprego e da precarização das condições e das relações de trabalho. Ao considerar as imbricações das situações nos locais de moradia e nos locais de trabalho, pretendemos ensaiar, a partir do item 1.3, os primeiros passos da "leitura" para além das fragmentações.

[25] IKUTA, 2000a.

QUADRO 1 – Atividades ocupacionais
dos chefes de família (Presidente Prudente)

ATIVIDADES OCUPACIONAIS			%
Empregado	Qualificado	Pedreiro	14,0
	Semiqualificado	Operador de recapagem	1,6
		Bóia-fria	1,6
	Sem Qualificação	Serviços gerais	5,0
		Doméstica	8,2
		Servente de pedreiro	8,2
		Outros*	14,3
Sub-empregado		Coletor de lixo	9,6
Desempregado		Desempregado	8,2
		Desempregado com ocupação temporária	8,0
Outros		Aposentados	9,7
		Encostados (por doença)	6,6
		Do lar	5,0
Total			100

* Faxineira, braçal, operário de frigorífico (desossador), varredor de rua, vigia, balconista, lavadeira, horta comunitária.

Fonte: Trabalho de campo. (IKUTA, 2000a)

Os dados que levantamos referem-se às atividades ocupacionais dos chefes das famílias. Verificamos que, dentre os empregados, se destacam as ocupações sem qualificação. Para exemplificar: serventes de pedreiros, domésticas e serviços gerais, somam juntos 21,4% das ocupações dos chefes de família. As demais ocupações sem qualificação que comparecem em menor grau (faxineira, braçal, varredor de rua, vigia, lavadeira, etc.) correspondem a 14,3%, o que dá um total de 35,7% de ocupações sem qualificação.

Como empregos semiqualificados comparecem operador de recapagem (asfalto) e bóia-fria com 1,6% cada. A atividade com maior ocorrência é a de pedreiro (a única atividade qualificada), que sozinha corresponde a 14% do total das atividades registradas. Em seguida, podemos afirmar que pelo menos 9,6% dos entrevistados são coletores de lixo (garimpeiros como se autodenominam): coletam no "lixão" da cidade, desde materiais que podem ser reciclados até alimentos para consumo próprio. Durante as entrevistas nos foi declarado que inclusive crianças e adolescentes trabalham na coleta de lixo, muitas vezes "driblando" assistentes do Conselho Tutelar[26].

Além disso, como vimos anteriormente, esta população muitas vezes vive próxima às áreas onde há depósitos de lixo e está exposta a todos malefícios (doenças e contaminações) que isto pode causar, pois mesmo quando os lixões já não estão em uso, permanecem sendo focos de proliferação de insetos e roedores, e também permanecem sendo fonte contínua de poluição do solo, das águas superficiais e subterrâneas e do ar.

[26] Segundo pesquisa do grupo Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - EGIRES (cf. <http://www2.prudente.unesp.br/egires/10%20S.htm>), "cerca de 101 pessoas das mais variadas idades, mulheres, homens, adolescentes, sobrevivam em condições subumanas, alimentando-se de restos de comida, tirando o seu sustento da catação de materiais recicláveis, constituindo um sério risco à saúde pública, uma vez que estão expostas a vários tipos de contaminações e doenças". Todavia, hoje começa a configurar-se uma outra situação, ao menos para alguns ex-catadores de lixo com a organização de uma Cooperativa dos Trabalhadores de Produtos Recicláveis de Presidente Prudente, composta por 38 ex-catadores do lixão da cidade. Além da Cooperativa, várias ações, com o pilar na Educação Ambiental, estão sendo desenvolvidas com o projeto "Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Presidente Prudente: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho". Para maiores detalhes ver: <http://www2.prudente.unesp.br/egires/>.

Nota-se, então, que o sub-emprego é uma constante, embora muitas vezes omitido: destes 9,6%, um terço declarou ter o "garimpo no lixão" como única fonte de renda e atividade ocupacional definitiva; outros 3,2% declararam que a atividade seria uma ocupação temporária, visto que encontravam-se desempregados; e para 3,2% a atividade seria uma complementação de renda ("bico").

Merece atenção o percentual de desempregos entre os chefes de família, 16,2%, sendo que 8% deles declararam exercer alguma ocupação considerada por eles próprios como temporária, predominando a atividade de pedreiro, serviços gerais e coleta de lixo (em alguns casos havia uma superposição de atividades e o desemprego era uma situação que remontava há vários anos).

Aposentados, encostados e do lar somam 21,3%, dos quais se destaca o fato de os encostados (que têm um percentual significativo, 6,6%), o serem devido a doenças, em sua maioria, adquiridas no trabalho.

- **Faixas salariais**

Diante deste quadro, compreendemos porque ao deparamo-nos com a faixa salarial aproximada das famílias (**Quadro 2**) o maior índice é o das famílias sem renda fixa, 27,5%. A faixa média das famílias é a de 1 salário mínimo. Logo, se somadas as famílias sem renda fixa com as que recebem até 1 salário mínimo, temos 51,7% das famílias representadas nesta faixa. Daí para frente, o percentual participativo nas maiores faixas salariais vai diminuindo progressivamente e apenas 1,6% das famílias estão na faixa dos que recebem mais de 5 salários mínimos.

QUADRO 2 - Faixa salarial familiar (Presidente Prudente)

FAIXAS SALARIAIS **(Referência: 1 salário mínimo = R$136,00 de 1999)**	**%**
Não fixa	27,5
Até 1	24,2
1 – 2	17,7
2 – 3	17,7
3 – 4	8,1
4 – 5	3,2
> 5	1,6
Total	**100**

Fonte: Trabalho de campo. (IKUTA, 2000a)

1.1.3 a superposição sócio-territorial do conjunto das precariedades

As tendências do desemprego estrutural e a precarização das condições e das relações de trabalho são fenômenos que são delatados nas situações descritas e que influem diretamente, objetiva e subjetivamente, em todos os demais aspectos da vida dos trabalhadores, que são ao mesmo tempo, moradores, usuários de transporte coletivo, consumidores de água, luz, esgoto, asfalto, serviços de saúde, educação, lazer, etc.

E o que apreendemos deste processo é que há uma superposição das precariedades que não se concretizam isoladamente. Todo o conjunto de sub-condições de existência, estão "confinados" nas áreas mais precárias da cidade. Isto é, a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. "Fora" do trabalho o ser social vive mal, não tem casa ou mora em condições sub-humanas, não tem acesso à educação,

saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E "dentro" do trabalho, o capitalismo mundializado contemporâneo estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis (os subcontratados, os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os da "economia subterrânea" ou "clandestinos") e os proletários excluídos do trabalho, jogados por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho, vivendo a despossessão no limite.

Com este quadro delineado até o momento queremos deixar pistas para a discussão que iremos fazer no próximo capítulo sobre o desemprego e a intensificação do contingente de trabalhadores precarizados nas condições e relações de trabalho no contexto das transformações ocorridas com a mundialização do capital.

A **Figura 2** reforça esse processo de superposição das precariedades citado acima. Nela cruzamos os dados da **Figura 1**, ou seja, a localização das áreas envolvidas no então conflito entre o poder público municipal e o Movimento Popular de Luta pela Moradia, com o mapa "Análise Espacial da Exclusão Social" elaborado pelo SIMESPP, que traz os setores de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente[27]. O resultado é uma soma de informações que podemos apreender deste mapa, uma vez que oferece uma síntese de muitas variáveis o que nos permite perceber a complexidade da realidade estudada.

Esta pesquisa buscou mapear as desigualdades sociais, econômicas e ambientais o que contribui para visualizarmos territorialmente estes aspectos de forma integrada. De fato, tais aspectos estão plenamente articulados: os piores índices, como condições precárias de moradia, desemprego e baixa escolaridade, se concentram todos nas mesmas áreas, o que significa que é a mesma população que

[27] As variáveis utilizadas para o mapeamento da exclusão social são: cadastrados à procura de emprego; imóveis precários de até 70 m^2; imóveis precários; 100 maiores proprietários de terrenos; cadastrados do Programa de Garantia de Renda Mínima; exclusão escolar de crianças e jovens; eventos-sentinela em saúde; acessibilidade por transporte coletivo; necessidade de asfalto; e nível de exposição aos resíduos sólidos. Os dados foram organizados por setor censitário da cidade e os respectivos setores foram ordenados da situação de pior condição de vida à melhor situação. Para maiores informações ver: SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP. 2000.

está precarizada no conjunto das condições sociais de existência, ou ainda, que as situações de exclusão[28] "são decorrentes da superposição de carências de diferentes naturezas". O próprio relatório aponta que recorrentemente em todos os mapas[29], ou em quase todos, as mesmas áreas comparecem de maneira destacada:

> [...] demonstrando a complexidade do fenômeno sob análise, ou seja, **a exclusão se concretiza a partir de um conjunto de carências em um mesmo território e população**. **Esta conclusão certamente não poderia passar desapercebida ou ser tomada como realidade de fácil identificação**, uma vez que reforça a necessidade de que qualquer ação sobre tais áreas ou populações deve ser marcada pela integração de setores e projetos, para que resultem em intervenção efetiva. (SIMESPP;UNESP/FCT;PMPP, 2000, grifo nosso)

[28] Não acreditamos ser a simples inclusão dos trabalhadores (versus a atual exclusão) no sistema, no mercado capitalista a solução para a subsunção, numa postura de crença no Estado. Se adotamos aqui o uso das noções inclusão/exclusão social, é porque fazemos referência às noções e sistematizações do SIMESPP na elaboração do mapeamento em questão.

[29] A referência aqui é os vários mapas produzidos com as 11 variáveis ainda desmembradas (cadastrados à procura de emprego, imóveis precários de até 70 m², exclusão escolar, etc.) cujo cruzamento resultou no mapa da exclusão social.

FIGURA 2

Observando a **Figura 2,** ainda especificamente no tocante à exclusão, é relevante notar que existe uma significativa porção da área urbana que foi avaliada como área de inclusão, pois, não registra situações de risco, privação, precariedade e exclusão, "não obstante a não homogeneidade interna de cada setor". Os setores de inclusão parcial e de exclusão parcial, por sua vez, encontram-se dispersos. No relatório adverte-se que "as situações intermediárias que comparecem nestes setores acabam por dificultar não apenas uma análise mais precisa, mas também e, possivelmente, as intervenções necessárias sobres estes espaços". Em contraposição, as áreas cujas variáveis denotam a exclusão social localizam-se, quase que integralmente, nos limites periféricos norte e leste da malha urbana. E são nestas mesmas localidades que, em geral, estão as áreas implantadas pelo poder público para re-localizar as famílias provindas dos núcleos de favelas.

Vemos na Figura 2 que todas as áreas criadas para a realocação das famílias, tanto do programa Loteamento Urbanizado, quanto do programa Desfavelamento localizam-se em setores de alta exclusão, evidenciando que o tipo de solução apresentada é sobretudo segregacionista.

Quanto aos núcleos de favelas em que as famílias permaneceram no local por resistência (representados em verde), cinco permaneceram em áreas de média exclusão; outros quatro no interior de áreas de baixa exclusão; dois núcleos em áreas de inclusão na zona leste, mas que são muito próximos de áreas de exclusão; dois em que se pode observar com mais nitidez que estão na transição das áreas de média exclusão para as de baixa exclusão; e quatro núcleos de favelas em áreas de máxima exclusão.

Já as favelas desocupadas encontram-se ou encontravam-se em uma situação mais heterogênea[30]. É preciso considerar aqui que as primeiras ocupações remontam da década de 60 e que, por isso, grande parte destes núcleos já encontravam-se, quando da desocupação (1990-1992), com o entorno melhorado no que respeita ao acesso à cidade (o que também explica o fato de várias áreas de resistência encontrarem-se nas áreas de média e baixa exclusão). Considerando isto, podemos apontar, que das quarenta e quatro áreas desocupadas, aproximadamente quinze estavam localizadas em áreas de alta exclusão, no entanto, não é possível precisar com exatidão porque muitos núcleos estão visivelmente localizados nas interfaces de diferentes setores, sem contar que, muitas vezes, foi difícil precisar até mesmo o grau de exclusão ou inclusão de determinadas áreas que não apresentam clara homogeneidade.

Aproximadamente sete áreas estariam nos setores de média exclusão. Mas, pelo menos vinte e quatro núcleos desocupados estariam na intersecção dos setores de baixa exclusão e os setores de inclusão social, alguns deles nitidamente em áreas de inclusão.

[30] É importante frisar, que não estamos imprevidentes de que há certa distância temporal entre os dados dos núcleos de favelas e de realocação da população (que ocorreram por volta de 1990-1992) e da classificação dos setores de exclusão/inclusão (1997), mas, apesar disto, consideramos que nossa análise não fica prejudicada não só porque a distância temporal não é tão grande, mas também porque: a expansão territorial da cidade sempre se deu independente das necessidades por moradia por parte da população de baixa renda, e da mesma maneira, os investimentos feitos pelo poder público, em geral, estiveram transmudados em empreendimentos econômicos, voltados à obtenção do lucro para as incorporadoras, em detrimento do fornecimento de serviços necessários à população. A expansão territorial urbana durante a década de 1970 e início de 1980, neste caso, esteve direcionada principalmente para o oeste da cidade (SPOSITO, M. 1983 e 1995) e caracterizada por extensas áreas vazias entre elas. O que sinaliza que este processo de expansão é resultado de estratégias espaciais de agentes imobiliários que atuam sobre o mercado de terras urbanas (MELAZZO, 1993 e Guimarães, et al, 2001). A zona leste, onde se localizam todas as áreas criadas no programa Desfavelamento e a parte das áreas de Loteamentos Urbanizados, é uma área tradicionalmente caracterizada por uma ocupação de baixo padrão, desfavorecida quanto a sua acessibilidade e externalidade (SPOSITO, M. 1995), o que colabora para a confirmação do apontado sobre a situação destas áreas. Quanto ao extremo norte, onde está a outra parte dos Loteamentos Urbanizados, que foi praticamente todo criado para realocar os moradores de favelas, não teria, logicamente surgido em uma situação melhor que a encontrada hoje, de máxima exclusão (a própria distância destas áreas delata isto). Assim, podemos concluir que os investimentos do mercado imobiliário e do poder público são direcionados sempre para as melhores áreas, o que não permite alterar significativamente o grau de exclusão/inclusão das áreas aqui em foco.

O que quer dizer, que estes núcleos de favelas se encontravam com o seu entorno provido de um certo número de escolas, serviços de saúde, transporte coletivo acessível, asfalto, rede de esgoto, água, energia, coleta de lixo, creches, etc., ainda que se configuravam internamente como "ilhas de exclusão" no meio de bairros que contrastavam com a sua situação social. E, exatamente por isso foram alvo de desocupação. Segundo depoimento de antigo morador da favela localizada no Jardim S. Luiz, hoje morador do Parque Shiraiwa, o deslocamento deles teria partido da iniciativa da associação de moradores do bairro, através de um abaixo-assinado entregue à Prefeitura para desocupação da área onde deveria ser implantado sistema de lazer. Como podemos verificar:

> O presidente da associação de bairro fez um abaixo-assinado no bairro para retirar a favela. Um tempo depois, a Prefeitura foi de casa em casa avisar que ia ser retirada a favela e que era para comparecer lá na Prefeitura. Lá falaram que nós vinha para cá [Parque Shiraiwa], iam vender e tinha que ir construindo em um ano.[...] Por a gente, nós ficava lá, construía casa de material...teve gente que fez e a Prefeitura fez demolir. O bairro lá era mais forte. [...] O abaixo-assinado era para construir uma pracinha, e agora só tem um campo de areia, é só mato. O prefeito até mostrou os abaixo-assinado. Juntou os moradores do P. Cedral e do J. S. Luiz e venceram a favela. Saiu o Cambucy e teve gente que foi para lá, foi o que enfraqueceu a nossa briga.... (Depoimento - Trabalho de campo, IKUTA, 2000a)

Isto revela a existência de mobilização dos moradores legais do bairro para expulsão dos favelados e também nos permite inferir que tal fato contribuiu nas decisões de intervenção do Poder Público Municipal para a remoção da favela, que, supostamente, desvalorizava econômica e socialmente o bairro.

Esta é a resposta da "presença na paisagem urbana" dos sem-tetos e suas favelas que enfeiam, sujam e oferecem perigo aos bonitos, saudáveis e seguros bairros da cidade. A "expulsão social em massa", ou "expulsão dos espaços privados do mercado imobiliário" é reflexo do esforço para apagar ou tirar do alcance da vista este "desequilíbrio" na paisagem urbana. Como Smith aponta, a visibilidade dos sem-teto

> ...é constantemente apagada por esforços institucionais de removê-los para outros lugares – para abrigos, para fora dos prédios e parques, para bairros pobres, para fora da cidade, e em direção a outros espaços marginais. As pessoas expulsas também são apagadas pelas desesperadas campanhas pessoais dos que têm casa para não verem os sem-teto, mesmo quando tropeçam em seus corpos nas calçadas. Esse apagamento em curso da visão pública é reforçado pelos esteriótipos da mídia que ou culpam as vítimas –e, portanto, justificam sua invisibilidade estudada– ou afogam-nos num tal sentimentalismo lúgubre que faz deles párias sociais, desamparados, o patético Outro, eximido de responsabilidade cívica ativa e com sua condição de pessoa negada. (SMITH, 2000, p. 135)

Referenciados pela informação dos setores de exclusão/inclusão na cidade de Presidente Prudente, podemos qualificar os dados apresentados até o momento e ratificar não só a localização geográfica periférica das "soluções" apresentadas pelo poder público municipal, mas que o conjunto (e não apenas a precarização e a exclusão em relação à moradia) das condições sociais de existência das famílias oriundas do processo de luta pela moradia é de exclusão.

A exploração de todo este quadro da questão da moradia em Presidente Prudente pode nos levar à seguinte pergunta: o cerne da questão habitacional seria simplesmente a diferença entre o poder aquisitivo médio da população e o preço médio dos imóveis? Ainda que não pretendamos encaminhar nossa discussão por este viés, poderíamos responder somente que nos parece que não. Mesmo assim, e por isso que a colocamos em pauta, a pergunta abre caminho para começarmos delimitar e definir os nossos pressupostos.

Não é sob a ótica estreita da idéia de caos urbano devido ao crescimento populacional, ou das migrações provenientes da desterritorialização camponesa (êxodo rural) que somado ao crescimento populacional gerariam o déficit habitacional, nem pela ótica da determinação do preço do solo urbano, ou dos problemas referentes aos programas de habitação popular, principalmente os de financiamento para a aquisição da casa própria, ou ainda do mutirão enquanto alternativa de autoconstrução, muito menos simplesmente pela adequação ou não do desenho do espaço urbano, etc., que iremos analisar o problema da moradia.

Isto porque, entendemos que a problemática da moradia, no âmbito das contradições da sociedade urbana é um dos componentes de todo um conjunto de precariedades das condições sociais de existência dos trabalhadores. E isto demanda irmos além da ótica apontada acima que não ultrapassa os limites do isolamento da questão em si, sem avançar para a compreensão do metabolismo societal no seu conjunto.

O sem-teto ou o morador precarizado, sofre concomitantemente de outras precarizações ou exclusões. Já vimos que é a mesma parcela dos trabalhadores que mora mal, ou em condições precárias, que tem dificuldades para dar continuidade a escolarização, é mal atendida pelo serviço de transporte coletivo, tem problemas com o serviço de saúde pública, vive períodos longos e contínuos de desemprego, portanto estão muito mais ligadas ao subemprego, ao emprego temporário, distantes da sociabilidade que garante os direitos sociais extensivos ao trabalho com registro em carteira.

Neste sentido, consideramos ser necessário evidenciar a relação entre a questão da moradia (em si) com o conjunto das condições sociais de existência dos trabalhadores, explicitando que o tratamento isolado destas questões não dá conta de explicar toda a processualidade social em apreço, seu movimento e conteúdo contraditórios.

Assim, retomando o conjunto dos dados trabalhados, podemos encontrar neles o estímulo que nos permitiu construir o nosso objeto de estudo central. Se a **Figura 2** não contempla toda a população prudentina precarizada, pois não estamos entrando no mérito dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo poder público, certamente abrange grande parte das famílias que talvez sejam as mais excluídas, que são as provindas dos núcleos de favela. Neste sentido, é curioso notar que a atividade ocupacional predominante entre eles é a de pedreiro ou a de servente de pedreiro.

Por ocasião do 1º Encontro do Movimento de Moradia Popular de Presidente Prudente[31], realizou-se um levantamento da realidade dos moradores (ainda que não corresponda ao universo total das famílias, pôde-se apreender, naquele momento, um quadro aproximado da realidade vivida por eles) através da ficha de inscrição do evento. E, dentre as informações levantadas, queremos destacar a forte predominância de trabalhadores na construção civil, quase 80% (THOMAZ JÚNIOR, 1991 a e b). E, conforme vimos anteriormente no levantamento realizado em trabalho de campo, pedreiros e serventes de pedreiro também comparecem atingido um número considerável das atividades desempenhadas, são as atividades com maior participação. Este detalhe nos chamou a atenção e, permitindo-nos lançar as perguntas mais ingênuas, configurou-se em uma primeira motivação para esta investigação o fato de serem estes trabalhadores os que constroem casas e os mesmos que não as têm. A partir daí, a seguinte pergunta se colocou: esta relação (a separação forçada entre o trabalhar –esfera da produção- e o morar –esfera da re-produção-, através da despossessão do trabalhador das condições de vida, até o ponto em que ele constrói inúmeras casas mas permanece sem-teto) que no caso dos trabalhadores da construção civil é muito mais direta e exacerbada que nas demais atividades, este entendimento se faz presente de maneira lúcida para os trabalhadores/moradores? Esta relação é pauta, ou bandeira de luta em suas organizações? Ou, antes ainda, estão eles organizados?

Depois de lançadas estas questões, caberia então, investigar uma forma de organização ligada diretamente às reivindicações pela moradia (esfera da re-produção) e outra organização diretamente ligada às reivindicações do trabalho (esfera da produção) já que não existe uma organização que unifique as duas reivindicações. Por isso nos colocamos a discutir as Associações de Moradores de Presidente Prudente enquanto uma organização identificada na esfera da re-produção e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente enquanto uma organização identificada na esfera da produção.

[31] Realizado no dia 28 de junho de 1991, com a presença de cerca de 400 pessoas. Mais detalhes ver: THOMAZ JÚNIOR (1991 a e b).

Um dos pressupostos para começar a responder às questões lançadas é a compreensão de que a precariedade/exclusão atinge o todo do ser social, sem que este se perceba como um ser uno.

> Assim, o trabalhador no processo de produção não se pertence, sua força de trabalho pertence a outro; por isso, a relação do trabalhador com sua atividade no trabalho é exterior a ele, não é trabalho para ele mas para outro. Em decorrência disso, a relação do trabalhador com o produto do seu trabalho se configura como um objeto estranho que o domina. Essas são as duas primeiras características da alienação. Mas o trabalho humano alienado aliena também o homem de sua espécie (terceira característica). Nessa perspectiva a subordinação da vontade, do agir, condiciona o homem a desenvolver-se enquanto espécie voltada para a sua sobrevivência individual. (PERUZZO, 1984, p. 118)

Esta fragmentação do ser social pode ser percebida na sua prática organizativa. E é aqui que se centra nosso interesse maior, refletir sobre a dessintonia existente das diferentes frentes de luta, sobre a fragmentação na prática destas. A fragmentação da práxis social pode ser percebida na desidentificação com a classe social, na desidentificação com o ser social uno: o sem-teto ou o morador é visto e se vê separado do trabalhador ou desempregado, pois atuam e se organizam fragmentadamente. Há uma dessintonia, uma total desvinculação das reivindicações entre as lutas que estão diretamente ligadas à re-produção, como as lutas por moradia, com as lutas que estão diretamente ligadas à produção, como as lutas reivindicatórias por melhores salários ou condições de trabalho. Em cada uma dessas esferas a organização da luta e as reivindicações se restringem ao imediato. Os Movimentos Populares de Luta pela Moradia ou ainda as associações de moradores e os sindicatos dos trabalhadores são os exemplos dos exercícios que nos propomos realizar para refletir o controle social exercido pelo capital.

Neste sentido, se de um lado, hoje não há em Presidente Prudente movimentos sociais de luta pela moradia para enunciar suas reivindicações, do outro,

existem as associações de moradores – conhecidas também como associações de bairro[32].

As associações de moradores podem contribuir para pensarmos a prática organizativa popular, no urbano e apreendermos assim, como os moradores articulam suas reivindicações, na verdade, se chegam a articular suas reivindicações através desta entidade. Daí podermos questionar se as associações, que são entidades institucionalizadas, ou melhor, que atuam pela via institucional e comunitária por opção, são capazes de ser representativas dos moradores. E a partir disto, podemos aprofundar nossas reflexões sobre a perspectiva da articulação desta entidade com outras entidades, especificamente, no âmbito sindical.

Por sua vez, é evidente que não teria sentido restringirmo-nos somente nos Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil (que, no momento do início da pesquisa foi a nossa inspiração para as questões lançadas), uma vez que nos propomos a "escutar a voz" do mundo do trabalho, ou pelo menos de uma parte (os sindicatos), a respeito da fragmentação/dessintonia das reivindicações, já que entendemos que o "exercício" teórico em pauta (a dessintonia entre as associações de moradores e os sindicatos dos trabalhadores) é apenas um dos caminhos possíveis para a compreensão do metabolismo social do capital, este sim, definidor da dinâmica engendrante da lógica fragmentadora que recai sobre todo o tecido social.

[32] Há uma ausência muito significativa de estudos sobre elas.

Assim, consideraremos alguns dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente, que irão nos fornecer os subsídios para a apreensão dos projetos político-ideológicos dos trabalhadores, num quadro em que as organizações sindicais reduzem seu poder ao revelarem-se incapazes de se oporem às orientações atuais, isto é, às transformações no mundo do trabalho que têm levado a uma clivagem crescente da classe-que-vive-do-trabalho[33]. Clivagem que cumpre o papel de paralisar esta classe enquanto força social, através da fluidez e flexibilidade (da organização do trabalho, do estatuto do trabalho, do salário) que atuam como fator de heterogeneização e fragmentação do trabalhador.

Acreditamos que por meio dessa tentativa de tratar moradia e trabalho imbricadamente que podemos nos aproximar de uma compreensão que consiga refletir sobre a apropriação capitalista da práxis social, que incide sobre o conjunto das condições (relações) sociais de existência, isto é, não só sobre os aspectos/relações de produção, mas também sobre os aspectos/relações de re-produção. É dizer também, que incide sobre aspectos objetivos (condições precárias de moradia, trabalho, saúde, educação, etc.), mas também sobre aspectos subjetivos (a ausência de perspectiva coletiva, de classe, por exemplo), que podem ser apreendidos no debruçar sobre a singularidade dos Sindicatos e das Associações de Moradores de Presidente Prudente, e a expressão singular das suas avaliações/ações diante do metabolismo societário do capital, da processualidade social.

[33] A expressão classe-que-vive-do-trabalho é utilizada por Antunes (2000) com a pretensão de "dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude" (p. 101, grifos do autor), ou seja, validar contemporaneamente o conceito marxiano de classe trabalhadora. Para Antunes, a classe trabalhadora hoje incluiria então, a "totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho", sendo que o núcleo central é os trabalhadores produtivos (entendendo que o trabalho produtivo não se restringe ao trabalho manual direto), incluindo também os trabalhadores improdutivos, os trabalhadores em serviços. Thomaz Júnior (2002b) também aponta a polissemia do trabalho, a complexificação e ampliação do proletariado industrial (tradicional), dos séculos XIX e XX, e destaca que a classe trabalhadora hoje integra: "(a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da sua força de trabalho; b) aqueles que mesmo se garantindo com certa autonomia em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores proprietários ou não dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho familiar na agricultura e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses desterrados, posseiros, meeiros e: f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc."

Não é trivial e requer a atenção merecida o fato de o conjunto das carências repercutirem em um mesmo território e população, como conferimos anteriormente, uma vez que as práticas organizativas das associações e dos sindicatos são fragmentadas, pois, para elas, não está clara a compreensão de que a exclusão atinge a totalidade do ser social. É esta questão que iremos apresentar a seguir.

1.2 As Associações de Moradores e os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente: um exercício para pensar a fragmentação do ser social

Em geral, as análises do problema da moradia ficam restritas à unilateralidade da esfera da re-produção. Na perspectiva estruturalista, os fenômenos urbanos terminam sendo explicados como fenômenos que simplesmente reproduzem a força de trabalho. Neste sentido, o que há de ser superado é a perspectiva da esfera da re-produção entendida apenas como esfera do consumo, do mercado, cujo protagonismo (do mercado) lhe confere o status de esfera analítica independente. Primeiro porque esta perspectiva é trivial, não dialética (nem verdadeira, nem falsa), a re-produção das relações de produção passa a ser simples duplicação, repetição das relações (LEFEBVRE: 1973). E segundo, porque ela dissimula a verdadeira fonte de tensão da sociedade que é o conflito capital x trabalho ao transferir a contradição para o espaço do mercado na forma de regulações mercantis.

Nesta perspectiva, os fenômenos urbanos são isentos das contradições societais e da história. Daí resulta, por exemplo, a interpretação da questão da moradia como conseqüência da determinação do preço, do déficit habitacional, da solução do problema através da construção de unidades habitacionais via mercado. E ainda, a "leitura" e também a prática, portanto a práxis fragmentada do ser social que, desvinculadamente, se organiza no bairro para reivindicar por quatro paredes e no local de trabalho para reivindicar por aumento de salário, como se ambas reivindicações não tivessem nenhuma ligação uma com a

outra, como se não tivessem a mínima relação, ou seja, ele, ser social, concomitantemente morador e trabalhador, não se reconhece nessa dupla dimensão. Essas análises acabam alimentando a dicotomia entre o viver e o trabalhar.

Desta maneira, se por um lado é necessário efetivar uma "leitura" que propicie a imbricação da esfera da re-produção com a esfera da produção para que se possa trazer à tona a apreensão do metabolismo social do capital, por outro lado, é preciso lançar uma nova luz sobre a esfera da re-produção das relações sociais de produção, conforme propõe Lefebvre (1973). É preciso recuperar a dialeticidade deste conceito, começando por considerar que ele designa um processo complexo que não se limita à repetição ou duplicação do modo de produção, ele traz consigo contradições. Não se trata apenas da re-produção dos meios de produção, mas da re-produção das relações sociais de produção, que para Lefebvre é a "capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos" (p. 79). Daí necessitar de atenção, mas uma devida e apropriada atenção, pois, insistimos, a re-produção das relações sociais de produção "arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica" (LEFEBVRE, 1973, p. 6).

Assim, não queremos também focar apenas as relações de produção, porque, como já apontamos, o processo complexo da re-produção das relações sociais de produção não ocorre por simples inércia, nem se dá sem modificações. Ele não é um processo puramente repetitivo, há também produção de relações sociais no processo de re-produção. Não se pode localizar na empresa, no local de trabalho e nas relações de trabalho o lugar da re-produção das relações de produção, que não é só toda a sociedade, mas é todo o espaço. Tampouco se trata de repetir de forma redundante a definição do modo de produção, pois nesta perspectiva, o consumo não teria outro sentido nem outro alcance que simplesmente reproduzir a força de trabalho (LEFEBVRE, 1973).

É com esta expectativa que pretendemos "olhar" para a questão da moradia, considerando esta problemática como parte do ciclo completo do capital, isto é, não como uma questão pertencente apenas à esfera da re-produção, mas

incluindo a esfera da produção na análise e, ao mesmo tempo, fazendo uma "re-leitura" da esfera da re-produção das relações sociais de produção[34] neste processo, e desta maneira, ir ampliando a discussão com a possibilidade de refletir sobre as implicações de cada esfera/momento do ciclo do capital, sobre as relações capital x trabalho, sobre as implicações objetivas e subjetivas que, enfim, irão compor o metabolismo social do capital. E é a partir da territorialidade das Associações de Moradores e dos Sindicatos dos Trabalhadores[35] que iremos materializar este "exercício".

1.2.1 As Associações de Moradores de Presidente Prudente: uma práxis "emparedada"

A territorialidade das Associações de Moradores de Presidente Prudente é delimitada pelo bairro. A atuação das associações, seus objetivos, projetos e reivindicações não ultrapassam o limite do bairro, ou, metaforicamente, podemos dizer ainda que, na verdade, enquanto concepção geral de luta, não conseguem ir além das quatro paredes. O "emparedamento" começa, por exemplo, no fato de que, em geral, não há identificação de seus problemas com os problemas vivenciados em outros bairros e tampouco há a compreensão clara de que um mesmo processo engendra bairros que convivem, muitas vezes "eternamente", em condições de moradia e urbanidade precários e bairros que têm as mais otimizadas condições infra-estruturais (ou mesmo a cidade como um todo que nem todos têm acesso pleno: shoppings-centers, ensino superior, hospitais de alto padrão, verticalização, condomínios fechados que privatizam espaço público, a cidade programada para que predomine a tirania do automóvel em detrimento do

[34] No capítulo 3 trabalharemos mais verticalmente nesta "re-leitura" da esfera da re-produção das relações de produção, a partir de Lefebvre (1973), com o objetivo de focarmos o entendimento da questão da moradia, e exemplificamos como as expressões da esfera da re-produção são levadas para a esfera da produção.

[35] Não é de mais ressaltar que as associações de moradores e os sindicatos dos trabalhadores são apenas um exemplo entre os vários possíveis que podem ser ponto de partida para uma reflexão sobre a dessintonia de diferentes frentes de luta. As pseudo-dicotomias entre campo-cidade, sociedade-natureza, por exemplo, também podem, e devem, ser estudadas a partir dos movimentos de luta pela terra, movimentos de gênero, ecológicos, pacifistas, regionalistas ou nacionais, etc.

pedestre). E, portanto, não se luta pelo direito à cidade, pelos atributos de urbano que ela tem como um todo, mas apenas por uma parcela desta cidade. Ou seja, não há o entendimento da cidade como um todo, dos processos sociais, políticos e econômicos que a produz e reproduz desigual e combinadamente. Neste sentido, fica ainda mais prejudicada a apreensão da totalidade do processo que gera não só a precarização das condições do morar, mas de todo o conjunto das condições sociais de existência. E isto, mesmo que as condições concretas sejam de pobreza "confinada" na periferia mais distante, onde as precariedades se superpõem sócio-territorialmente. Esta é a raiz da fragmentação do ser social que então cinde a esfera do morar e do trabalhar: a precarização atinge o todo do ser social, mas este não se percebe como um ser uno.

A **Figura 3** nos permite localizar os bairros que têm associações de moradores, não simplesmente na malha urbana de Presidente Prudente, mas com a superposição das áreas de inclusão/exclusão social, propiciando-nos iniciar uma qualificação das características dos bairros que contam com estas organizações.

São 41 associações de moradores, que formam um cinturão periférico. A grande maioria dos bairros é de alta e média exclusão social, já no "miolo" da malha urbana, onde estão as áreas de inclusão não tem sequer uma associação. Podemos inferir logo de início, que esta é uma sinalização de que esses bairros periféricos são os que têm mais reivindicações a fazer.

De fato, durante o trabalho de campo pudemos verificar que há grande número de bairros cujas reivindicações são de equipamentos e serviços urbanos básicos. Evidentemente há diferenças/desigualdades entre os bairros. Mas o que realmente queremos destacar é que muitas vezes estas diferenças não são percebidas ou são negadas pelas associações de moradores. Esta postura está diretamente ligada à concepção e à relação que as associações têm com o poder público municipal.

FIGURA 3

Neste sentido, há associações que declararam estar sentindo diferença entre a gestão do prefeito Mauro Bragato (1997 a 2000) e a gestão atual do Agripino Lima (2001 a 2004) quanto a abertura que tinham para negociação, a existência do Orçamento Participativo e de projetos sociais (foram citados: Criança Cidadã e Renda Mínima) que na gestão em vigência foram eliminados ou diminuídos consideravelmente. Essas associações advertiram e protestaram em suas declarações contra as prioridades divulgadas pela atual administração, tais como a construção de um planetário na Cidade da Criança em detrimento do atendimento de necessidades básicas como creche, posto de saúde, asfalto, etc.

Todavia, se para essas associações o descaso e as "prioridades" anti-sociais da atual administração repercutem no não atendimento de suas prioridades básicas, há também lideranças que declararam acreditar que se há bairros cujas prioridades básicas não foram atendidas, é porque as associações "não vão atrás de consegui-las". E isto, mesmo frente aos contra-argumentos de que estes bairros não atendidos foram implantados há anos e, ainda, que os bairros de moradores de alto poder aquisitivo, como os condomínios fechados, têm toda a urbanização pronta antes mesmo que os moradores passem a habitá-los.

A justificativa para a postura citada acima é a crença de que para conquistar suas reivindicações

> [...] é preciso ter o secretariado [municipal] nas mãos [...] os vereadores estão aí, precisam ser procurados. O prefeito está aí e para ele tudo é prioridade, é preciso ir atrás, cobrar, eles estão abertos para todos e isto independe de partido político. O prefeito atua, atende uma área de acordo com a verba que tem e com o tempo que tem, ele precisa respeitar a lei fiscal (Depoimento - Trabalho de Campo, 2001).

Podemos avaliar que, neste caso, a relação com o poder público se dá por meio de alianças e favoritismos políticos não reconhecidos no discurso. O caráter político das intervenções públicas é negado. As alianças políticas, o clientelismo e o assistencialismo existente e até mesmo percebido por algumas

associações, por outras são negados. Atribuir à comodidade dos presidentes das associações as diferenças/desigualdades, o não acesso do direito à cidade para a maior parte da população, é encobrir o controle social exercido pelo poder público e pelo capital (que quase sempre são os mesmos, para não afirmar que sempre), é contribuir para encobrir os mecanismos engendrantes desta dinâmica que controla e reproduz as bases de uma sociedade à serviço do capital e é ainda justificar a atuação individualizada das associações (a idéia de que cada bairro deve e pode "lutar" por e para si), ou antes a reafirmar a institucionalização da entidade.

A possibilidade de articulação com outras lutas, entidades, a ampliação da luta para algo que se encaminhe no sentido de romper o metabolismo social hegemônico, é colocado a uma distância astronômica. Algo impensado, inimaginável. A não articulação com outras associações é considerada muitas vezes como independência.

Quanto ao papel do Conselho das Associações de Moradores[36] de Presidente Prudente, podemos afirmar que ele posiciona-se como mediador (no sentido de que cumpre o papel de trazer o poder público para escutar todas as associações indistintamente), e conciliador do conflito, mas não coloca em debate a tradicional relação de peleguismo existente entre a entidade com o poder público. Ao não se discutir os processos engendrantes, a desigualdade e a exclusão social acabam sendo naturalizadas.

O próprio Conselho reconhece a dificuldade de articulação entre as associações, mas também não consegue atuar aglutinando-as e tampouco tem um projeto político neste sentido. O teor das principais reivindicações do Conselho, que pode ser confundido com o de qualquer associação requerendo uma singularidade, quando expressa o seu imediatismo ao restringir a: mais unidades de saúde em alguns bairros da cidade e asfalto para os que ainda não têm, etc..

Podemos afirmar que, em geral, as Associações de Moradores de Presidente Prudente têm reivindicações que refletem as condições de exclusão da maior parte dos bairros representados (Figura 3), sendo que em sua maioria estão

situados em áreas de máxima exclusão social. Equipamentos e infra-estrutura urbana básicos compõem os principais elementos requeridos. As reivindicações acabam por se confundir com os próprios objetivos da entidade, isto é, não há um projeto político mais definido que ultrapasse os limites do bairro, ou que possibilite pensá-lo dentro do contexto da cidade como um todo. A atuação das associações restringe-se às necessidades mais imediatas de cada bairro em particular (como construção de prédios para creches e postos de saúde, instalação da rede de esgoto, pavimentação das ruas, áreas de lazer, atividades de entretenimento) e, em geral, não há identificação, articulação com projetos mais amplos de outras entidades para reivindicar ou colocar em discussão, por exemplo, questões ligadas à crescente precarização do trabalho (contrato temporário, domiciliar, informalidade, etc.); desemprego; qualidade do ensino público; o teor e a repercussão das políticas públicas das três esferas (municipal, estadual e federal); aspectos de gênero; questões ambientais, tão sentidas pela própria população, como pudemos verificar e relatar anteriormente.

Fica claro que o estabelecimento comum de bandeiras de luta que unifiquem estas entidades entre si e com outras entidades para além de suas reivindicações específicas, é inexistente. A articulação destas simplesmente não está colocada como uma necessidade premente. Nem mesmo as ações, a luta dos Movimentos Populares por moradia das grandes cidades são alvo de interesse enquanto projeto político, muito menos as ações de outras entidades com bandeiras de luta diversas como o Movimento Sindical ou os Movimentos Sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. As Associações de Moradores de Presidente Prudente desconhecem as experiências mais destacas de luta por moradia popular em outros países como a FUCVAM do Uruguay, o MOI da Argentina, ou a ASEVIS de Mendonza/Argentina[37]. Não se percebe qualquer convergência entre estas diferentes lutas. O cenário global não está em pauta, tanto que nem mesmo estão filiadas a Federações, Centrais ou qualquer outra agremiação.

---

[36] Vigente em 2001, quando das entrevistas que realizamos.

[37] A Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua - FUCVAM, o Movimiento de Ocupantes e Inquilinos - MOI e a Asociación de Entidades de Viviendas y Servivios Sociales - ASEVIS são entidades populares que atuam com o sistema de cooperativas e estão articuladas com diversos Movimentos Sociais.

As associações entrevistadas não demonstraram uma carga de envolvimento com o processo de luta por moradia existente outrora, isso mesmo em bairros onde havia áreas de resistência ou implantadas para receber famílias deslocadas de núcleos de favelas. A negação desta realidade é evidente até mesmo para a Associação do Jardim Morada do Sol (Km7), bairro implantado para absorver as famílias desterritorializadas, onde até hoje se encontram unidades habitacionais ainda improvisadas, ou seja, barracos que foram apenas transferidos de uma área irregular para o loteamento legalizado. A construção das casas com o apoio do poder público não é sequer uma reivindicação declarada pela atual associação. Em bairros como o Jardim Cobral, a referência que se faz ao processo de luta é no sentido de evidenciar a "solução" do problema com a legalização dos lotes e então integração das famílias faveladas ao bairro: "aqui nós conseguimos acabar com as favelas" (Depoimento - Trabalho de Campo, 2001). A situação de ilegalidade é vista pejorativamente e associada à marginalidade. E o desemprego, comum para essas famílias, em grande parte das vezes, é avaliado como decorrência da falta de vontade ou esforço pessoal.

A partir disto, pode-se perceber que o grau de acatamento da legalidade vigente em relação à sua luta é absoluto. Não se coloca em pauta práticas que possam extrapolar ou questionar a legalidade, de certa maneira, até mesmo porque os objetivos que estão colocados não exigem isto. A ocupação de prédios por parte dos Movimentos Urbanos das capitais, ou a ocupação de terras pelos Movimentos Rurais chegam a ser reconhecidas como legítimas, mas não como práticas a serem incorporadas.

Diante de tudo isto, foi possível perceber que não há uma elaboração aprimorada de táticas e estratégias próprias de enfrentamento com o poder público e outras instituições. Na verdade, percebemos um quase que absoluto peleguismo das associações ou mesmo a predominância de uma inércia geral frente a dificuldades na relação com o poder público. O assistencialismo reinante na atual gestão pública municipal, principalmente no que se refere ao poder executivo, é um incentivo tanto para a inércia quanto para o peleguismo. O atual prefeito possui instrumentos que lhe propiciam uma certa hegemonia local: os meios de comunicação (um Jornal

impresso diário, um canal de TV, duas Emissoras de Rádio AM e FM); uma Universidade, um Hospital; familiares com cargos políticos (na esfera municipal, estadual e federal) que são utilizados para a garantia de favoritismos locais, sempre em benefício particular. A doação de cestas básicas em datas festivas como dia das mães e Natal, as promessas de emprego nas empresas de propriedade da família do prefeito, reformas e construções de templos religiosos, são práticas popularmente conhecidas. Mas se o assistencialismo do executivo atual favorece e mantém o peleguismo das associações de moradores, isto não é o mesmo que dizer que o peleguismo não existia antes. Nada nos depoimentos que coletamos delatava alguma mudança radical no histórico da relação dessas entidades com o poder público municipal. Ao contrário, em geral, pudemos apreender que as associações nunca tiveram um projeto político combativo, de enfrentamento direto e irrestrito com o poder público municipal. Denotamos que, de certa forma, o papel, as reivindicações, os objetivos dessas entidades sempre foram predominantemente os mesmos.

Este quadro local repercute diretamente na falta de expressão e representatividade das associações de moradores. A escassa participação e envolvimento da comunidade do bairro com as associações foram expressas pelos próprios presidentes das entidades. Na maior parte das vezes, isto foi avaliado como dificuldade de obter o "reconhecimento" da comunidade diante da atuação das lideranças. Tal dificuldade foi apresentada como um dos principais problemas das entidades. Algumas associações anunciaram a "conquista" dos moradores como um dos seus objetivos maiores e a realização de eventos festivos como churrascos, festas juninas e natalinas como uma forma de promover a entidade junto à comunidade.

A forma de reivindicação predominante é o encaminhamento de ofícios à Câmara Municipal, geralmente auxiliado e acordado por algum vereador com o qual estabelecem uma relação pessoal e/ou partidária mais próxima.

Algumas associações não se intimidaram em declarar que suas reivindicações foram conquistadas com o "apoio" e "respaldo" de algum vereador,

que por sua vez, recebeu o "apoio" e "respaldo" das entidades em campanhas eleitorais.

As perspectivas das associações não ultrapassam o próprio bairro, pois elas se auto-concebem e se restringem neste limite. As questões mais amplas como a fome, a saúde, a educação, o desemprego e a desigualdade social no país, não fazem parte de sua escala de atuação. São questões do âmbito dos sindicatos, todavia, para serem resolvidas pelos governos estadual e federal. Essa concepção denota a crença no Estado.

Não é só na escala local que as soluções para os seus problemas devem ser solucionadas institucionalmente, vimos que para alcançar seus objetivos não se questiona a legalidade e as vias são quase sempre por meio do apoio do Legislativo e do Executivo. Reconhece-se a intensificação da exploração e precariedades em que está sendo submetida a sociedade brasileira, onde os baixos salários e o desemprego em conseqüência das exigências de qualificação profissional são os primeiros a serem citados, mas acredita-se que a solução está nas mãos do próprio Estado. Cabe somente a este a efetivação das mudanças desejadas porque estas são inalcançáveis a uma organização popular.

Assim, uma primeira conclusão que podemos apontar é que a ausência de articulação, cooperação e solidariedade (não do assistencialismo, paternalismo que em geral imperam no comunitarismo) entre as associações/bairros revela o total individualismo, ensimesmamento a que estão submetidas e coloca fora do horizonte dessas "comunidades" um projeto coletivo, emancipatório, ou que ultrapasse o imediatismo das reivindicações que não conseguem ir além das quatro paredes. Ou mesmo se ainda nos mantemos numa linha imediatista, podemos perceber que a práxis atomizada deixa de resolver até mesmo a carência do teto para morar e mais, reproduz os mecanismos que perpetuam a inclusão precária em que estão submetidos.

1.2.2 A fragmentação territorial e as perspectivas econômico-corporativas dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente

O mundo do trabalho tem passado por profundas transformações tanto no que respeita à materialidade, quanto aos aspectos da subjetividade. As condições de emprego e salário sofrem mudanças que estão gerando intensa precarização do mundo do trabalho. O aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados é uma decorrência objetiva deste processo, assim como, a captura da subjetividade do trabalhador de acordo com os imperativos da lógica do sistema produtor de mercadorias que vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo. Daí, a crescente fragilidade do movimento sindical em diversos países, sem excluir o Brasil (ALVES, G. 2000; ANTUNES, 2000; BIHR, 1998; SANTOS, A. 2001; ARAÚJO, A. 2002; DIEESE, 2002).

Um ponto de partida para identificarmos os processos que levam a esta dinâmica, pode ser a cisão dos sindicatos por meio da sua fragmentação territorial e corporativa[38]. A Carta Sindical dita uma longa sub-divisão das categorias profissionais. Um exemplo é o que constatamos na execução do trabalho de campo que, uma só empresa pode ter seus funcionários, que trabalham lado a lado, organizados internamente em pelo menos 4 sindicatos diferentes: um sindicato que agrega os empregados em escritório (administração), outro os condutores de veículos, outro sindicato que agrega os seguranças e vigias, outro o pessoal da limpeza, e pode ter ainda parte dos trabalhadores pertencentes à empresas terceirizadas que não estejam representados por nenhum sindicato. A Carta dita também as bases territoriais, que seguem a divisão político-administrativa do Estado, que os sindicatos devem ter.

Um dos aspectos que pudemos apreender nas entrevistas aplicadas nos sindicatos de Presidente Prudente é que esta divisão oficialmente imposta, quando não tomada como algo dado e inexorável, muitas vezes ainda é vista como

[38] Para uma abordagem teórica sobre a fragmentação territorial dos sindicatos cf. Thomaz Júnior (1998).

um facilitador e potencializador do sindicato, pois angariaria o interesse dos trabalhadores pelo sindicato para que "seus" problemas, "suas" reivindicações mais imediatas fossem atendidas. Não bastasse a divisão por categorias, um dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente se desligou da sede estadual tornando-se "independente", passando agora a negociar apenas localmente.

Embora o conseqüente enfraquecimento do movimento sindical com o corporativismo[39] seja por vezes reconhecido, o "bicho papão" que impede e afasta a idéia da construção de um movimento sindical ofensivo e orgânico é a eminente ameaça do desemprego. Este é o principal instrumento do controle social exercido pelo capital[40].

As greves passam a estar cada vez mais ajustadas com os limites institucionais e o pacto, aliança, ou conciliação de classes, parece configurar-se como a via única. No entanto, as próprias taxas de sindicalização, que a partir da década de 90 entram em refluxo, apontam a limitação desta estratégia.

Fragilizados, a maior parte dos Sindicatos de Presidente Prudente apresentam a campanha salarial como a principal bandeira de luta. A agenda política praticamente limita-se às negociações na data-base de cada categoria. Além da questão salarial, o outro ponto principal da agenda da maior parte dos sindicatos é a manutenção de direitos trabalhistas já conquistados através da Consolidação da Legislação Trabalhista - CLT ou de negociação direta com as empresas como cesta básica, café da manhã, folgas no final do ano. Em alguns sindicatos há algum esforço para que a campanha salarial seja coletiva. Todavia, em geral, a noção de coletividade não ultrapassa a questão salarial.

Depois da campanha salarial, predominam ainda na agenda política dos sindicatos a garantia dos convênios (planos de saúde, cestas básicas, vale transporte, cabeleireiros, etc.) conforme o acordado com as empresas e comparecem posteriormente questões mais específicas às categorias como política de saúde e

[39] ARAUJO, A. (2002) organiza toda uma obra a respeito do corporativismo.
[40] No decorrer dos capítulos seguintes fazemos outros apontamentos sobre os mecanismos de controle social do capital que estão mais diretamente relacionados com a nossa temática. Para uma leitura aprofundada sobre a necessidade do controle social, ver: MÉSZÁROS (1987).

segurança no trabalho para os trabalhadores da construção civil; formação profissional e representação por local de trabalho para os servidores públicos municipais; combate à política de bônus e gratificações salariais do governo, máximo de 27 alunos por sala de aula, discussão sobre as mudanças na grade curricular para os professores do ensino.

As principais lutas dos Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente levantadas por Carvalhal (2000a) também são a questão salarial e a manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas.

Lazer e defesa do registro em carteira também foram reivindicações que comparecem enquanto elementos pontuais na agenda de um dos sindicatos pesquisados. As eleições estaduais e federais e a preocupação com o desemprego é pauta de uma Central Sindical.

A minoria dos sindicatos entrevistados declarou certo interesse em superar a postura corporativista, ainda que de forma relativa ou, na verdade, numa postura contraditória declararam que "há muito deixamos de ser um sindicato apenas corporativo, não deixamos de tudo, não abandonamos porque esta é a essência do nosso trabalho" (Depoimento – Trabalho de campo, 2001) e expressaram estar mantendo a linha política declarada para a categoria, por exemplo, a luta contra a privatização: "Nós conseguimos mesclar muito o corporativo com o político ... nós conseguimos fazer greve por salário e greve contra a privatização[41]" (Depoimento – Trabalho de Campo, 2001).

Percebemos que as questões que condizem à vida do trabalhador fora do local de trabalho como saúde, educação e moradia, compreendidas como questões macroeconômicas, têm uma relevância paralela, ou seja, em geral, não têm rebatimento como pauta prioritária da maior parte dos sindicatos. Alguns chegaram a afirmar que estas são "questões muito distantes das demandas dos trabalhadores e sem perspectivas de articulação [com sua luta específica]" (Depoimento – Trabalho de Campo, 2001).

As greves e paralisações são as formas de reivindicação mais correntes, todavia, alguns sindicatos declararam que o consenso prévio com as empresas é fundamental para a entidade que só entra em processo de paralisação em último caso.

Na relação com o Estado, principalmente enquanto poder público municipal, há uma declarada crença neste revelada no lançamento e apoio de candidatos próprios a cargos políticos com a justificativa de que é preciso fazer parte do governo para garantir as reivindicações dos seus trabalhadores. A preocupação com as eleições estaduais e federais também está presente para alguns sindicatos, principalmente para os que são da oposição, pois estes acreditam que através de uma gestão governamental diferenciada se estará mudando a sociedade, o que a luta direta com o patrão somente não permite.

É sabido que o Estado está levando a cabo a desregulamentação do mercado e contribuindo sobremaneira para a ofensiva do capital sobre a sua crise e a recuperação de sua hegemonia. E esta resposta do capital tem implicações objetivas: a superexploração do trabalhador através da precarização intensiva do trabalho – o capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho terceirizado, parcial; ele busca acabar com o emprego formal e com direitos para que as empresas sejam enxutas, produtivas e garantam patamares de rentabilidades requeridos. Cabe aqui lembrar que a informalidade no mercado de trabalho significa a total precarização das relações de trabalho, uma vez que a estrutura sindical brasileira representa apenas os trabalhadores inseridos no mercado formal.

Mas a resposta do capital também tem implicações subjetivas e é aí que podemos entender porque e como a grande maioria das lideranças sindicais estão submetidas à ideologia burguesa. Ou seja, o porque prevalece uma individualidade personalizada, uma sociabilidade narcisista nas relações e práticas

[41] A declaração é do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo que enfrentavam a campanha do Estado para privatização da empresa responsável pelo abastecimento de água e saneamento básico de Presidente Prudente.

sociais que não tem sentido além do que apenas para o indivíduo, sempre que isto propicie vantagem pessoal (CARVALHAL, 2000b).

As metamorfoses no processo produtivo fazem surgir uma concepção meramente instrumental do trabalho, além do individualismo entre os trabalhadores. Piqueras Infante (1997) nos explica que os trabalhadores concebem suas possibilidades de subsistência através da sobrevivência e expansão da empresa capitalista. E isto resulta numa aparente coincidência de interesses entre capitalistas e trabalhadores, ou seja, resulta numa consciência importada para os últimos. Neste sentido, a organização política interna das empresas, transforma os trabalhadores em "cidadãos" com direitos e deveres para com elas, substituindo, assim, as lutas por processos internos de negociação. É fato que o capital necessita, além da produção de mercadorias, a produção simultânea de identificação dos trabalhadores com os objetivos da empresa, e a legitimação da estrutura de controle dos processos de trabalho e do resultado final. Isto é, o capital necessita de uma exploração qualitativa, necessita da re-produção das formas de consciência dos trabalhadores compatíveis com seus objetivos e com o modo de produção capitalista em geral.

Pudemos perceber que alguns sindicalistas apostam na "solução de mercado" até mesmo para suas "conquistas", pois consideram que a flexibilização dos direitos trabalhistas[42] ou enfim, toda a política neoliberal que vem sendo implementada façam parte de um processo inexorável, um "caminho sem volta". Muitos justificam que as mudanças para que o negociado prevaleça sobre o legislado já vigora na prática, e portanto, só ocorreria a legalização da possibilidade de negociação de aspectos que as empresas têm dificuldade de cumprir, isso se

[42] A referência é o projeto de lei, que começou a ser cogitado na gestão do governo FHC, que permite negociar direitos trabalhistas como férias, horas extras, descanso semanal e até a irredutibilidade dos salários, em troca da garantia de emprego. Como os direitos trabalhistas são garantidos pela Constituição, o governo tentou inverter as regras propondo que os direitos continuassem na Constituição, mas que as formas de implementar esses direitos, determinadas por outras leis, pudessem ser rediscutidas entre patrões e empregados. E no caso de mudanças, elas seriam incluídas nas convenções ou acordos coletivos, passando a valer o que fosse acertado. Desde o início, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) ficaram contra a flexibilização dos direitos trabalhistas e a Força Sindical apoiou algumas mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas exigindo, justificaram eles, que o governo mantivesse as garantias constitucionais.

acarretar percas de direito. Conforme a própria declaração dada a nós pela Central Única dos Trabalhadores, os sindicatos filiados à ela se posicionam contra a proposta atual de mudança na CLT e afirmam ter consciência da necessidade de anterior mudança da estrutura sindical como um todo, mas reconhecem as dificuldades de compreensão disto por parte da base.

Quanto a filiação e articulação dos sindicatos com Federações e Centrais sentimos que há uma evidente fragilidade nessas relações. Na verdade, a dificuldade se inicia no distanciamento existente entre liderança e base e se reflete no que poderia ser uma relação de cadeia entre os primeiros. O próprio Conselho Intersindical de Presidente Prudente revela que internamente às Federações são entendidas apenas como um canal de informação sobre a conjuntura estadual, mas não como um canal que poderia propiciar uma articulação entre as entidades sindicais.

E não é muito diferente a questão da articulação dos sindicatos com outras entidades ou Movimentos Sociais. O citado Conselho Intersindical, que poderia levar a cabo ao menos a interlocução entre os sindicatos, nos afirmou que o único que consegue articular entre os sindicatos é um apoio técnico mútuo a questões de âmbito particular das entidades como a dificuldade de negociação com uma empresa. Ou seja, não há a busca da construção de um projeto político comum, não há o reconhecimento da possibilidade da construção de bandeiras de luta comum. Se nem os sindicatos e os trabalhadores, conseguem superar entre si as especificidades requerer aspectos extra mundo do trabalho é uma realidade mais que eventual. Apenas um sindicato apontou uma ação pontual que envolvia a participação de associações de bairro. Somente a Central entrevistada está envolvida num projeto de articulação de Movimentos Populares, a Frente de Luta Popular, porém, corroborando com o que expomos, apontou que a Sub-Sede tem grande dificuldade frente às resistências de debate conjunto com outras entidades e atribuiu isto às características regionais, ou seja, existiria uma "cultura", uma concepção de que cada espaço político é de domínio específico, assim em qualquer discussão com outra entidade se supõe que haja manipulação e uso político partidário.

Ou seja, são múltiplas as dificuldades de compreensão da possibilidade de uma vinculação entre as diferentes entidades.

Assim, se o capital

> ...é hegemônico na delimitação do fato econômico e, sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pela ação do Estado. Daí estarem fragmentados entre o urbano e o rural [entre o trabalhar e o viver, ou seja, entre o que está "fora" e o que está "dentro" do trabalho], entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria. (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 248)

Enquanto o capital, com sua estrutura totalizante busca garantir a sua hegemonia reorganizando-se para retomar o seu patamar de acumulação e o seu projeto de dominação, os trabalhadores se vêem e se entendem nos limites da "legitimação jurídico-política do processo produtivo capitalista" (THOMAZ JÚNIOR, 2002a, p. 248).

Neste sentido, apenas um dos sindicatos entrevistados apresentou como parte da agenda política a preocupação com a extensão da base que é municipal para uma regionalização, reconhecendo que a fragmentação dos sindicatos por município é uma desvantagem em relação aos patrões que se unem. E que as conquistas locais se paralisam se na região elas estão aquém.

E neste cenário, pensar a articulação orgânica entre as lutas de "fora" e de "dentro" do trabalho é, no máximo, apontada como uma necessidade reconhecida, mas ainda sem nenhuma prática concreta. Já a luta "para além do capital" é considerada demasiada utópica para romper os complexos e "reais" processos sociais e, sobretudo, políticos e econômicos atuais.

É neste contexto que, como muito, se reconhece que os aspectos diretamente ligados ao trabalho repercutem no conjunto dos aspectos ligados à re-produção, isto é, ao viver, ao morar e vice-versa, sendo que este segundo,

reconhecido com mais dificuldade ainda ou simplesmente não reconhecido – quem sabe até mesmo por alguns marxistas ortodoxos, já que nos referimos não só à prática de luta dos sindicatos, mas também às análises teóricas a respeito.

E se ao discursar há certo reconhecimento (em geral restrito às lideranças) das repercussões mútuas entre o trabalhar e o viver, os desdobramentos territoriais disto praticamente ainda não são explorados.

Nos expliquemos: vimos que em Presidente Prudente o conjunto das condições atuais de existência (tanto os que respeitam a esfera da produção como da re-produção) é de exclusão para uma mesma porção territorial, ou melhor, se sobrepõe sobre uma mesma população, isso porque o sistema de metabolismo do capital submete a classe-que-vive-do-trabalho tanto em sua vida dentro como fora do trabalho, objetiva e subjetivamente, aos seus imperativos. Salários baixos, informalidade ou mesmo desemprego, fome, atendimento médico e educacional ineficaz, moradia e saneamento básico precários, todos recaindo ao mesmo tempo sobre as mesmas famílias.

Todavia, nem as associações de moradores, nem os sindicatos dos trabalhadores buscam uma luta conjunta, que busque a reapropriação destes aspectos no seu conjunto, uma vez que o processo que engendra a desapropriação é o mesmo. Não há a compreensão de que só deixarão de estar submetidos aos imperativos do capital se todo o conjunto das condições de existência for reapropriado e não apenas um dos aspectos, seja a moradia, seja o trabalho.

Mas quais são exatamente as transformações atuais na estrutura societal que repercutem objetiva e subjetivamente no morar e no trabalhar? Como a reestruturação produtiva, a crise da sociabilidade e o controle do capital podem influenciar diretamente na vida, na re-produção do trabalhador? Tais mutações societais estão mesmo contribuindo para a fragmentação do ser social? É este contexto que limita as possibilidades de interlocução, articulação e unificação orgânica das lutas sociais?

No capítulo seguinte, damos o primeiro passo no sentido de aprofundar essas questões, abordando as influências da reestruturação produtiva e da crise do sindicalismo em todos os âmbitos da vida da classe trabalhadora.

Capítulo 2

TRABALHO E MORADIA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ATUAIS NA ESTRUTURA SOCIETAL

Vivenciamos a transição da base da sociedade capitalista, prioritariamente, da indústria para a centralidade financeira que altera a forma e o processo da acumulação do capital. Neste processo, o Estado e a sociedade passam a organizar o dinheiro, a forma líquida do capital, que produz ao mesmo tempo a denominada "liquidez" das relações de classe, transformando-as e fetichizando-as ainda mais, concedendo-as uma aparência de desigualdade, aparência porque dissimula-se uma desigualdade apenas entre os que têm e os que não têm dinheiro, e isto, em lugar do antagonismo básico e estrutural, entre capital e trabalho que, de fato, as separa (PIQUERAS INFANTE, 1997). Mas a "Economia-Mundo", como denominam autores como Wallerstein (1987), é conseguida paralelamente a uma hegemonia política e

cultural. Tais metamorfoses conformam novas territorialidades em tensão (GONÇALVES, C. 2002) de onde podemos apreender novas relações de poder, novas formas de objetivação e subjetivação (alienação, estranhamento), novas representações dos seres sociais em todas as suas dimensões, tanto dentro como fora do trabalho.

Atentar-se para a construção de novas representações sociais diante das transformações hodiernas, permite preocupar-se com as transformações ocorridas, ou em vias de ocorrer, nos movimentos, organizações e lutas sociais, pensando a situação da classe trabalhadora neste tempo de avanços e transformações, que Boaventura de Souza Santos (2002) adverte como transformações "dramaticamente designadas por revolução": revolução da informação, da comunicação, eletrônica, genética e da biotecnologia.

> Se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje. Essas promessas constituíram o patrimônio matricial do que se chamou por emancipação social e as lutas políticas modernas concentraram-se sobre a concepção de tais promessas e sobre os modos de as realizar ou, pelo contrário, de impedir a sua realização. (SANTOS, B., 2002)

Desta maneira, as transformações ocorridas com a globalização, em suas diferentes dimensões e com a mundialização do capital têm produzido repercussões no contexto das demandas gerais da sociedade (ALVES, G., 2001). Assim, a exclusão ou inclusão precária em relação à moradia, é uma das conseqüências objetivas destas transformações e que por isso, não pode ser compreendida isoladamente uma vez que um sem-teto é concomitantemente precarizado nos âmbitos da saúde, da alimentação, do trabalho, da qualidade ambiental, do lazer, dos meios de transporte, etc. Portanto, é a partir da compreensão da intensificação da precarização do conjunto das condições sociais de

existência, que surge o exercício teórico de estreitamento da discussão da moradia com o mundo do trabalho. E para apreender o processo de precarização do conjunto das condições sociais de existência, não se pode desconsiderar as conseqüências provindas da reestruturação produtiva que, no Brasil se deu, a partir do governo Collor, nos anos 90, através da política neoliberal que impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital.

Além dos aspectos objetivos citados, a subjetividade social é também atingida a partir de um processo contraditório e simultâneo pautado na lógica fragmentadora e ao mesmo tempo homogeneizante do capital, onde se reproduz, uma sociabilidade ou, um modo de vida apropriado às imposições do capital. Esta padronização da sociedade exprime a fetichização da mercadoria, (ou ainda a fetichização societal, isto é, a sociedade de massa que tem como elemento integrador o consumo) e estrutura-se sob condições da normalização e da normatização dos comportamentos e práticas sociais impostos pelo metabolismo do capital.

Ao mesmo tempo se produz uma dessocialização que dissolve as relações comunitárias, relaxa o vínculo social e fragmenta as negociações coletivas nesta crescente dificuldade em agregar interesses político-ideológicos (BIHR, 1998). Harvey nos acrescenta que "a luta de classes se fragmenta com excessiva facilidade em um sem-fim de interesses comunitários fragmentados geograficamente, facilmente cooptados pelo poder burguês ou explorados pelos mecanismos da penetração do mercado neoliberal" (HARVEY, 1999, p.63). Este processo homogenizador/fragmentador e suas conseqüências para a práxis social é o que Bihr (1998) identifica como sendo a crise da sociabilidade.

É importante ressaltar que ao tratar da vida dentro e fora do trabalho em seus aspectos objetivos e subjetivos estamos levando em consideração todo o conjunto da organização do modo de vida capitalista, pois estamos colocando em pauta as transformações gerais que afetaram a sociedade em seu conjunto sob a influência crescente das relações sociais capitalistas.

A reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo no Brasil são exemplares enquanto dinâmicas que nos possibilitam entender o potencial destrutivo da nova ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. Sempre considerando as alterações na territorialidade, nas diferentes escalas de análise, sendo que a espacialização da reestruturação produtiva para a classe-que-vive-do-trabalho não é apenas a intensificação das transferências de atividades produtivas e as mudanças no interior das fábricas para adequar a participação de fornecedores externos à nova territorialidade da produção/distribuição/circulação/consumo. Mas representa a ampliação do capital enquanto relação social que não se restringe mais ao mundo fabril, ou seja, o mundo do trabalho hoje tampouco se restringe apenas à fábrica, e da mesma maneira esta não é o mundo do trabalho. Cabe então, considerarmos um espalhamento de realizações da expropriação/dominação/apropriação do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002b).

Na tentativa de apresentarmos como o ser social se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza no contexto das transformações atuais, primeiramente introduzimos a discussão tratando brevemente do sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. Em seguida, discorremos mais verticalmente sobre a reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo no Brasil, para encerrar o presente capítulo (o que não significa fechar o debate) valorizando os aspectos subjetivos que medeiam a práxis da classe trabalhadora tanto dentro como fora do trabalho, ou seja, em sua totalidade.

2.1 Introduzindo o contexto em que o ser social se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza

Antunes (2000) ao tratar das transformações em processo na sociedade contemporânea discorre sobre alguns pressupostos analíticos básicos. Um primeiro aspecto é que as transformações em pauta ocorrem tanto nas formas de materialidade (ou objetividade), quanto na esfera da subjetividade. Um aspecto que também merece destaque é a consideração de que

> ...a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca de produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados (ANTUNES, 2000, p. 16, grifo do autor).

Em 1999, havia 1 bilhão de pessoas, ou seja, 1/3 da força de trabalho mundial, desempregada ou precarizada. Para Antunes, isso retrata o fim do emprego formal com direitos, mas não o fim do trabalho como alega outros autores.

Antunes ainda tece críticas às formas concretas de (des)socialização humana que considera uma condição para realizar a crítica a fetichização das formas de representação vigentes, do ideário dominante na sociedade hoje, o culto da "sociedade democrática"; a crença na desmercantilização da vida societal; o advento da comunidade comunicacional; e o fim do trabalho e a realização concreta do "reino do tempo livre". Um último aspecto, é que o capital assume, ao longo do seu processo, uma lógica onde o valor de uso das coisas foi totalmente subordinado ao seu valor de troca. E é este último aspecto que queremos destacar brevemente.

Baseado na obra Beyond capital de István Mészáros[1], Antunes (2000) inicia sua compreensão das mutações e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, explorando o ideário que domina essa sociedade através da discussão do sistema de metabolismo social do capital e seu sistema de mediações. Antunes explica que

> O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. [...] Os seres sociais tornaram-se mediados entre si e combinados dentro de uma totalidade social estruturada, mediante um sistema de produção e intercâmbio estabelecido. (ANTUNES, 2000, p.19, grifos do autor).

As mediações de primeira ordem têm como finalidade "a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal" e, ao contrário das mediações de segunda ordem, não "necessitam do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação". Já as mediações de segunda ordem nascem da introdução, num determinado período histórico, de "elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico" nas mediações de primeira ordem (ANTUNES, 2000, p. 19-20). O sistema de mediações de segunda ordem

> [...] subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais – das relações de gênero familiares à produção material, incluindo até mesmo a criação das obras de arte – ao imperativo absoluto da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação. (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2000, p. 21)

As mediações de segunda ordem decorrem do advento do sistema de capital que desde sua origem tem como traço mais marcante a "completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca" (idem, p. 21).

Ainda a partir de Mészáros, Antunes apresenta quatro elementos que seriam as condições necessárias para a vigência das mediações de segunda ordem:

> 1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção;
> 2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles;
> 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas -, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital;
> 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a

[1] Mészáros apud Antunes (2000).

> suas funções produtivas fragmentárias. (idem, p. 22, grifos do autor)

É neste contexto que o ser social que trabalha se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza.

Assim, a crise do taylorismo e do fordismo é identificada como a expressão fenomênica da crise estrutural do capital que se reorganiza no seu sistema ideológico e político de dominação. Esta resposta do capital para sua crise, isto é, a adoção do toyotismo e suas formas de acumulação flexível, de gestão organizacional e de avanço tecnológico, tem repercussões diretas para o trabalho, até porque cumpre o papel de ser uma ofensiva do capital para recuperar a sua hegemonia, o que significa controlar as lutas sociais (o conflito). São então criadas novas formas de intensificação do trabalho, sendo que Antunes (2000) pontua as seguintes: desregulamentação dos direitos do trabalho; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; e destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, propositivo, de empresa (ANTUNES, 2000, p. 52-53). Ocorre hoje, uma redução do proletariado industrial (tradicional) concomitante ao aumento do "novo proletariado" (os terceirizados, trabalhadores temporários e subcontratados) e toda a horda de trabalhadores que se inserem crescentemente na informalização, e o contingente expressivo de desempregados.

É com a debilitação (fragmentação) subjetiva da classe que se desenvolve as estratégias sindicais neocorporativas. Agora, a própria "disposição intelectual-afetiva" do trabalhador "é constituída para cooperar com a lógica de valorização do capital" e não mais apenas o "fazer" e o "saber" operários são capturados (ALVES, G. 2000, p. 54). Os imperativos da concorrência se explicitam nas reações corporativas dos sindicatos e além da burocratização sindical, pode-se assinalar que o sindicalismo vive limites histórico-ontológicos que é a sua crise estrutural e não conjuntural. O que coloca, em escala de importância, a práxis política e ideológica da classe acima da práxis sindical.

2.2 Reestruturação produtiva do capital e crise do sindicalismo no Brasil: a nova ofensiva do capital sobre a classe trabalhadora

A partir da perspectiva de constituição de uma nova ofensiva do capital na produção, iniciada na década de 80 e fortemente impulsionada na década de 90, G. Alves (2000) analisa a crise do sindicalismo no Brasil que para ele tem como características principais não só "a perda da representatividade sindical, a esclerose organizacional e a crescente dificuldade em agregar interesses, mas, também, e principalmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe" (p. 11-12). Isto é, a crise do sindicalismo reflete a incapacidade das estratégias sindicais diante das novas condições de acumulação capitalista, da mundialização do capital e dos seus desdobramentos objetivos e subjetivos na classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2002c e ANTUNES, 1991 e 1993).

Todas estas metamorfoses nas regras da acumulação do capital devem ser entendidas enquanto uma experiência histórico-geográfica, que constituem, portanto, novas configurações de poder, novas territorialidades, não só porque o ser social é indissociável do estar e o território é a condição de existência material da sociedade, mas também, uma vez que

> [a] acumulação do capital sempre foi um assunto geográfico. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, a reorganização espacial e o desenvolvimento geográfico desigual, há muito tempo o capitalismo teria deixado de funcionar como sistema político-econômico. Esse perpétuo recurso a um "remédio espacial" às contradições internas do capitalismo (muito destacavelmente as que aparecem como sobre-acumulação de capital dentro de uma área geográfica particular), combinado com a inserção desigual dos diversos territórios e formações sociais dentro do mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global da acumulação do capital cujo caráter se tem que entender bem. (HARVEY, 1999, p. 49, tradução nossa)

Neste sentido, a constituição da reestruturação produtiva no Brasil, sua inserção na mundialização do capital por meio das políticas neoliberais, significou a procura de uma nova hegemonia do capital na produção, uma ofensiva do capital conveniente à nova etapa do capitalismo mundial. O toyotismo é o momento predominante desta reestruturação produtiva no Brasil, ocorrida a partir dos anos 80. Como se tratava de um país da periferia capitalista, o toyotismo aqui assumi particularidades concretas caracterizadas pela passagem de um "toyotismo restrito" para um "toyotismo sistêmico" que para G. Alves (2000) expressa a constituição lenta e contraditória de uma nova hegemonia do capital na produção e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um novo (e precário) mundo do trabalho no país.

Vindo de uma modernização hipertardia no Brasil, a reestruturação produtiva iniciada nos anos 80, tem as seguintes determinações: 1) a crise do capitalismo industrial, que tem a dívida externa como sua maior expressão – ocorre um "choque de competitividade" nas principais indústrias do país; 2) a ascensão do "novo sindicalismo" de caráter classista e de combatividade; 3) a implantação das novas estratégias das corporações transnacionais que implicaram a adoção (restrita e seletiva) de novos padrões organizacionais-tecnológicos, inspirados no toyotismo.

Foi na indústria automobilística concentrada no ABC paulista que surgiu o "novo sindicalismo", berço das correntes operárias da CUT – Central Única dos Trabalhadores e do PT – Partido dos Trabalhadores, um dos principais pólos de resistência e promessas de contestação à lógica do capital no país. Este novo movimento sindical com capacidade de pressão política e social impôs ao capital a necessidade de retomar o controle do trabalho e os novos tipos de controle de trabalho articulavam na linha de montagem um fordismo enrijecido (e aprofundado) e um toyotismo restrito (e seletivo). Surge, a partir daí, os CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade)[2] e o sistema de produção just-in-time / kanban. Era o discurso da qualidade e da participação, inspirados no "modelo japonês", para

[2] Os CCQ's "eram pequenos grupos de operários 'voluntários', que se reuniam, com certa periodicidade, para analisar e propor idéias para a melhoria do processo de trabalho. Na verdade, dizia-se buscar uma racionalidade do trabalho, que conduzisse a produzir com qualidade." (ALVES, G. 2000, p. 126)

constituir um operário comprometido com os objetivos do capital, através dos modelos 'participativos' de gestão da produção. Os CCQ's não são instalados apenas como componente de "modernização produtiva", mas, fundamentalmente, como um novo recurso de controle do trabalho para conter o vigoroso processo de mobilização operária.

Contudo, apenas os pólos operários das principais indústrias modernas do país foram atingidos pela reestruturação produtiva dos anos 80, quando ocorreu um princípio das alterações na composição técnica da classe trabalhadora, o surgimento de novas qualificações (e desqualificações) operárias. Mas a principal característica do "toyotismo restrito" no Brasil

> [...] era sua debilidade em instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, tornando-se, desse modo, incapaz de realizar as promessas 'integracionistas' do espírito do toyotismo. A persistência da superexploração do trabalho e do antagonismo de classes debilitavam um dos principais intentos do toyotismo: promover a direção moral-intelectual do capital na produção, articulando consentimento operário e controle do trabalho, capaz de realizar a subsunção da subjetividade operária à lógica do capital. (ALVES, G. 2000, p. 158-159)

A partir do novo choque de competitividade imposto pelas transformações neoliberais no início da década de 90, a reestruturação produtiva adquire um novo impulso. É o esforço de uma reestruturação mais integrada, a adoção de estratégias mais sistêmicas, é a instauração do toyotismo sistêmico, cujo objetivo é a instauração da acumulação flexível no Brasil.

Neste sentido, pode ser destacada a descentralização produtiva, caracterizada principalmente pelo processo de terceirização que se configurou como um componente central do espírito do toyotismo, instaurando uma "fragmentação sistêmica" do circuito de valorização, o suporte material do trabalhador coletivo. A terceirização que antes atingia os serviços de apoio à produção, hoje tende a atingir atividades diretamente vinculadas à esfera da produção. O processo de terceirização

é um tipo de descentralização produtiva, constitui um complexo de redes de subcontratação, é um processo onde a empresa tende a concentrar seus esforços e a se especializar apenas na produção daquelas mercadorias sobre as quais ela detém evidentes vantagens competitivas.

> Só que, da perspectiva do mundo do trabalho, seu resultado é constituir um verdadeiro obstáculo à elaboração da consciência de classe, na medida em que pulveriza o coletivo do trabalho. É por isso que a terceirização é uma das inovações produtivas mais temidas pelo sindicalismo no Brasil. (ALVES, G.2000, p. 204)

A nova (e radical) terceirização na indústria automotiva no Brasil desenvolvida pela reestruturação produtiva, tem três principais motivos indutores, segundo G. Alves (idem): 1) captura da subjetividade da força de trabalho (a proliferação das firmas subcontratadas debilita o poder de barganha sindical da classe, não apenas do plano do estatuto salarial, mas no plano do estatuto político-ideológico, pois a possibilidade de constituição de uma consciência de classe é maior nas grandes empresas do que nas firmas subcontratadas); 2) maior flexibilidade produtiva, maior capacidade de suportar alterações de mix de produção numa dada gama (família) de produtos e partes; 3) redução de custos de produção.

Mas a busca do toyotismo sistêmico durante o governo Collor (a partir de 1990) ocorre em um cenário de crise do capitalismo brasileiro, um cenário recessivo que provoca uma contradição entre a busca do comprometimento operário e este momento recessivo, mais o aumento dos cortes de pessoal, uma vez que as empresas são impedidas de adotar amplamente as novas estratégias de envolvimento dos operários (como bônus de salários vinculados à lucratividade e obtenção de metas de qualidade e produtividade, que passaram a ser reivindicadas pelos sindicatos).

Com a implantação do Plano Real, após 1994, já sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, a recuperação capitalista no país adquiriu novo impulso com o impacto do regime de controle inflacionário. Isto provoca uma marcante

mudança nas pautas sindicais que se anteriormente estavam fundadas nas reposições salariais pela inflação passada, agora, vê generalizar-se os bônus de produção, vinculados à produtividade. Assim, são instauradas novas formas de pagamento que colaboram para a consolidação do toyotismo sistêmico, é um novo tipo de controle de trabalho, tornando objetiva a possibilidade da captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

As inovações tecnológicas, introduzidas pela reestruturação produtiva[3], não são percebidas pelos trabalhadores como mecanismos desenvolvidos para aumentar a exploração do trabalho e eliminar focos potenciais de resistência coletiva. E neste sentido, a lógica do processo de precarização do trabalho e exclusão social, ficam como efeito aparentemente neutro da inovação tecnológica e não como provenientes da luta de classes.

Com o processo de racionalização da produção, cresce o desemprego estrutural na indústria e isto debilita o poder de barganha dos sindicatos. O mercado de trabalho passa por uma nova cisão. De um lado, se tem os operários mais qualificados que transformam-se em alvos dos mecanismos de consentimento à nova lógica da parceria com o capital. E, do outro lado, a massa de operários menos qualificados, os instáveis, temporários e subcontratados que irão compor uma nova exclusão social no Brasil. É desta maneira que os sentimentos corporativos, que debilitam a solidariedade de classe, instigam a nova classe operária e contribui para que se desenvolva a crise do sindicalismo no Brasil. É o desenvolvimento de novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo:

> A partir daí, o sindicalismo tende a perder sua dimensão antagônica capaz de impulsionar o desenvolvimento da consciência de classe, abdicando de pleitear o controle da produção capitalista, uma das principais bandeiras do sindicalismo de classe e intervindo apenas para influenciar, no sentido propositivo, numa produção sob a direção capitalista. Fala-se em 'concertação social'. Nesse caso, o sindicalismo mantém-se no interior de seus próprios limites. Perde o seu valor moral – e político – de ser uma 'escola de socialismo' capaz de

[3] Tentativa de superação da crise estrutural do capital através do aumento da composição orgânica do capital, e conseqüente aumento da taxa de mais-valia.

> aglutinar, em torno de si, o movimento social de contestação à lógica destrutiva do capital. (ALVES, G., 2000, p.13)

Vimos então, que a debilitação objetiva das estratégias sindicais "obreiristas" não conseguem ir além do espaço econômico-corporativo. A nova ofensiva do capital, com sua produção destrutiva, garante "a manipulação da subjetividade afetivo-intelectual da força de trabalho" (ALVES, G., 2000, p. 351). Há uma crescente dificuldade em organizar a classe que está fragmentada e debilitada. E isto não só no plano objetivo-material, mas no subjetivo-ideológico[4].

> Deste modo, observamos a rejeição completa, no plano ideológico, da possibilidade objetiva de o trabalho 'negar' – ou de se propor a negar – o capital, sobretudo no campo da produção, e constituir um dos ideais políticos do sindicalismo classista, inscrito no Programa de Fundação da CUT (em 1983): uma sociedade 'sem exploradores e sem explorados'. É a recusa a colocar – em relação à prévia ideação política (e ideológica) dos 'intelectuais orgânicos' da classe -, como possibilidade estratégica, a luta pelo controle da produção capitalista. Em última instância, a negação da exploração pressupõe a negação do 'sujeito' da exploração: o capital. O que não quer dizer que o movimento de negação do capital possa ocorrer tão-somente valendo-se da luta sindical – o que seria assumir um viés 'obreirista'. Na verdade, a luta sindical constitui um dos elos decisivos do

[4] Outro aspecto da mudança no discurso e na prática empresarial, que também influencia diretamente na captura da subjetividade do trabalhador e fragiliza a classe, é a introdução da filantropia do grande capital com ações para fora da empresa, em substituição a filantropia tradicional. Segundo Raichelis (2001), até então, os empresários brasileiros estavam quase exclusivamente voltados para a questão da re-produção da força de trabalho alocada nas empresas, mas houve uma mudança no discurso empresarial que direcionou seu foco para a chamada participação comunitária, reforçando uma versão comunitarista de conceber a sociedade civil. Assim, para Raichelis, não se trata mais: "[...] da filantropia tradicional, mas da filantropia do grande capital, que moderniza linguagens e práticas, incorpora pautas que buscam homogeneizar os diferentes segmentos da sociedade civil, redefinindo o papel socializador do capital e ampliando suas ações para fora da empresa como 'parceiros' na implementação de políticas sociais de combate à pobreza". (op. cit., p.9). Isto significa que, com uma nova roupagem, continua-se camuflando a contradição capital x trabalho que agora se mostra "parceiro" social realizando, na verdade, filantropia, mas ampliando o raio de ação para fora da empresa. Assim, "ganham" seus "parceiros" que não irão entrar em conflito, em combate com seu mais novo "socializador" e "defensor" dos seus "direitos" de cidadãos. Tudo isso, ainda colaborando com a desresponsabilização do Estado no campo das políticas sociais e, conforme afirma Motta apud Raichelis (op. cit., p. 10): "Acentuando a diferenciação no padrão de consumo dos serviços sociais entre trabalhadores da grande empresa – consumidores de serviços sociais privados – e trabalhadores excluídos e precarizados – assistidos das políticas públicas -, aprofundando a adoção de programas compensatórios e residuais dirigidos aos segmentos empobrecidos e vulnerabilizados da sociedade brasileira".

> movimento (e da luta) de classe, capazes de instaurar, a partir da produção, uma nova sociabilidade além da do capital. (ALVES, G., 2000, p. 324, grifo nosso)

Então, acreditamos não só que o movimento de negação do capital não tem que ocorrer somente na luta sindical, na esfera da produção, como queremos tomar como pressuposto que o movimento anticapitalista deva ocorrer por meio de uma unificação orgânica entre as mobilizações e movimentos sociais como um todo, o que significa dizer que deve ocorrer uma imbricação entre os movimentos que se identificam como de base social definida na esfera da produção e os movimentos de base social definida na esfera da re-produção, ou mesmo a constituição de movimentos que conjuguem as duas esferas. Até mesmo porque, as mutações societais que acabamos de descrever afetam não só o mundo do trabalho, mas igualmente o mundo fora do trabalho, o conjunto da organização do modo de vida capitalista. Ora, não é possível segmentar o ser social. A subjetividade do ser social como um todo é afetada neste processo e não apenas sua parte trabalhador.

Concluímos então, que as novas territorialidades constituídas na conformação das atuais regras da acumulação do capital expressam, sobretudo, a mudança de um controle social limitado ao mundo fabril para um controle que se espalha por todas as dimensões sociais[5].

Não há neutralidade na organização espacial na dinâmica da luta de classes, e é partindo desta idéia que, no item a seguir, tratamos da classe e suas representações no trabalho e na moradia.

2.3 A classe e suas representações dentro e fora do trabalho através dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Associações de Moradores

Sob as novas condições sócio-históricas da mundialização do capital, as estratégias de luta dos movimentos sociais, das entidades comunitárias, associativas, sindicais, não conseguem ir além do espaço econômico-corporativo. E

[5] Retomaremos essa idéia no capítulo 3.

isto, tratando-se tanto das lutas situadas na esfera imediata do trabalho e da produção (movimento sindical) como das lutas identificadas como pertencentes à esfera da re-produção (associações de bairro, movimento feminista, ecológico, etc.) ou, na verdade, lutas que, como entende Bihr (1998), reivindicam "aspectos da vida social que não parecem diretamente determinados pelas relações capitalistas de produção" (p.143, grifo nosso).

Se compreendemos que é através do "processo de apropriação capitalista da práxis social" que os imperativos da re-produção do capital submetem a prática social, podemos chegar à conclusão de que "a reprodução dessa relação social, que é o capital, exige que todas as relações sociais (e não mais somente as relações de produção) sejam submetidas à 'lógica' da equivalência de troca mercantil" (BIHR, p.144).

Todas as funções reprodutivas sociais, são subordinadas "ao imperativo do capital da expansão do capital, ou seja, da sua própria expansão e reprodução como um sistema de metabolismo social de mediação" (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2000, p.21). É neste contexto que o ser social que trabalha se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza. O que implica a submissão das relações de re-produção e uma análise que necessariamente imbrique estes dois momentos sociais.

Na tentativa de exprimir territorialmente tais processos, recorremos à experiência das entidades sindicais e comunitárias para então chegarmos à compreensão do que ora queremos destacar: que todas as relações sociais, as de produção e as de re-produção estão submetidas à lógica do metabolismo do capital.

Vimos no capítulo anterior que os Sindicatos dos Trabalhadores de Presidente Prudente encontram-se cindidos por meio da fragmentação territorial e corporativa: a sub-divisão das categorias profissionais e a divisão das bases territoriais segundo a clivagem político-administrativa de base municipal imposta pelo Estado. É a atuação de cada sindicato submetida à fragmentação territorial, através da delimitação legal com base nos limites municipais, e a representação dos sindicatos submetida à fragmentação categorial. Assim como em Thomaz Júnior

(1998), vimos também que esta segmentação da representação sindical, corporificada através do enquadramento jurídico, se reflete nas bandeiras de luta destas entidades, que acabam por ser extremamente corporativas e imediatistas. Ter a questão salarial como "carro-chefe" da agenda política e estar engessados na incapacidade de vislumbrar questões mais amplas além do imediato e do corporativo, que é o que prevalece para a maior parte dos Sindicatos, demonstra que suas estratégias, de fato, não conseguem ultrapassar o espaço econômico-corporativo.

Enquanto o capital constitui-se como uma estrutura totalizante de controle, é ordenante e gestor territorial, o trabalho constitui-se em uma territorialidade fragmentada e fragilizada. As transformações atuais contribuem para esta coesão dos capitalistas e para a fragmentação dos trabalhadores, que parece não limitar-se às escalas, repercute tanto na macro como na micro escala:

> A internacionalização e, em seguida, a transnacionalização da economia corresponderam a um desenvolvimento do capitalismo e implicaram, portanto, o reforço dos capitalistas. Em termos sociais, uma classe fortalece-se quanto mais coesa está. Isto significa que os capitalistas aumentaram a sua coesão à escala internacional. Ora, o reforço dos exploradores só se opera mediante a debilitação dos explorados. Trata-se de dois aspectos de uma mesma realidade. A fraqueza dos explorados corresponde à sua fragmentação social... (BERNARDO, 2000, p. 47)

Outra debilitação dos trabalhadores pode ser percebida no fato de que apesar do crescimento do desemprego estrutural e da informalidade comporem as conseqüências das transformações atuais no mundo do trabalho, para citar dois exemplos, esta não é uma questão enfrentada pelos Sindicatos. Ao contrário, diante da constante ameaça de desemprego os trabalhadores passam a ajustar-se e a compactuar cada vez mais com o patrão, ainda que passem a ser regidos por estatutos sociais precários.

Os desempregados e os informais, por sua vez, não estão nem mesmo incluídos nos planos de ação dos sindicatos que representam apenas os

trabalhadores inseridos no mercado formal. É a cisão total entre a pequena parcela de trabalhadores mais qualificados que passam a ser "parceiros" do capital e os menos qualificados que são jogados na informalidade, que concretamente se traduz em perdas salariais e de direitos legais, ou na exclusão do mercado de trabalho, aumentando as fileiras da despossessão no limite, o desemprego.

Em outras palavras, é o aumento da clivagem entre os estáveis, com emprego formal e bem ou razoavelmente remunerado, versus os temporários e precariamente inseridos, que hoje representam contingentes expressivos dos trabalhadores. Este é o resultado da flexibilização e do enxugamento da produção que exige a polivalência do trabalhador e fragilização dos direitos trabalhistas.

Assim, embora as transformações no capitalismo redimensionem não apenas o econômico, mas também as políticas entre as classes, as noções de pertencimento, os trabalhadores se demonstram incapazes de enfrentar a dimensão política, restringindo-se ao espaço econômico-corporativo. Esse seria o grande desafio para uma luta contra-hegemônica: organizar coletivamente sujeitos distantes socialmente no processo produtivo.

A captura da subjetividade do trabalhador e a crise estrutural do capitalismo (tendência histórica de queda da taxa de lucro), é que desencadearam a crise do sindicalismo. A captura da subjetividade do trabalhador é evidente com o aumento da jornada de trabalho e a legitimidade desta superexploração pela identificação dos interesses da empresa com os do trabalhador (parceiro). E esta identificação de interesses esteve claramente presente no discurso de algumas lideranças entrevistadas em Presidente Prudente. Esta identificação é ratificada na defesa da proposta de flexibilização dos direitos trabalhistas, para que se legalize

> ...a possibilidade de negociar aspectos que as empresas tem dificuldade de cumprir (como [...] pagar o 13º salário em duas parcelas, que é negociado com o sindicato e efetivado em 4 vezes, ou a concessão de férias no período e com pagamento devido a todos [...], [ou ainda] a negociação da jornada de trabalho). (Depoimento – Trabalho de Campo, 2001).

O apego à legalidade e, com isso, a incorporação da racionalidade capitalista são também evidências da captura da subjetividade do trabalhador. É a hegemonia da ideologia burguesa no seio da classe-que-vive-do-trabalho.

É interessante nos atentarmos para as particularidades da estrutura sindical em Presidente Prudente. Em um contexto de uma cidade interiorana, de porte médio, com baixo índice de industrialização, onde a automação não é uma realidade, mas a precarização dos trabalhadores através da informalidade sim[6] e onde o comércio e os serviços são predominantes, prevalece um poder local provinciano, assistencialista e um sindicalismo rarefeito. Neste cenário, podemos identificar os reflexos de um sindicalismo em crise, que tende a tornar-se um apêndice do capital, um mero gestor da participação dos trabalhadores na produção do capital.

Mas o que queremos extrair desta caracterização da crise do sindicalismo é o seu verdadeiro sentido que nos permite ampliar a discussão e trazê-la para a construção da imbricação entre o viver (neste caso, o morar) e o trabalhar: "[...] a crise do sindicalismo é a crise da política da classe em seu movimento de instauração de obstáculos à sanha da valorização do capital" (ALVES, G. 2000, p. 98). Ou seja, o que está em questão não é a práxis sindical em si, mas a práxis política da classe.

E enquanto perspectiva da práxis da classe trabalhadora podemos inferir que não só os sindicatos dos trabalhadores são afetados com a nova ofensiva do capital, ou melhor, com as atuais transformações no sistema de metabolismo social do capital, mas também toda e qualquer organização social situada na esfera da re-produção, o que inclui as entidades comunitárias como as associações de moradores, pois:

[6] Explicamos isto no capítulo 3.

> O trabalho age sobre o trabalhador, não só com relação à organização das formas de executar as tarefas e seu conjunto, para a produção, mas também constrói formas de pensar, de sentir e de ser e delimita práticas sociais nele referenciadas. (TITTONI, 1994, p.170)

Isto porque a práxis da classe pressupõe o conjunto da organização do modo de vida capitalista, isto é, pressupõe os processos de socialização como um todo, e por isso, requer abarcar nas análises tanto as relações de produção como as relações de re-produção do capital.

Ou seja, os modos de pensar, sentir e agir se constituem a partir das experiências do cotidiano na sua totalidade. As experiências e representações construídas no trabalho são transportadas de forma intensa para a vida familiar e comunitária do trabalhador, assim como as experiências e representações construídas fora do trabalho, na escala mais micro do cotidiano, têm igual expressão no mundo do trabalho.

O que aqui queremos destacar, são os exemplos de como as relações de trabalho implicam a constituição de um "modo de ser" capitalista dos trabalhadores que extrapola o mundo do trabalho e inscreve-se em suas vidas. Se o trabalho sofreu grandes mutações, do mesmo modo, a família, a escola, o cotidiano das cidades também se modificaram, pois as novas exigências do sistema metabólico do capital estão tanto para a inteligência, os sentimentos e a comunicação entre os que trabalham como para a própria sociabilidade nas esferas externas ao trabalho. Uma ilustração é que em algumas análises teóricas as transformações atuais permitem até mesmo transpor conceitos e técnicas empresariais para a gestão das cidades (locus da re-produção da força de trabalho) que, como as empresas, estariam submetidas à problemática da produtividade e da competitividade. É desta concepção que provém um dos atuais modelos de planejamento urbano, o planejamento estratégico, difundido no Brasil[7] e na América Latina por agências

[7] A experiência de Barcelona (Espanha) é a máxima em que se inspira o referido modelo e no Brasil, Vainer (2000) cita o plano do Rio de Janeiro.

multilaterais, como o BIRD e o Habitat, e por consultores internacionais. (VAINER, 2000)

Para Vainer (2000), o planejamento estratégico urbano está pautado em um discurso que se estrutura sobre a paradoxal articulação de três analogias: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria. A cidade é uma mercadoria (de luxo) a ser vendida. É a venda dos atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional (espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento, torres de comunicação e comércio, segurança, etc.). Nesta cidade-objeto de luxo a pobreza é transfigurada em ambiente ou entorno (social). Mas esta cidade-coisa, coexiste com a cidade-sujeito/ator econômico, que é a cidade-empresa. Uma nova lógica é instaurada nesta cidade cuja natureza é mercantil e empresarial. Lógica "com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados" (VAINER, op. cit., p. 89). A apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados depende da despolitização da cidade, é a necessidade do consenso. As condições estáveis e permanentes da produtividade e da competitividade são alcançadas com a trégua social conquistada pelo sentimento generalizado de crise e então, a apropriação planejada do patriotismo de cidade passa a ser vetor estratégico da re-produção das condições da paz social no contexto da cidade-mercadoria-empresa e, agora também, cidade-pátria. Enfim, este projeto de cidade é regido pela subordinação dos fins à lógica do mercado e depende "do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania" (idem, p. 78).

O planejamento estratégico não é uma experiência aplicada no locus por nós estudado, a cidade de Presidente Prudente, mas o que queremos extrair desta consideração que fazemos sobre ele, é o fato dele ser um projeto defendido política e teoricamente, e enquanto tal nos permite perceber a captura da subjetividade de seus teóricos-consultores[8], a estratégia discursiva de um projeto de cidade que implica na subordinação dos fins à lógica do mercado.

[8] Vainer (op. cit.) cita principalmente Jean Bouinot, Bernard Bermils, Jordi Borja, Manuel Forn y Foxà e Manuel Castells.

Todavia, de alguma maneira os ecos desta estratégia discursiva pode, ao menos em parte, ser "escutado" na prática associativa das comunidades locais. Não é exagero reconhecer que se, de um lado, a cidade de Presidente Prudente ou o conjunto dos seus bairros não estão sendo projetados para o mercado externo, do outro lado, não se pode negar a existência de uma lógica de apropriação capitalista deste espaço urbano e até mesmo uma apropriação direta dos instrumentos de poder público por empresas privadas como o mercado imobiliário. Mas a reificação do mercado não está apenas para os mentores hegemônicos da cidade. Ela também é capturada pelo ser social que trabalha, mora, estuda... vive na cidade, num processo de controle e subsunção do imaginário[9] e do próprio ser pela ideologia da classe burguesa.

O desemprego real ou a sua constante ameaça, a informalidade, os baixos salários, a maior precarização da moradia, da alimentação, da vestimenta da classe que trabalha; as políticas neoliberais que deixam o social de lado e trazem conseqüências para a educação (desmantelamento do ensino público através, por exemplo, de políticas de informatização sem a devida qualificação humana); para a saúde pública abandonada e sucateada e a padronização cultural (como o lazer nos shoppings-centers), etc. Tudo isso, são as conseqüências das metamorfoses do sistema metabólico do capital e seus reflexos nas condições objetivas, materiais. E na subjetividade do ser social identificado na esfera da re-produção, podemos identificar as influências destas metamorfoses através da apreensão da ideologia burguesa no discurso dos dirigentes das associações de moradores, por exemplo.

Para tal identificação, vale ressaltar as considerações da Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM, justamente por ser esta uma entidade que se pretende aglutinadora e mobilizadora das associações.

[9] E são essas representações que (re)constroem a cidade: "mais do que pedras, a cidade é construída por imagens e solidificada na memória" (SILVA, V., 2002, p. 10). As mudanças e permanências na paisagem da cidade podem ser capturadas por uma leitura da memória e do imaginário social, como a que fez SILVA, V. (2002), que contribuem para interpretar as relações (de poder) que constituíram a cidade de hoje e a subjetividade de seus construtores-moradores. É neste sentido que também podemos compreender, por exemplo, o imaginário que se tem em torno da figura do atual prefeito Agripino Lima (gestão 2001 - 2004), empresário, latifundiário e político assistencialista, que permitiu o seu ingresso como executivo do poder público municipal pela segunda vez.

Neste sentido, quando defende a idéia de que a solução do problema da moradia está nas mãos do Estado, apesar da consideração contraditória de que a luta pela moradia requer a transformação social, guardado o entendimento de que sua luta é uma extensão da luta de classes, não é propriamente uma luta de classes, tampouco necessariamente uma luta anticapitalista.

A reprovação da política econômica do governo FHC foi uma das deliberações do 7º Congresso da entidade, mas esta não impede que permaneçam acreditando que a solução para o problema da moradia seja uma política urbana que articule o governo federal e os seus órgãos, e, por sua vez, municípios e estados: é a Reforma Urbana[10] a principal bandeira de luta da entidade.

Para a CONAM, as entidades comunitárias são as que têm o maior poder de articular diferentes demandas (moradia, saúde, educação, etc.) porque é na escala do bairro que tudo isso se revela (por exemplo, as reivindicações por saneamento básico, posto de saúde, creche, escola no bairro), mas a luta para o alcance dessas demandas é travada com o Estado e acreditam que pragmaticamente não tem como ter caráter de classe, pois precisam agregar diferentes interesses, isto é, "moradores que muitas vezes são de diferentes classes", acreditam. A partir desse pressuposto defendem não ser possível converterem-se totalmente em uma organização de cunho ideológico (que entendem como sendo uma articulação voltada para a transformação econômica da sociedade, contra o capital), já que a clareza desta relação não está posta nem mesmo para todas as lideranças e muito menos para os demais moradores. Assim, impera a idéia de que somente o movimento operário tem condições de lutar contra o capital.

Há uma total desidentificação de classe. A articulação de diferentes demandas sociais perde seu caráter de classe e se fragmenta em lutas particulares a partir do momento em que não se reconhece que elas foram engendradas num processo de luta de classes.

[10] A respeito da Reforma Urbana e o planejamento urbano no Brasil cf. SANTOS JÚNIOR (1995).

É a dissolução das contradições sociais através dos processos de alienação e estranhamento[11]. As demandas comunitárias, na escala do bairro, são então neutralizadas e naturalizadas uma vez que são isentas da perspectiva de classe por serem fragmentadas e unilateralmente situadas enquanto demandas pertencentes à esfera da re-produção.

Não é apenas as Associações de Moradores de Presidente Prudente que têm um projeto político imediatista, isento de perspectiva de classe. Vimos que a Confederação Nacional, que não é sequer conhecida pelas Associações de Presidente Prudente, mas que congrega mais de 550 uniões municipais de associações de moradores e 22 Federações estaduais em 23 estados da Federação, tampouco consegue ir além de uma práxis "emparedada".

A concepção de ideologia de Chauí (1978) nos ajuda a compreender esta isenção da perspectiva de classe nas associações de moradores ao apontar que a ideologia pressupõe, mas escamoteia a divisão social porque tem a peculiaridade de fundar a separação entre as idéias dominantes e os indivíduos dominantes, impedindo a percepção do "império dos homens sobre os homens", isto através da figura aparentemente neutra do mundo hegemônico das idéias. A generalidade e a universalidade com que reveste-se o dominante que anula a realidade das classes, a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição.

> Assim, a operação ideológica passa por dois ocultamentos: oculta a divisão social e oculta o exercício do poder por uma classe social ou uma de suas frações sobre as outras. (CHAUÍ, 1978, p. 122)

A dificuldade de ampliar a luta para além de quatro paredes ou das perspectivas econômico-corporativas que associações de moradores e sindicatos dos trabalhadores adotam, exprime o êxito da ideologia difundida pela classe dominante.

[11] Revisitando a obra marxiana Ranieri (2001) explora as semelhanças e diferenças presentes nas categorias de alienação e estranhamento. Sobre estranhamento ver também Lopes, F. **Trabalho e estranhamento:** ruptura ou continuidade do pensamento de Marx. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/fatima.htm>. Acesso em: 03/05/03.

A predominância do imediato na consciência social e, portanto, da "falsa consciência sobre as próprias condições de existência" é explicada por PIQUERAS INFANTE (1997) através de Lukács. O fetichismo da mercadoria é utilizado por Lukács como reificação e também posteriormente por coisificação (transferência das funções ativas dos sujeitos humanos aos objetos), e nos permite traduzir que

> [...] a mercantilização impregna todos os domínios da vida social, a reificação termina realocando todas as outras formas de consciência. O que gera uma enorme passividade nas consciências individuais, reduzindo o alcance das mesmas ao imediato. Da realidade humana só fica o indivíduo privado em grande medida de relações concretas e conscientes com o conjunto (a "totalidade"). (PIQUERAS INFANTE, 1997, p.28, grifos do autor e tradução nossa)

O que Piqueras deduz de Lukács então, é que a consciência dos trabalhadores é distorcida por sua realidade de estranhamento e alienação. Vale a ressalva de que a alienação, de acordo com Silveira (1989), em sua dimensão ontológica (ser genérico do homem) significa: alienação homens-natureza; homens entre si; e homem consigo mesmo. Neste sentido, a alienação implica divisão, cisão interior ao próprio sujeito. E é esta perspectiva ontológica que propicia a compreensão dessas formas de alienação sem reduzí-las a uma dimensão exclusivamente material, considerando então as formas de subjetivação envolvidas nesse processo.

E esses processos de estranhamento e alienação não são imutáveis. Como aponta Chauí (1978), o discurso ideológico é forçado a "reparos" periódicos (novos processos de subjetivação), como vimos no início do capítulo, nas atuais bases materiais (sociedade capitalista rentista estruturada na centralidade da financeirização) há uma intensificação da fetichização das relações de classe. A conseqüência desse processo é a acentuada dinâmica de barbarização social:

> Os deixados de lado do Sistema (não explorados e muitos já não-exploráveis), lutam por poder entrar no processo de valor, bem por mera sobrevivência, com freqüência sem mais horizonte que o todos contra todos. (PIQUERAS INFANTE, 1997, p.87, grifos do autor e tradução nossa)

Ou seja, a lógica cada vez mais destrutiva da estrutura societal atual revela que o processo de estranhamento atinge o seu ponto mais alto de complexificação (RAINIERI, 2001). Intensifica-se a sedimentação dos obstáculos que impedem que o ser social se realize em sua totalidade. Assim, ainda que vivenciamos a ampliação do capital enquanto relação social que atinge todas as relações sociais, as de produção e re-produção, a práxis social está fragmentada na medida em que as representações produzidas dissimulam as relações concretas.

Podemos nos perguntar como se originou e quais as representações sociais atuais que permitem e garantem tais processos.

Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996) explicam que para Marx, a representação primordial da sociedade capitalista que possibilita sua forma específica de exploração, é a representação quantitativa do trabalho concreto (medida pelo tempo de trabalho). Esta quantificação abstrata do trabalho pelo tempo de trabalho é redutora à atividade concreta do trabalhador, isto é, esta representação do trabalho substitui o trabalho e desloca o representado, dissimulando a base social.

Os autores apontam uma diferença entre a concepção de representação de Marx e de Lefebvre, em que para o segundo a representação não é aparência reificada, como para Marx, porque a medida que substitui coisas, produtos, obras, relações, acaba se tornando socialmente concreta.

> ... a representação, como produto de um determinado processo social, está referida à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, através da representação, podem, sem mentir, passar uma imagem que perpetua a dominação. Lefebvre lembra que as representações do trabalho, na história do capitalismo, permitiram não apenas por a trabalhar grande parte da sociedade de um modo que não lhe era habitual nem desejado, nem prazeroso ou gratificante, como também a utilização da tecnologia de ponta não para a realização do possível, do sonho da humanidade de extinção do trabalho, mas, ainda uma vez, para a dominação e o controle. (LUTFI, SOCHACZEWSKI e JAHNEL, 1996, p. 94, grifos dos autores)

E, como vimos, o processo de dominação e controle não são parciais, se dão na totalidade (sistema de metabolismo social do capital), são as representações[12]

> que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades; em vez de dialética, lógica formal; em vez de movimento, alternativas excludentes. Uma série de pares reaparecem, recriados por essas representações, modificados e despidos de movimento... (LUTFI, SOCHACZEWSKI e JAHNEL, 1996, p. 95)

Ao contrário da práxis e da territorialidade "emparedada" das associações de moradores e da fragmentação territorial e das perspectivas econômico-corporativas dos sindicatos dos trabalhadores, o sistema metabólico do capital tem uma estrutura totalizante. Para o capital não há barreiras territoriais, nem parcialidade na abrangência das dimensões da realidade (formas de objetivação e subjetivação), e, conseqüentemente, não há, muito menos, fragmentação dos momentos sociais da produção e da re-produção. Todavia, a dicotomização da esfera da produção e da re-produção, a separação artificial entre mundo do trabalho e mundo fora do trabalho que reinam nas representações das entidades, distanciam-se e manipulam o vivido e é isto que garante e mantêm o controle social.

[12] Para uma leitura aprofundada sobre o conceito de representação ou mesmo sobre a teoria das representações ver: Lefebvre, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Todavia, será que outras experiências e representações também são possíveis de serem constituídas diante mesmo das novas exigências do sistema de metabolismo social do capital? Será que a ocorrência ou o estímulo a práticas e representações sociais distintas, que, potencialmente, podem se configurar como resistentes aos mecanismos de controle da vida coletiva, conseqüentemente geram territorialidades distintas das que tratamos até então? Façamos uma reflexão sobre a atual experiência de alguns trabalhadores argentinos descritos por Ceceña apud GONÇALVES, C. (2002). A autora entrevista o Secretário Geral da Central de Trabalhadores Argentina, Victor de Gennaro, que analisa a implantação do projeto neoliberal em seu país e a reação dos trabalhadores diante disto. O depoimento merece ser reproduzido.

> ... a contra-revolução não era somente a repressão, era a destruição social, e vimos que da classe trabalhadora 72% era precária. Eram os momentos de maior auge do pensamento único, quando se apregoava o fim do trabalho – e realmente estava em questionamento até isso, se íamos seguir existindo como trabalhadores. Nós apostamos que não iam nos fazer desaparecer, que a riqueza segue sendo gerada pelo trabalho e [passamos] a idear formas novas de organização, mas a partir da mesma essência, a partir da recuperação da identidade. Reconstruir isto nos abriu uma nova mentalidade e descobrimos que o novo lugar onde nós trabalhadores nos nucleamos, onde estamos todos os dias, é o bairro. Isto se sintetizou na frase "a nova fábrica é o bairro". A fábrica, o lugar de trabalho onde nos formávamos, onde aprendíamos a história, onde se construía e recuperava a identidade e a memória como trabalhador hoje não existe mais. Evidentemente temos que ir nos organizar no bairro e para isto se criou a afiliação direta para todo o trabalhador que viva de seu trabalho. Trata-se de um companheiro de classe que tem que voltar a reconstituir-se. Foi um tempo muito difícil e ainda que a resistência ao modelo de privatizações e de exclusão ia tendo algumas vitórias defensivas, o mais importante é que começamos a ver que nos devolvia os nossos companheiros: ex-metalúrgicos, ex-têxteis, ex, ex, ex-trabalhadores, começavam a aproximar-se e organizar-se na qualidade de trabalhadores precários. Tivemos experiências maravilhosas como a Federación de Tierra, Vivienda y Habitat que nos aproximava moradores, trabalhadores rurais, setores ligados a terra, ou os aborígines, ou as trabalhadoras sexuais, organizações que jamais tinham estado como trabalhadores em uma central. (...) A luta setorial é uma luta defensiva, mas fácil, que rapidamente logra unificar-se entorno a um programa de reivindicações. Mas nestas novas condições é diferente. Por exemplo, em um hospital, onde

> todos são trabalhadores da saúde, a tendência é marcar as diferenças: os médicos são uma coisa, as enfermeiras são outra, os radiologistas são outra e os trabalhadores da manutenção também. Mas na realidade esta etapa do capitalismo, de globalização, de concentração, demonstra que não há uma política de saúde. É indispensável unificar todos os trabalhadores em uma grande bandeira que é discutir a saúde como política. E discutir todo o setor de saúde, todo o projeto de doença que nos vendem, não a privatização, senão um projeto de saúde, implicava duas coisas: unificar os setores que iam receber saúde. Se a comunidade não disputa um tipo de saúde diferente e aceita isto que a vende, muito dificilmente poderemos alcançar reivindicações mais naturais. Em síntese, não haverá carreira sanitária para as enfermeiras se não há possibilidade de que um povo lute por ter saúde e exerça seu direito à saúde. (CECEÑA apud GONÇALVES, C. 2002, grifos e tradução nossa)

Terá esta experiência a capacidade de constituição embrionária de uma "nova mentalidade" que se encaminha na contra-mão da ideologia dominante? A princípio, mesmo com o apregoar do fim do trabalho, os trabalhadores apostaram que ainda é o trabalho que continua a gerar riqueza, portanto, são eles, os trabalhadores, ainda centrais no processo produtivo; e para fazer valer a sua "voz", apostam que são "um só", ou seja, que é preciso a unificação de vários setores, inclusive desempregados.

E essa "nova mentalidade" pode criar, conseqüentemente, um "novo lugar", uma nova territorialidade de luta, como expressa o lema dos trabalhadores: "a nova fábrica é o bairro". O espaço da fábrica é ampliado, as questões que antes tinham seu lugar de discussão limitado pelo corporativismo e atomização, agora podem ser pensadas em outros lugares, amplia-se sua capacidade de nucleação, e outras questões são incluídas enquanto "bandeiras de luta". Tem-se aí a perspectiva de não ser mais simplesmente os metalúrgicos discutindo na siderúrgica somente a melhoria das condições de trabalho de sua categoria, estão com eles, discutindo, politicamente, uma gama mais ampla de questões, os trabalhadores rurais, as prostitutas, os índios e os desempregados. Todos enquanto "trabalhadores que vivem de seu trabalho" e começam a re-conhecer que se é o trabalho que gera a riqueza, todos eles (trabalhadores) são "companheiros de classe que têm que voltar a reconstituir-se".

É a possibilidade de construir uma perspectiva em que o político ultrapassa o econômico-corporativo através do bloqueio da lógica do trabalho abstrato "por aqueles que não querem se tornar meros objetos e, assim, afirmam sua subjetividade concretamente" (GONÇALVES, C. 2002).

Pode-se inferir que esta experiência pode estar levando a efeito novas práticas e, portanto, novas territorialidades em constituição a partir das contradições do próprio processo de reorganização societal.

Se fábrica e bairro podem mesclar-se, se a experiência descrita, através do conflito, torna "evidente o significado cada dia maior do espaço como um todo" (GONÇALVES, C. 2002, grifos nossos) reforçamos a importância de se pensar as práticas sociais para além das fragmentações. E isto corrobora nosso intuito de contribuir para este debate por meio da reflexão sobre a questão da moradia para além de quatro paredes, imbricando o momento social da produção com o momento social da re-produção.

E para nos colocarmos de forma mais profunda sobre essa questão apresentamos no próximo capítulo a necessidade de repensarmos a esfera da re-produção como capaz de modificar e não apenas repetir a esfera da produção. É assim, que neste terceiro capítulo privilegiare mos, de certo modo, apresentar os aspectos definidos como sendo da esfera da re-produção e a expressão dessa esfera no mundo do trabalho, complementando o realizado no presente capítulo que, inversamente, caminhou no sentido de apresentar as experiências/representações do trabalho na vida fora dele.

capítulo 3

UNIFICANDO O CARACOL E SUA CONCHA: ELEMENTOS PARA REPENSAR A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Naturalmente, qualquer ser humano, quando se conscientiza, aspira a uma vida assim não-caótica, não-violenta, uma vida diferente da que nos é oferecida pelo capitalismo. Veja só, aqui temos trabalhadores não-qualificados que são construtores de tudo e donos de nada, aqui temos trabalhadores que construíram o Macksoud Plaza, mas não podem entrar ali, aqui tem trabalhadores que construíram o aeroporto e nem imaginam o que é um avião por dentro! Eles se perguntam como essa coisa tão pesada pode voar. Aqui tem trabalhadores que ajudaram a construir locomotivas, que construíram uma série dessas coisas que andam por aí, mas são donos de nada, ou seja, somos construtores de um país e não temos direito a esse país.

(Liderança do Assentamento Anita Garibaldi
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)

CAPÍTULO 3

UNIFICANDO O CARACOL E SUA CONCHA[1]: ELEMENTOS PARA REPENSAR A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Vimos no capítulo um, por meio de um panorama das condições do morar e do trabalhar em Presidente Prudente, que há uma superposição sócio-territorial do conjunto das precariedades. O que significa, sobretudo, que a sociabilidade do capital precariza as relações do ser social em todos os âmbitos, nas relações de produção e de re-produção, isto é, tanto dentro como fora do trabalho. Todavia, conforme um dos aspectos destacados no capítulo dois, a práxis dos movimentos sociais e/ou outras entidades está delineada pela predominância do imediato na consciência social, as demandas sociais estão fragmentadas em lutas singulares (específicas) e a

[1] Essa metáfora foi inspirada em Marx, A Ideologia Alemã. A despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação e alienação dos meios de produção ou ainda, a separação entre o caracol e sua concha (a dicotomia entre o viver e o trabalhar, a separação entre o local de trabalho/produção e o local de vida/re-produção) vigem desde os primórdios da produção capitalista.

perspectiva de classe ausente, já que a totalidade do ser social está escamoteada. Essa barreira inibe a ampliação das lutas sociais.

Partindo deste cenário, nada justificaria não conduzir a questão/luta da/por moradia, viés da nossa pesquisa, imbricando as relações de produção na análise, como viemos fazendo.

Neste sentido, no capítulo anterior privilegiamos tratar das experiências do trabalho e sua expressão na vida fora dele. Vimos que as mutações na produção e as concepções que se fazem sobre a mesma, foram levadas para a esfera da re-produção: o transplante da concepção mercantil na gestão das cidades através do planejamento estratégico; a submissão e a apreensão da lógica do mercado delineando a subjetividade, a prática organizativa das associações de moradores com o espírito de conciliação, negociação e falta de perspectiva de classe como nos sindicatos dos trabalhadores. Assim, no final do presente capítulo, buscaremos destacar as expressões da esfera da re-produção no mundo do trabalho: experiências que apreendem dimensões constituídas no cotidiano como a solidariedade, a cultura, a saúde e a educação e as levam para as relações de produção.

Temos que advertir, no entanto, que ao expor as esferas/momentos da produção e re-produção desta maneira, não desconsideramos que estes processos têm movimentos não lineares. Sabemos que não se trata de realizar um ir e vir, perfeitos e estanques, de uma esfera para outra. A separação dos momentos da produção e da re-produção é utilizada aqui muito mais como um recurso didático.

Mas, será que a imbricação destes momentos sociais é considerada nas análises sobre a questão da moradia? Qual é a análise predominante? Que questões enviesam a discussão?

Iniciamos este capítulo procurando responder as questões acima para, a partir disto, introduzir a proposta de Lefebvre de repensar a esfera da re-produção, que é uma importante alavanca para entendermos a questão da moradia

para além de quatro paredes e fundamentar que as experiências desta esfera são capazes de interferir e mudar aspectos da esfera da produção.

Na seqüência, abordaremos os efeitos das metamorfoses sociais na vida urbana e reafirmamos a Geografia do Trabalho como opção metodológica capaz de permitir um avanço na questão da moradia ao introduzir a preocupação com a totalidade.

E, por fim, mas sem ser menos importante, apresentamos alguns exemplos de apreensão de aspectos da esfera da re-produção pelo capital e nos posicionamos no debate sobre experiências e mobilizações sociais sob novos referenciais.

3.1 A questão da moradia em foco

A problemática da moradia sempre esteve relacionada, nos textos literários e científicos, com o processo de industrialização. As grandes cidades industriais viviam o problema do "inchaço urbano" e suas "condições de vida espoliativas". A título de exemplo, autores como Evers, Mller-Platenberg e Spessast (1982;1987) e Kowarick (1979 e 2000), tratam da "industrialização periférica" na América Latina, ou ainda, da "metrópole do subdesenvolvimento industrializado" como um processo causador da "deterioração das condições reprodutivas", ou da "espoliação urbana", ou ainda, da crescente "pauperização das classes trabalhadoras" devido à diminuição do emprego, à redução do salário real e à concentração da renda, assim como à intensificação das migrações internas (campo-cidade) que produziam a "inchação" ou o "crescimento incontrolável" das grandes cidades.

A redução drástica das possibilidades de gastos estatais no campo do "bem-estar social" com o aumento da dívida externa e a expansão das ditaduras militares se somam às causas que resultaram na "pauperização da massa trabalhadora" na América Latina, ou seja, da população que não consegue "suprir as necessidades históricas de reprodução através da venda de sua força de trabalho no

mercado (...) [em] dimensões jamais atingidas antes do início do processo de industrialização" (EVERS, MLLER-PLATENBERG e SPESSAST, 1987, p.7).

Neste sentido (e ampliando a referência para além dos estudiosos citados), chega-se até mesmo a interpretar que a satisfação/solução da questão da moradia está no acesso aos bens de consumo que "qualificam os sujeitos da ação social" (RUSCHEINSKY, 1999, p.164). A aquisição da casa própria, o planejamento e/ou políticas públicas estatais seriam a redenção da questão. Todavia, há algumas observações a serem feitas sobre tais análises.

Um primeiro aspecto é que a problemática da moradia não se reduz às grandes cidades industrializadas. Há muito, as favelas, os cortiços e os moradores de rua são também uma realidade nas cidades médias não industrializadas. O que denota a complexidade e amplitude da lógica de valorização do capital e gestão capitalista do espaço.

Mas o aspecto fundamental a ser destacado, é que ao objetivarmos realizar uma ponte que evidencie a imbricação da questão da moradia com o mundo do trabalho, nosso viés não é necessariamente o processo de industrialização ou mesmo a consolidação de um complexo industrial no país. Ou seja, não se trata de compreender o processo de industrialização e a questão da moradia como causa-efeito. Como pudemos verificar, em especial no capítulo dois, o que está em jogo na compreensão do mundo do trabalho é o processo de reestruturação produtiva, que se diferencia não só por uma questão temporal (para evitar que se possa ter a compreensão de que tratamos apenas do fato de que vivemos períodos históricos diferentes, que agora não se trata mais do processo de constituição/formação da "industrialização tardia no Terceiro Mundo", mas de um tempo/espaço em que este já estaria consolidado), e suas influências objetivas e subjetivas para a classe trabalhadora. Isto é, nossos pressupostos são as transformações societais atuais e suas conseqüências para o mundo do trabalho, ou ainda, as transformações no mundo do trabalho e suas repercussões para as relações sociais como um todo e que, logicamente, inclui os aspectos da re-produção da força de trabalho e como parte disto, a questão da moradia.

Na verdade, interessa-nos mais refletir sobre a questão da moradia no contexto da dominação do trabalho pelo capital, como relação básica para a extração da mais-valia que, senão assim, não poderia ser extraída e teria como conseqüência máxima, o desaparecimento da acumulação (HARVEY, 1982).

Ao discutir a dominação do trabalho pelo capital, os processos de alienação e estranhamento podem ser desnudados e nos darem as bases para compreendermos a fragmentação da práxis social: é a consideração destes aspectos o diferencial em comparação às análises "tradicionais"[2]. Neste sentido, as seguintes perguntas são colocadas em pauta: de que maneira os problemas e as lutas urbanas, elementos pertencentes à esfera da re-produção, estão imbricadas com a dominação do trabalho pelo capital, isto é, com as questões diretamente ligadas à produção? Ou por que as lutas travadas no espaço urbano devem ser vistas por dentro desta relação e não como lutas independentes?

O primeiro ponto a ser considerado é que a moradia é um dos elementos necessários à re-produção da força de trabalho, mas o capitalista transpõe isto ao trabalhador deixando de se responsabilizar pelo provimento da habitação. Com a separação entre o viver e o trabalhar, a habitação fica totalmente sob a responsabilidade do trabalhador[3] - aí a autoconstrução, que é sobre-trabalho, ser cada vez mais a única alternativa para um número maior de trabalhadores, e o aluguel que deveria estar contido como um item do salário, não é mais pago pelo capitalista.

[2] Denominamos aqui de análises tradicionais as que sempre trataram a questão da moradia consagrando a fragmentação dos momentos sociais da produção e da re-produção, e que portanto, não colocam em pauta a dominação do trabalho pelo capital como aspecto fundamental para entender a dialética do processo social, ou seja, a sua totalidade.

[3] Durante a primeira etapa da industrialização, o local de morar estava ligado ao local de trabalhar e o capitalista era o "responsável" pela casa, tal é o exemplo das vilas operárias. Na verdade, as vilas operárias eram construídas (embora, segundo BLAY, (1985), continuam sendo construídas ainda hoje) pelo próprio industrial e permaneciam como propriedades destes para que cumprissem o fim de reduzir o custo da re-produção da força de trabalho. Contudo, já aqui, tal superposição de papéis (proprietário e empregador), permitia que o capitalista exercesse um duplo nível de dominação: extração da mais-valia sobre o inquilino, que era ao mesmo tempo operário.

E como conseqüência disto, o salário diminui uma vez que a adição do aluguel faz com que se reduza o custo de produção e re-produção da força de trabalho no montante (ENGELS apud BLAY, 1985, p. 18).

Por meio do trabalho não pago, o capitalista deixa de responsabilizar-se pela moradia e com isto amplia sua extração de mais-valia sobrecarregando o trabalhador. Quando ocorre a autoconstrução, por exemplo, há um alongamento da jornada de trabalho que irá repercutir na acumulação do capital, uma vez que permite o pagamento de salários mais baixos. Trata-se, então, de voltar concomitantemente a atenção para a dominação do trabalho pelo capital, relação básica para a extração da mais-valia, como apontamos acima. Ou seja, vemos que, de fato, a moradia é um elemento fundamental para a re-produção do capital, mas compreendê-la requer que se considere e entenda todo o ciclo do capital: produção e re-produção.

O segundo ponto, que na verdade se intersecciona com o primeiro e nos ajuda a explicá-lo melhor, é a separação entre o "caracol e sua concha" - a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, a separação e alienação dos meios de produção de que trata Marx em A ideologia alemã, que vigem desde os primórdios do capitalismo. A dicotomia da separação entre o local de trabalho e o local de re-produção e consumo (efetivada pelo capitalismo industrial através da reorganização do trabalho e do advento do sistema fabril que força esta separação) oculta a fonte do verdadeiro conflito (capital x trabalho), amenizando as contradições sociais por meio da fetichização que transporta o conflito para a esfera do mercado. Na verdade, tal separação tem seus primórdios quando da instauração do trabalho assalariado pelo capital e da promoção da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida, isto é, de seus meios de produção.

Para Harvey (1982, p. 8), que considera a dicotomia entre o viver e o trabalhar "uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista (...) a separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes." Acrescentamos que, com isto, o mercado (a esfera da re-produção/consumo) ao

ganhar a dimensão de esfera analítica independente, dissimula a verdadeira fonte de tensão: o conflito capital x trabalho. Desta "leitura", desdobram múltiplas análises como as que vêem na falta de acesso de grande parte dos trabalhadores à moradia e ao próprio direito à cidade, um problema que se restringe meramente à incapacidade potencial de renda para tanto.

Também tem a mesma origem, a crença de que a solução para o déficit habitacional (sem contar que em si tal noção é uma falácia, pois o problema da moradia não está no desequilíbrio entre oferta e demanda) é solucionada através da produção capitalista de unidades habitacionais, ou ainda, a crença nas promessas do urbanismo moderno que não deixa de ter como objetivo a maximização do lucro, a valorização capitalista do espaço urbano, e que, conseqüentemente, intensifica a exclusão social. Para Lefebvre (1999a), pensar uma solução para a problemática urbana não é pensar "um crescimento organizado (planejado) das forças produtivas!".

Em outra tendência analítica freqüente, costuma-se abordar a problemática da moradia descrevendo-se todo o quadro de precariedade e exclusão "dos benefícios do desenvolvimento urbano" como extorsões dos elementos socialmente necessários para a re-produção dos trabalhadores que aguçam a situação de exploração do trabalho ou mesmo do desemprego. Tem atenção especial neste tipo de análise a "mediatização" do Estado[4], que cumpre o papel de regular os padrões de re-produção urbana, melhorando-os ou piorando-os de acordo com o que os moradores consigam obter do poder público. Esses processos irão variar de acordo com a conjuntura política e "podem ou não estar associados às conquistas que o movimento operário ou sindical obtenha na esfera das relações de trabalho" (KOWARICK, 2000, p. 23).

Reconhece-se que a espoliação urbana é decorrente do processo de acumulação do capital, todavia a questão fundamental é restringida à "conquista dos elementos básicos para a sobrevivência nas cidades", ou melhor, à capacidade de negociação "dos vários grupos e camadas sociais" junto ao Estado, na conquista

[4] Sobre o papel do Estado, ver AMMANN (1991) e ALVES, W. (1993).

destes. O campo de conflito permanece sendo unilateralmente a esfera da re-produção/consumo, apesar de reconhecida a íntima ligação com a acumulação do capital, tanto que, para esta abordagem, tal processo pode ou não estar associado às conquistas do mundo do trabalho, já que o capital não está identificado como um dos "adversários" reais nesta dinâmica. E isto revela outra dicotomia das lutas, ao menos das que estamos estudando, no caso, lutas pela moradia e sindical: o Estado tem sido sempre tomado como o adversário do movimento popular pela moradia, enquanto o capital o adversário do movimento sindical. Esta perspectiva acaba por desconsiderar que o sistema de metabolismo do capital subordina todas as relações sociais, inclusive as de re-produção. E, levando às últimas conseqüências, esta perspectiva pode neutralizar Estado e capital como se não se compusessem na representação de uma determinada classe social e como se ambos não reagissem sobre os diferentes momentos sociais (produção e re-produção).

O tratamento unilateral da questão da moradia como questão restrita à re-produção, faz com que os elementos da esfera das relações de trabalho fiquem de fora da relação de luta direta: ainda que os trabalhadores assalariados, autônomos ou informais, ou desempregados sejam também, ao mesmo tempo, os moradores precarizados, no campo da luta estes sujeitos não se cruzam mesmo que o foco de análise seja as Vilas Operárias[5]. Ou seja, a questão da moradia é entendida no âmbito dos bens de consumo urbano.

E ainda se faz necessário enfatizar que a intervenção do Estado está direcionada para a maximização da realização do capital em escala ampliada, gerando prejuízo aos trabalhadores. Caso contrário, na maior parte das vezes, se aposta na confusa questão da cidadania[6], que sem os devidos cuidados, pode torna-

[5] Todavia, para BLAY (1985), as vilas operárias são um importante elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força e como tal, um caminho para entender a complexidade do papel da casa nas relações de produção.

[6] Para uma crítica sobre a cidadania ver: ALAIN C. El impase ciudadanista: contribuición a uma crítica del ciudadanismo. **Altediciones**. Disponível em: <www.altediciones.com/t05.htm>. Acesso em: janeiro/2003. Sobre cidadania relacionada a movimentos sociais ver ainda: SANTOS, B. (1999, p. 203 – 275), MARTINS (1992) e ALABART, GARCÍA, GINER (1994). E para uma leitura que discuta temas correspondentes como a governabilidade, a democracia debilitada e a nova sociedade civil ver: OLIVER COSTILLA, L. F. América Latina: Entre la gobernabilidad, la democracia y la nueva sociedad civil. **Nomadas 2. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. Disponível em: <www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas/2/lfoliver1.htm>. Acesso em: janeiro/2003.

se, na verdade, um culto à chamada sociedade democrática (ANTUNES: 2000): um verdadeiro "pisar em falso" na questão.

A nossa proposta é, então, ultrapassar a unilateralidade da esfera da re-produção enquanto dimensão analítica da questão da moradia. Mas ao mesmo tempo em que queremos trazer para a discussão elementos da esfera da produção, trabalhando a necessidade de se pensar a imbricação desses dois momentos sociais, também queremos fazer alguns apontamentos que nos propiciem revalorizar/repensar a esfera da re-produção onde os processos são muito mais que mera repetição da esfera da produção. É neste sentido que direcionamos o item a seguir.

3.2 A questão da moradia e a *re-produção das relações de produção*

Antes de tudo, vale esclarecer que pretendemos aqui destacar apenas duas idéias centrais, que Henri Lefebvre desenvolve em sua obra A re-produção das relações de produção (1973), que contribuem diretamente para a discussão que vimos travando. Não temos a pretensão de dar conta de apreender toda a riqueza desta obra, isto porque tal foge dos nossos objetivos para o momento. Mas reconhecemos que é muito importante que pesquisas futuras possam aprofundar reflexões neste sentido.

Com os apontamentos iniciais que nos propomos a esboçar, supostamente corremos o risco de redução ou mesmo de cometer equívocos, todavia, preferimos agregar mais este desafio à pesquisa a omitir e desconsiderar totalmente tão importante discussão.

Principiamos nossas considerações destacando que Lefebvre (1973) problematiza o conceito (e realidade, como ele mesmo adverte) de re-produção das relações sociais de produção. Segundo o autor, um duplo terrorismo perturbou a elaboração e dialetização do conceito, a saber: o terrorismo da direita estrutural-

funcionalista e o esquerdismo anarquisante. Daí já extraímos a primeira indicação do porque este conceito foi simplificado e utilizado equivocadamente nas análises.

Henri Lefebvre (1973, p. 6) expõe que "se o conceito de 're-produção das relações de produção' for verdadeiramente um conceito (e, como conceito, tiver a sua verdade), então, não nos dará apenas um fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e análise crítica do 'real' ", mas também um alcance global e sintético (que não se trata das sínteses clássicas). Não designa nem uma metáfora, nem uma determinação. Designa sim, "um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica" (1973, p. 6).

Assim, vale ressaltar que, não há re-produção das relações sociais sem uma certa produção de relações.

O essencial do conceito não é a descrição de processos parciais. A re-produção das relações sociais de produção não é a descrição da re-produção biológica (demografia), ou da produção material (avaliações, técnicas e organização do trabalho) ou do consumo e das modalidades (necessidades, objetos, discursos e signos, manipulações diversas).

Um aspecto fundamental desta discussão para Lefebvre (1973), e o que aqui queremos enfatizar, é que se trata não da re-produção dos meios de produção[7], mas da re-produção das relações sociais de produção[8], ou, ainda como explica o autor, se trata, noutros termos, da "capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos" (p.79).

É com tais pressupostos que entendemos a nova ofensiva do capital, a sua reorganização pós-auge dos movimentos sociais, pós-crise/momento crítico;

[7] Os meios de produção, representados pelas forças produtivas, são os próprios trabalhadores e os seus instrumentos de trabalho (LEFEBVRE, 1973, p. 49).

[8] Segundo BOTTOMORE (1988, p. 157), "As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. A propriedade econômica é diferente da propriedade jurídica, pois está referida ao controle das forças produtivas."

uma ofensiva para recuperar sua hegemonia ou controlar as lutas sociais, tal como tratado no capítulo dois. Ou seja, esta nova ofensiva é justamente a reorganização do capitalismo para se manter depois de um momento crítico.

Como apontou Lefebvre, as relações sociais capitalistas se reproduzem não em um processo de pura repetição, re-duplicação, mas sob novas bases. Daí a vida urbana também se modifica. A cooptação da subjetividade é talvez, o elemento principal do que é este novo. Já vimos que o mundo do trabalho introduz sua lógica na esfera da vida, do cotidiano. Da mesma maneira ou, na verdade, talvez como nunca, a esfera da re-produção (que não é apenas repetição da esfera da produção, e tem potencialidade transformadora), também influencia no mundo do trabalho, modificando-o, transformando-o.

Então, ao "olharmos" para a questão da moradia não podemos pensá-la como a expressão do problema da re-produção da força de trabalho, apenas. Não pode ser uma análise unilateral da esfera da re-produção dos meios de produção, ou melhor, não pode ser uma descrição demográfica, ou da produção material, ou do consumo somente (como nas análises tradicionais).

Tomemos o caso concreto utilizado pelo próprio Lefebvre para exemplificar como o marxismo interpretado pelos estruturalistas, ao analisar os fenômenos urbanos, "ilude o problema da re-produção das relações de produção, ... [e] repete, de forma redundante, a definição do modo de produção: o capitalismo é o capitalismo...". Como explica ele, para a perspectiva estruturalista os fenômenos urbanos fazem parte do modo de produção (capitalista). Dentro dele, há então, de um lado, as unidades de produção, que são as empresas, e do outro lado, os aglomerados urbanos, onde se reproduz a força de trabalho necessária às primeiras. Desta maneira, o consumo tem como único sentido e alcance, reproduzir a força de trabalho. As unidades de produção e as de consumo (as cidades "complementares" das primeiras unidades), são os dois grandes grupos de unidade, cuja relação entre eles define a estrutura do modo de produção, a este nível sobre-derterminado pelo todo. Para Lefebvre (1973, p.75):

> Esta análise estrutural (não dialética) não é falsa; nem tão pouco é verdadeira. Trivial como é, não traz nenhuma data. Verdadeira e falsa como é, em qualquer momento e em qualquer lado, o que ela afirma tanto se pode dizer de uma cidade inglesa nos fins do século XVIII como de uma cidade moderna, de um pequeno aglomerado de casas de mineiros como de uma fabulosa capital. Ela reduz a um esquema muito pobre os fenômenos urbanos. Empregar-se-á como uma aplicação do M.P.C. (modo de produção capitalista) a um fenômeno parcial, que este M.P.C. sobre-determina. Acreditar-se-á que se "descobriu" o fenômeno urbano, e isso será uma ilusão do discurso científico. O discurso não evitará o ideológico a não ser que caia na vulgaridade. É evidente que o problema da re-produção das relações de produção é iludido, já que também é reduzido a um componente (de uma força) banal e perpétua, a re-produção da força de trabalho (meios de produção). Não se menciona nenhum dos fenômenos urbanos aparecidos ou desaparecidos há dois séculos, pois trata-se de um pormenor secundário ao lado do "todo estruturado" no seio do qual nada acontece, visto que está inteiramente presente desde o início. Do encadeamento rigoroso de proposições quase tautológicas, tirar-se-ão conclusões rigorosas e ter-se-á sobrevoado o essencial, iludindo-o. Em particular o fato de a cidade pré-capitalista (histórica), arruinada mas inserida num espaço urbano mais vasto, se tornar precisamente – nessa qualidade – o lugar da re-produção das relações de produção.

O que podemos apreender então, para a nossa discussão, é pensar a questão da moradia a partir de um instrumental que abrange a discussão da re-produção das relações sociais de produção e não simplesmente a re-produção da força de trabalho, ou dos meios de produção. É este amplo campo de análise que propicia a compreensão não só do porque cada vez mais o trabalhador que ergue as paredes da cidade não tem direito a ela (para garantir a sua re-produção enquanto força de trabalho), mas principalmente, do porque o trabalhador não consegue exprimir tal relação ao organizar-se de forma fragmentada (em categorias, habilitações profissionais, frentes de lutas e reivindicações temáticas), intensificada através da cooptação ideológica que não lhe possibilita enxergar-se em sua totalidade. Assim, este campo de análise ainda nos ampara na compreensão da fragmentação da práxis social do trabalhador como resultado da investida do capital

(através das metamorfoses atuais dos mecanismos de manutenção da hegemonia do controle social) para a re-produção das relações sociais de produção.

São estes pressupostos que respaldam nosso mergulho na questão da moradia visando apreender os atuais processos (mudanças na vida urbana) que permitem a re-produção das relações sociais de produção. É no espaço urbano, lugar da re-produção das relações de produção, que as novas bases do capitalismo constituem-se por meio de uma nova investida na subjetividade do trabalhador. Nestas novas bases, o capital trata de cooptar extrapolando o mundo da fábrica, alcançando a escala do corpo e da mente, isto é, invadindo de maneira mais intensa a esfera da vida cotidiana[9].

Mas quais são as novas investidas do capital na subjetividade do trabalhador? A nova base do capitalismo se constitui com mudanças nos processos de alienação e estranhamento (ao contrário do que sugerem muitos que alegam o desaparecimento de tais processos, devido à redução dos níveis hierárquicos do trabalho no interior das empresas). No processo de trabalho o toyotismo intensificou os processos de alienação e estranhamento - ao envolver mais profundamente o trabalhador com a empresa, com menos repressão (aparente), mas com maior manipulação da sua consciência -, e na vida urbana, vemos se materializar uma "outra forma de alienação e estranhamento que nasce nesse monumental exército de desempregados ou dos precarizados, que compreendem hoje 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)"[10].

Não é possível ignorar os processos que engendram tal exército de desempregados e/ou precarizados. Todavia, em geral, os estudos da questão da moradia, como vimos no item anterior desse capítulo, passam à margem dos

[9] Para ampliar e aprofundar a discussão que vem sendo realizada, cabe ainda uma "leitura" mais verticalizada dos seguintes temas: sobre a vida cotidiana, ver LEFEBVRE (1991), ANTUNES (2000), principalmente o capítulo IX "Elementos para uma ontologia da vida cotidiana" e HELLER (1977 e 1992); sobre a constituição de um modo de vida capitalista, ver BIHR (1998); e sobre os efeitos desorientadores do capitalismo flexível, ou a corrosão do caráter, ver Sennett (2001).

[10] Esta citação foi retirada da entrevista realizada junto ao sociólogo Ricardo Antunes intitulada "Os sentidos do trabalho e da vida: o sociólogo Ricardo Antunes fala sobre os novos desafios da classe trabalhadora". In: **Correio Cidadania**, Disponível em: <www.correiocidadania.com.br/ed214/economia3.htm> Acesso em: maio/2003. Entrevista.

processos de alienação e estranhamento, principalmente no que respeita às suas transformações atuais. Transformações estas que, reiteramos, fazem parte da dinâmica de reorganização do sistema metabólico do capital para se manter controlando os conflitos sociais. Está em questão o controle social da classe trabalhadora e, consequentemente, a gestão do capital sobre o trabalho, sobre a territorialidade da luta dos trabalhadores (seja nos sindicatos ou nas organizações de bairro, etc.)

Como vimos, na maior parte das vezes, os estudos realizados sobre a questão da moradia são parciais e superficiais no tratamento da análise das relações de produção, ou melhor, não tratam a temática de maneira imbricada. Pois o momento da re-produção, que nestas análises é o único e determinante, é estático e mera repetição das relações de produção.

Assim, na tentativa de apontar algumas das mudanças da realidade urbana, reforçando nossos pressupostos sobre a questão da moradia e a re-produção das relações de produção como algo dinâmico, no item a seguir, apresentamos alguns aspectos sobre os efeitos das metamorfoses sociais nas cidades.

3.3 A questão da moradia a partir das novas exigências do capital: os efeitos das metamorfoses sociais na cidade

Dentro de um processo de intensificação da precarização do conjunto das condições sociais de existência, ao focarmos as condições de moradia e trabalho no Brasil hoje, temos o panorama expresso nos **Quadros 3**, **4** e **5** a seguir:

QUADRO 3 – Déficit Habitacional (Brasil)

De 1995 a 1999, foram construídas no Brasil 4,4 milhões de unidades habitacionais. Desse total, apenas 700 mil foram produzidas pelo mercado. Isto é, nada menos de **3,7 milhões de moradias foram auto-construídas** pelas famílias excluídas. Sem qualquer financiamento.
Em 1970, apenas 1% da população da Grande São Paulo vivia em **favelas**. Em 1995, esse percentual passou para nada menos de 20%. Hoje há 1,16 milhão de moradores em favelas. Em outras capitais, um quadro ainda mais grave: são 25% em Belo Horizonte; 28% no Rio de Janeiro; 33% em Salvador; nada menos de 50% em Belém, sem mencionar as palafitas de Manaus e citando apenas alguns exemplos.
O **déficit habitacional** no Brasil chega a nada menos de **5,5 milhões de moradias**, das quais 3,9 milhões na zona urbana, computando-se o déficit quantitativo e o déficit qualitativo.
A **necessidade de novas unidades habitacionais, com base no crescimento vegetativo da demanda**, chega a 600 mil por ano. As estatísticas mostram ainda que, desse déficit, nada menos de 65% correspondem à população mais pobre, isto é, com renda familiar de até três salários mínimos, na zona urbana, e nada menos de 80% do déficit na zona rural atinge as famílias que vivem com até dois salários mínimos.

Fonte: **Projeto Moradia**. Instituto Cidadania, Brasil, 2000; Prefeitura de São Paulo e Centro de Estudos da Metrópole, 2002.

QUADRO 4 - Condições Gerais da Moradia no Brasil e no Mundo

Brasil*:

3.905 favelas

6,55 milhões de moradores em favelas

1,2 milhão com renda até 3 salários mínimos

3,6 milhões moram em casas de parentes ou amigos

10,2 milhões de domicílios sem infra-estrutura básica

1,7 milhão de habitações precárias

4,6 milhões de domicílios vagos: 10% do total

Mundo:**

924 milhões de moradores em favelas =

31,6% dos 2,923 bilhões de habitantes

*Fonte: IBGE,2000.
**Fonte: ONU, 2002.

QUADRO 5 – Condições Gerais do Trabalho no Brasil e no Mundo

BRASIL*:

A taxa de desemprego subiu para 12,1% em março comparada a uma leitura de 11,6 por cento em fevereiro de 2003

O número de pessoas desocupadas cresceu 5,4 %, chegando a 2,515 milhões em março

De março de 2002 a março de 2003 foram criados 1 milhão de novos empregos[1], mas

55% foram ocupações sem carteira e por conta própria

MUNDO:**

1 bilhão e 200 milhões de pessoas desempregadas ou precarizadas

[1]Os novos empregos surgiram no setor de intermediação financeira, atividade imobiliária, aluguéis e serviços prestados a empresas –terceirização- e comércio, que são em grande parte nichos de trabalho informal.
*Fonte: IBGE/2003 **Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2002.

A observação deste panorama pode suscitar uma série de perguntas e respostas distintas, de acordo com a opção teórico-metodólogica tomada. Uma das vias é explicar a questão da moradia como um problema em si, pautando-se estritamente nos números de excluídos e incluídos no mercado habitacional e no mercado de trabalho, na renda/salário como única definidora da viabilidade ou inviabilidade do acesso à moradia. Por esta via, entende-se que as grandes cidades vivenciam uma conjuntura caótica. Mas diante desta postura nos perguntamos: Estamos frente a uma questão de caos urbano? A razão desta problemática é o déficit habitacional? O problema é o "inchaço" urbano? É uma situação vivenciada apenas nas grandes metrópoles?

Diante de uma situação que se crê caótica (o que significa remeter-se à idéia de aleatoriedade, como se os problemas urbanos não fossem engendrados

por uma lógica, a do capital) e conjuntural, pode-se ainda pensar a questão da moradia dentro dos limites da institucionalidade, como problema a ser resolvido no âmbito do Estado e/ou do mercado. Neste sentido, nos indagamos: Saber da demanda habitacional serve para delinear políticas públicas? A solução está nas mãos do Estado? O Estado pode ser um mediador neutro entre o capital imobiliário e os trabalhadores demandantes de moradia e outras condições de urbanidade? O problema, então, é que não se tem como objetivo a produção de "habitações de interesse social"? Assim, o que falta e solucionaria o problema é simplesmente defrontar-se com o alto valor dos investimentos financeiros necessários para atender o volume da demanda existente? Ou a anunciada necessidade de revisão dos esquemas de investimento que não atendem aos chamados "setores de baixa renda"? O planejamento urbano é a solução? A urbanização de favelas, a auto-construção através de mutirão, por exemplo, resolveriam o problema das favelas? Ou mais que isso, uma reforma urbana é que tem potencialidade de transformação? Mas esta não é uma situação efêmera?

As condições precárias do trabalho hoje também podem ser agregadas à compreensão da questão da moradia de diferentes formas. Culpabilizar o trabalho através de uma "leitura" que insiste na explicação conjuntural, institucionalizada, restrita e preocupada em enquadrar-se às leis, e tendências do mercado (incluso o mercado de trabalho), e pautada numa visão despolitizada, que apreende as atuais transformações como se tratassem de um processo puramente técnico (e aí os aspectos reveladores são as inovações tecnológicas). Então, podemos concluir que é uma questão, uma conseqüência das inovações tecnológicas, da revolução informacional que gera o desemprego e/ou o achatamento da renda familiar que não pode suprir esta necessidade?

São as inovações tecnológicas em si, ou quais são, realmente, os processos que estão causando o crescimento vertiginoso do desemprego, do trabalho parcial, do trabalho temporário, da terceirização, do trabalho a domicílio e outras várias formas de precarização do trabalho (que pressupõem aumento da jornada de trabalho com decréscimo de remuneração e perca de direitos)? Frente à massa de trabalhadores desqualificados e a exigência do trabalho intelectualizado

com a automação, é a qualificação do trabalho a grande chave da questão? No Brasil esta é uma realidade predominante?

Será a condição de "homens supérfluos" que em meio às inseguranças e incertezas objetivas, somadas com a hegemonia ideológico-cultural burguesa que prega o individualismo e a competição (e, por conseqüência, fragmenta a práxis social o que se faz sentir na atomização e corporativismo dos movimentos sociais, sindicais e associações), e gera outros problemas como a agudização da violência urbana?

As condições do morar e do trabalhar expostas no panorama acima fazem parte do conjunto de aspectos que se materializam na nova configuração do espaço urbano, enquanto novas tensões decorrentes das atuais metamorfoses sociais. Como vimos, não há apenas um caminho para responder às questões acima ou mesmo ampliar a essência das inquietações que o panorama apresentado pode suscitar. A nosso ver, compreender a complexidade da situação em pauta requer opções teórico-metodológicas, ideológicas, políticas, geográfica que contemplem o movimento, a dinâmica societal, que conduzam a questão da moradia para além da unilateralidade da esfera da re-produção, reduzida à re-produção dos meios de produção.

Para abrir a discussão sobre os efeitos das mudanças societais na questão da moradia, não para responder categoricamente cada pergunta lançada acima, mas para direcionar o debate no sentido de reforçar as pistas que trazemos ao longo da dissertação, apresentamos abaixo a "leitura" que Ramos e Barbosa (2002) fazem dos impactos das metamorfoses sociais, mais especificamente da globalização, nas cidades brasileiras. E, posteriormente, nos subsidiamos em alguns pressupostos da Geografia do Trabalho onde encontramos elementos que nos auxiliam na tarefa de "ler" criticamente a questão em pauta.

Quais são, então, as novas configurações do espaço urbano diante das mudanças sociais? Ou antes, como são concebidas tais transformações nas

cidades brasileiras? Segundo Ramos e Barbosa (2002)[11], por ser locus do processo imediato e ampliado da produção, a cidade se modifica para responder às novas exigências do capital. As transformações das forças produtivas e das formas de organização da gestão e dos processos de trabalho são sentidos na vida urbana. Se sob o efeito da revolução industrial a cidade mudou devido ao aumento dos aparatos infra-estruturais e superestruturais, a partir das atuais inovações tecnológicas, outros elementos se apresentam na cidade como fundamentais para a nova base de valorização do capital.

Com base em Lojkine (1995) e Cocco (1996), Ramos e Barbosa (2002) apontam que os novos elementos estão vinculados ao desenvolvimento dos meios de comunicação através da revolução informacional[12] (com o estabelecimento das chamadas novas tecnologias da informação). Acredita-se que com tais transformações, as redes comunicacionais reduzem as distâncias e aproximam as grandes metrópoles mundiais. Tudo isso, num território descontínuo e globalizado, cujas conexões criam uma multiplicidade de trajetos virtuais, tanto que, defende Ramos (2002) em outro texto, "as urbes passam a ser o espaço da virtualidade produtiva dessas redes, estendendo o conflito de classes para esse novo cenário" (RAMOS, 2002, p. 47).

Se a cidade centraliza e concentra as condições materiais e imaterias de produção, ao formar uma rede de relações citadinas (entre as grandes metrópoles mundiais, principalmente), também dinamiza

[11] Tomaremos a discussão destas autoras para a apresentação de um breve esboço da temática, o que não quer dizer que a "leitura" delas é a única possível, porém, não cabe aqui um balanço geral da temática e/ou dos autores que a estudam.
[12] Cf. também SANTOS, M. (1996) e MOREIRA (1998).

> o fluxo de informações que potencializa e desencadeia novas formas de organização societal, cada vez mais sob o domínio da produção imaterial que articula modos de 'territorialização' e 'desterritorialização' da produção e conseqüentemente, do mercado. (...) [é entre os "territórios mais favoráveis" que se espalha a produção] O comando político de geração de riquezas, hoje viabilizado e acelerado pelo conjunto das redes informacionais, é exercido de modo a capturar a mais-valia produzida pelas novas formas de cooperação, redistribuindo-a entre grupos econômicos e empresas oligopolistas, que subordinam empresas terceirizadas, pequenos produtores e trabalhadores autônomos, agrupando-se em empresas-redes e em redes de empresas. Além de alterar os padrões de consumo, esse processo revela potencialidade efetiva para produzir uma metamorfose na estrutura de classes, que passa a se definir, principalmente, pelo dinamismo do trabalho imaterial. (RAMOS e BARBOSA, 2002, p. 103-105).

Assim, para Ramos e Barbosa (2002), algumas cidades são privilegiadas com a redistribuição das atividades produtivas, uma vez que são nelas (localizadas principalmente nos países da Tríade – Estados Unidos, Alemanha e Japão - e nos países restantes do G-7) onde estão instaladas as condições gerais da produção capitalista. E, por sua vez, cidades dos países periféricos e mesmo continentes inteiros são distanciados e isolados dos circuitos produtivos e do acesso ao mercado mundializado.

Tem-se então, os efeitos perversos e brutais da atual reestruturação produtiva nos diversos setores sociais que materializam a vida urbana: o desemprego estrutural desenfreado; a falência de empresas que "não se adaptam" ao mercado globalizado; o aumento do trabalho parcial e temporário (sob a tutela da desregulamentação do trabalho); terceirização; trabalho à domicílio, etc. Isto agudiza a violência nas cidades brasileiras, situação própria "da reprodução dos efeitos mais drásticos da lógica da produção social capitalista" (RAMOS e BARBOSA, 2002, p. 108).

Todavia, as autoras acreditam que, contraditoriamente aos efeitos negativos apontados, os processos de flexibilização e reestruturação produtiva possibilitam o trabalhador exercer o comando político da produção – pressupostos do

trabalho imaterial – e, neste sentido, a cidade se torna o espaço em que a organização do trabalhador pode ter potencializada sua força política. Neste contexto, falam ainda de socialização das informações e incentivo ao desenvolvimento da criatividade humana. Para Ramos (2002), por exemplo, as novas tecnologias de informação, "são fontes de potencialidades 'revolucionárias' para a humanidade" (p. 35), através da nova subjetividade do trabalhador (que agora envolve um esquema relacional bidirecional e comunicacional), que pode propiciar a inovação do processo de solidariedade política, ou seja, é o desenvolvimento das "redes de cooperação política"[13].

Já Sennett[14] vê com muito mais restrição a idéia de que a flexibilidade oferece maiores possibilidades para desenvolver a autonomia dos trabalhadores. O autor afirma, por exemplo, que a flexibilização, a informalidade ou a mobilidade "são um instrumento de poder" (p. 33) e, neste sentido, desmistifica a potencialidade do trabalho em equipe e a comunicação entre seus membros, afirmando que, "todo mundo é considerado responsável de todos. Existe muito pouco espaço para a cooperação, é um sistema disciplinar. Este é o paradoxo da flexibilidade" (p. 32). Sobre o potencial de desenvolvimento da criatividade, da força política e até mesmo da liberação do trabalho que estas novas formas de organização do trabalho teriam, Sennett complementa ainda, que é falsa a idéia de que hoje existe um maior número de empregos que exigem que o trabalhador se envolva mais e que este novo perfil do trabalho não libera as pessoas do papel central do trabalho em suas vidas.

Com isto, chamamos a atenção para a complexidade dos processos em curso, tanto no que respeita à escala de análise mais ampla, como a que apresentamos acima, quanto à escala do nosso estudo de caso.

É preciso considerar as diferentes dimensões que tais processos tomam e, mesmo, que, muitas vezes, se tratam de tendências. Se, por exemplo, a automação não é uma realidade para Presidente Prudente, a precarização dos

[13] Sobre trabalho imaterial e subjetividade ver também LAZZARATO e NEGRI (2001).
[14] La flexibilidad laboral: aparato ideológico y dispositivo disciplinario. **Archipiélago**: cuadernos de crítica de la cultura. Barcelona, n. 48, p. 29 – 36, set/out 2001. Entrevista a Richard Sennett.

trabalhadores através da informalidade dos catadores de papel/papelão e dos camelôs[15] o é. Assim, temos que levar em conta também que muitas vezes mais que ressaltar as especificidades, é preciso apontar os processos que se manifestam em diferentes escalas como, no caso, em cidades de portes diferentes.

Neste sentido, a territorialidade do trabalho precário, do desemprego, da população de rua[16], das péssimas condições de moradia, de atendimento médico, educacional, de transporte coletivo, lazer[17], abastecimento de água[18], energia, e também a constituição de novas lógicas territoriais para o desenvolvimento das atividades œmerciais e de serviços[19], etc., são a expressão da reestruturação do espaço urbano de Presidente Prudente que, dentro de suas especificidades, também se redefine sob a influência das metamorfoses sociais macros ou que se delineiam mais marcadamente nas grandes cidades.

[15] Se na década de 1960/70 a informalidade estava restrita ao comércio e prestação de serviços em condições rudimentares, sem importância econômica considerável, composto por força de trabalho recém chegada à cidade, sem formação técnica e escolar e com baixo rendimento salarial; hoje ocorre uma diversificação, ampliação, uma complexificação do trabalho informal, devido a reestruturação do processo produtivo capitalista que estimula a expansão de formas precarizadas de exploração dos trabalhadores (que agora está sem garantias legais) e acirra a fragmentação da classe trabalhadora dicotomizada entre relações de trabalho formais e informais. Para mais detalhes cf. GONÇALVES, M. (2000) que ainda discute verticalmente sobre as diferenças entre a informalidade entre os catadores de papel/papelão e os camelôs em Presidente Prudente.

[16] Ver: Furini (2003) e RANGEL (1996).

[17] Sobre o lazer em Presidente Prudente cf. VALENTE (2003) e ARAÚJO e CESÁRIO (1998) e especificamente sobre o lazer em áreas de exclusão social de Presidente Prudente cf. LUCAS (2003).

[18] MARTIN, E. S. Abastecimento urbano e poluição da água em Presidente Prudente. In: SPOSITO (org.), 2001a.

[19] Cf. SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO (org.), 2001a.

Observamos, por exemplo, que há dinâmicas que são tendências próprias da urbanização e da sociedade contemporânea e que ocorrem mesmo em áreas urbanas não metropolitanas, como o caso da multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços. É o que nos demonstra M. E. Sposito (2001a) ao apontar que Presidente Prudente inclui-se na tendência da "generalização da ocorrência de uma centralidade múltipla e complexa em áreas urbanas não metropolitanas"[20] (p. 237). Tal dinâmica se dá em função da

> entrada nessas cidades de capitais comerciais de grande porte, com novas lógicas locacionais; aumento do interesse dos capitais imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços, de forma associada ou não a esses capitais comerciais; acelerada expansão territorial urbana, gerando tecidos descontínuos e fragmentados; ampliação da diferenciação sócio-espacial, refletindo-se muitas vezes, em exclusão sócio-espacial; melhoria das formas de transporte, com destaque para o aumento do uso do transporte individual. (SPOSITO, 2001a, p. 237)

Frente a estas mudanças em curso na cidade de Presidente Prudente, podemos nos perguntar o que as entidades em estudo apreendem delas. Um exemplo representativo é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Imobiliário de Presidente Prudente, onde estão, exatamente, os trabalhadores da construção, os que literalmente erguem as "paredes" da cidade. A partir das entrevistas, vimos que não há uma postura crítica frente à cidade que se está construindo e muito menos uma confrontação desta cidade com o direito que esses trabalhadores têm a ela, ou seja, como e para quem se está construindo a cidade?

[20] Nas cidades médias brasileiras vem ocorrendo: a) centralidade múltipla – aumento e diversificação de áreas centrais/descentralização de atividades comerciais e serviços através de recentralização; b) centralidade cambiante – o aumento do acesso aos veículos automotores permite diferenças entre os dias e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços; c) centralidade complexa – aparecimento de novos subcentros e de outras áreas centrais para clientelas de diferentes parcelas da cidade e de outras cidade de menor porte (escalas que se articulam e fluxos que se entrecruzam); d) centralidade polinucleada, tanto do ponto de vista funcional, como sócio-espacial – localização de novos equipamentos em áreas de fácil acessibilidade para os segmentos sociais de alto poder aquisitivo. (SPOSITO, 2001, p. 251 – 252)

Se o trabalhador precisa garantir a sua sobrevivência como necessidade primária, e portanto, garantir que tenha emprego para tanto, o sindicato, atualmente, não é capaz de ampliar as perspectivas do trabalhador que se encontra fragilizado diante do desemprego crescente. Não há nenhuma discussão ou postura combativa frente às intervenções do poder público na produção e gestão da cidade, por exemplo. Para ilustrar com uma ocorrência que contribuiu para a complexificação e redefinição do tipo de centralidade de Presidente Prudente a que fazíamos referência anteriormente, nenhum questionamento foi feito frente à instalação dos maiores empreendimentos na cidade, o Shopping Center Americanas e o Prudenshopping que resultam do investimento de empresas nacionais de médio e de grande porte, mas também do próprio poder público municipal. Não se pergunta porque o poder público investe em empreendimentos como esses, que ampliam a diferenciação sócio-espacial, em detrimento da necessidade básica da moradia, a qual grande parte dos trabalhadores não tem acesso, tampouco em condições dignas? A única relação estabelecida com o poder público, tanto municipal, como estadual, ou federal é justamente para angariar obras na cidade, não importa quais, para que, para quem. O importante é que as obras gerem empregos! Nas próprias palavras do dirigente sindical:

> Os desempregados não estão contabilizados e também não são assistidos pelo sindicato. A única iniciativa declarada é a cobrança do governo para que traga obras para a cidade, mas o que está vindo para a nossa região é a construção de presídios, que a população é contra (...) nós também somos contra, mas infelizmente são obras que estão surgindo e que estão dando emprego, para o trabalhador não importa que seja presídio, ele quer trabalhar! (Depoimento – Trabalho de Campo, 2001)

Esse depoimento corrobora o que tratamos nos capítulos anteriores: a subjetividade dos trabalhadores prudentinos também é cooptada por estes novos mecanismos de controle social presentes nas atuais mudanças sociais. As decisões, omissões, apatia, autonomia, heteronomia das associações de moradores e dos sindicatos dos trabalhadores também se refletem e produzem a configuração e as redefinições do espaço urbano de Presidente Prudente.

E como apontávamos acima, a complexidade dos processos em curso é então flagrada. Vemos que é preciso considerar tanto as especificidades do local, quanto as determinações mais amplas que nele se revelam. Em Presidente Prudente a industrialização é apenas incipiente, não há automação significativa, portanto, a implantação do toyotismo não é uma realidade ou o que há não é representativo da cidade em termos gerais. Ou seja, as mudanças societais que se consolidam em nível macro ocorrem com outra dimensão. Contudo, os processos gerais como o desemprego crescente e a conseqüente precarização das condições materiais dos trabalhadores, assim como a apreensão por parte destes do discurso do trabalhador flexibilizado, polivalente, parceiro do capital, são também fenômenos que se territorializam a partir de formatações específicas.

Todas essas transformações territoriais na cidade e a relação que a práxis social estabelece com elas, nos colocam a repensar as definições apriorísticas, pois surgem novos elementos que redimensionam e transmutam o fenômeno estudado. Se para nós as definições e análises dadas, como as que entendem a questão da moradia em si e como uma questão conjuntural, não dão conta de apreender as transformações em marcha e as questões que nos colocamos, a Geografia do Trabalho pode nos ajudar nesta tarefa pois

> (...) o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade-espaço (...). As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho (...), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras formas precarizadas, bem como na despossessão, no desemprego. A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica, heterogeneiza o mundo do trabalho redimensionando os sentidos assumidos pela polissemização e promovem profundos rearranjos territoriais. Conseqüentemente, as redefinições locacionais do domínio espacial mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise porque passam os movimentos sociais populares em geral, e em particular o sindical e o operário. (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 6)

Os rearranjos espaciais e territoriais promovidos pelas mudanças atuais, que fundam uma nova divisão social-técnica-territorial do trabalho, podem ser apreendidos através das categorias geográficas: lugar, paisagem, território e espaço. O trabalho torna-se então tema para a Geografia (THOMAZ JÚNIOR, 2002c e MOREIRA, 2002). As categorias do metabolismo (a relação homem-meio e a relação sociedade-espaço são formas de metabolismo), do excedente e do primado das esferas econômicas se agregam como "referências estruturantes gerais do discurso, os conteúdos atuantes por dentro e por meio da paisagem, do território e do espaço geográficos" (MOREIRA, 2002, p. 21).

Estas são as bases para, a partir do mundo do trabalho, compreender o processo de dominação do capital e seus desdobramentos espaciais e territoriais. E uma questão importante para o urbano que se coloca atualmente é a (re)territorialização do trabalho exigida pela nova fase do capitalismo. Trata-se da

> ...desterritorialização dos trabalhadores proletarizados em geral, mas, sobretudo, urbanos, que expressa a cisão do vínculo empregatício ou perda do emprego, move parte desses trabalhadores ao retorno a terra, sendo, pois, a fração majoritária vagueia de lugar a lugar em busca de novas colocações, sendo que para garantir seu sustento se enquadram em diferentes atividades urbanas, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 8–9)

Os aspectos apresentados reúnem elementos essenciais para o desvendar do fenômeno em estudo em suas diferentes escalas e dimensões e reafirma a premência por esforçar-nos a entender a totalidade.

> ...a face espacial e conteúdo territorial da inserção do trabalho no processo social capitalista só podem ser entendidos se levarmos em consideração as contradições imanentes e termos na totalidade o referencial para o empreendimento analítico. (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 5)

Então, as fragmentações, tanto da prática social – a "fragmentação organizativa da classe trabalhadora para reivindicar moradia e salário como coisas distintas e incomunicáveis" (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 6), quanto do conhecimento – fragmentado em sub-áreas ou disciplinas, que separam, por exemplo, o homem do meio ou a sociedade da natureza, o momento da produção e o da re-produção, "podem nos impossibilitar a compreensão da dialética do processo social" (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 5).

É preciso, então, nos colocarmos a entender a totalidade, e é esse importante desafio que parece ser negado nas análises tradicionais que vêem a aquisição da casa própria, o planejamento e/ou políticas públicas estatais, por exemplo, como a redenção da questão da moradia, e ainda não conseguem captar o movimento, as transformações societais que modificam profundamente a problemática. Análises que consagram a fragmentação da práxis social, que negam, ao ignorar, a dominação do trabalho pelo capital. E como não se preocupam com a alteração da forma e do processo de acumulação do capital e as novas configurações do espaço resultante (aspecto que está no centro das atenções da Geografia do Trabalho), não são capazes de apreender que a configuração do espaço intervém como forma de regulação da relação humana (MOREIRA, 2002).

Sem perceber toda esta dinâmica em constante movimento e mutação para regular a relação social, para manter o controle social, para assegurar a dominação do trabalho pelo capital, não podem compreender, em outras palavras, que a intensificação dos processos de alienação e estranhamento é base para o capitalismo se manter.

Nossa conclusão é que, se analisarmos os números sobre as condições do morar e do trabalhar, apresentados no início deste item (nos Quadros 3, 4 e 5), a partir dos elementos oferecidos pela Geografia do Trabalho, a análise pode revelar a materialização da alienação e do estranhamento enquanto distanciamento do trabalhador assalariado das condições de vida, processo esse intensificado por meio das novas exigências do capital. Pensar os números por si, fazer uma análise despreocupada da apreensão da totalidade, expressa somente o

aparente, apenas as relações estabelecidas no âmbito do mercado, não contempla o que ocorre no urbano hoje enquanto efeitos das transformações nas relações sociais de produção.

Mas outra questão pode ainda ser levantada. Se a tendência é a intensificação do processo de alienação e estranhamento, que corroboram para este quadro onde há hoje cada vez mais ensimesmamento, individualismo, competitividade, debilidade e falta de perspectiva de classe, conformismo, apatia e cooptação das práticas organizativas, será que ao mesmo tempo, e contraditoriamente, também não pode propiciar questionamento, necessidade de ruptura, e, conseqüentemente, sindicatos dos trabalhadores e associações de moradores combativos? Considerando que não podemos deixar de, no mínimo, alimentar tal indagação, apresentamos no item a seguir, alguns elementos para este debate que se anuncia.

3.4 As experiências do espaço da vida cotidiana e suas expressões no mundo do trabalho: novos referenciais para a mobilização social?

Na sociedade urbana, onde hoje reina o descartável, o consumo fetichizado, estranhado, impede que os que produzam tenham acesso aos bens produzidos e, de igual maneira, impede que tenham acesso a este consumo descartável. 1/3 da força humana de trabalho se torna prescindível, é o fim do emprego formal e com direitos. Neste contexto vemos efetivar-se a crise dos sindicatos que perdem a perspectiva de classe e restringem sua luta a garantir o emprego. Mas a crise da sociabilidade incide também nos movimentos sociais que perdem força com a expansão do controle do capital em todos os âmbitos da vida e não somente no trabalho. Todavia, será que ao mesmo tempo também não pode se anunciar a potencialidade de questionamento por parte de alguns movimentos sociais, e quem sabe sindicais e até mesmo associativos, com novos referenciais.

Como vimos, a crise dos sindicatos, das associações de moradores, dos movimentos sociais, decorre da nova investida do capital na subjetividade do

trabalhador que é afetada como um todo. Se na sociedade fabril o controle societal estava mais restrito à própria fábrica, agora o sistema global de controle se espalha por todo o terreno social. Neste sentido, se as experiências do mundo do trabalho são transportadas para a vida cotidiana, o movimento contrário também é uma realidade, pois as experiências e representações do cotidiano também são transportadas para o trabalho, para a esfera da produção. Mas ao serem levadas para o mundo do trabalho, as experiências do cotidiano não são igualmente cooptadas pelo capital?

Com a reestruturação produtiva, é a subjetividade do trabalhador que deve ser organizada e dominada. Com este objetivo, o capital hoje utiliza a estratégia de trazer aspectos, experiências do cotidiano para as relações de trabalho e, desta maneira, a apreensão da subjetividade do trabalhador se amplia. Abaixo listamos alguns destes exemplos em que o capital utiliza, em seu projeto (porque na verdade, o objetivo é garantir a produtividade e a competitividade capitalista), as virtudes de comprometimento, confiança, solidariedade, cooperação, criatividade e ajuda mútua, constituídas e vivenciadas no cotidiano, para a subsunção da subjetividade do trabalhador à sua lógica:

- as redes de cooperação política onde os novos produtores devem ser capazes de comunicar e de intervir no trabalho de equipe;
- os modelos "participativos" de gestão da produção implantados com os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade);
- a participação nos lucros e resultados (PLR) das empresas[21];
- a "cultura de empresa", ou seja, a forma como o trabalhador se sente responsável direto pelo desenvolvimento da empresa.

[21] Medida regulamentada no Brasil em dezembro de 1994, pela edição da Medida Provisória 794/94, a partir da qual a organização sindical e as relações trabalhistas sofreram mudanças em suas características. A maioria dos acordos está vinculada ao cumprimento de metas.

A educação, a saúde e o lazer, também são aspectos da esfera da vida/re-produção que o capital se empenha em apropriar em beneficio da sua acumulação:

- No campo da educação: os cursos de formação continuada de capacitação, qualificação e requalificação para o mercado de trabalho; a apropriação do conhecimento técnico-científico através das parcerias entre as empresas, os órgãos de pesquisa e fomento e as universidades – empresas junior, fundações, etc.;

- Na saúde: a aplicação da ergonomia, pois a organização do trabalho deve ser a mais metódica possível a fim de que a relação entre homem e máquina seja perfeitamente regrada para que se possa aproveitar ao máximo o tempo de trabalho;

- No lazer: os produtos e as mercadorias culturais – indústria musical, de cinema, de jogos; o lazer (consumo) padronizado dos shopping centers; os dias em que as empresas "abrem as portas" para os trabalhadores junto à família poderem desfrutar de diversões no espaço da fábrica e até participarem de sorteios dos bens que eles mesmos produzem (carros, geladeiras, etc.).

A seguir, apresentamos algumas experiências concretas que têm características completamente contrárias às anteriores. São experiências em que dimensões da esfera da re-produção são apropriadas para a produção, mas para uma produção que se diz alternativa, ou seja, são dimensões da esfera da re-produção que, de certa maneira, transformam a esfera da produção.

Continuamos então a nos perguntar: mas será que não há mesmo nenhum projeto societário alternativo, ou tentativas mínimas de reapropriação das condições de existência usurpadas pelo modelo atual? Há autores que expõem que

os mesmos processos que, para uns intensifica a despossessão e a exploração, contêm a potencialidade para a reapropriação da subjetividade dos trabalhadores. Se algo se anuncia, se tratará de uma reapropriação da totalidade, do conjunto das condições sociais de existência, ou se tratará mais de uma adaptação, de reformas dentro do sistema capitalista, ou melhor, dentro da lógica do capital? Que experiências podemos citar? Elas serão apenas uma tendência ou estão se constituindo enquanto uma perspectiva? Não temos o intuito de resolver esta polêmica, mas podemos sinalizar algumas tendências.

Alguns autores defendem que com o aumento do trabalho imaterial[22], ao ampliar o comando político da sua produção, o trabalhador passa a portar a capacidade para intervir nas relações sociais através, por exemplo, das redes de cooperação produtiva[23]. A idéia defendida é de que esses novos produtores, imateriais, precisam se comunicar e intervir no trabalho de equipe, o que depende da circulação de informações. São as redes informacionais que, para Ramos (2002), suplantaram o abismo que separa as informações operacionais das informações estratégicas, e que, por isso, têm o potencial de superação das divisões hierárquicas. Como vimos, acredita-se, então, que:

> As chamadas novas tecnologias da informação (NTIC) são fontes de potencialidades 'revolucionárias' para a humanidade, uma vez que podem suscitar a emergência de uma sociedade pós-mercantil, superando mesmo as democracias mercantis mais desenvolvidas. (RAMOS, 2002, p. 35)

Lazzarato e Negri (2001) expõem que o trabalho hoje se transforma em trabalho imaterial e a força de trabalho em intelectualidade de massa (há uma releitura do que Marx chama de general intellect). E da intelectualidade de massa pode devir um sujeito social e politicamente hegemônico, que não tem a necessidade de passar pela "maldição do trabalho": os estudantes, por exemplo. Outro aspecto

[22] Para uma leitura aprofundada sobre esta temática ver: LAZZARATO e NEGRI (2001).
[23] A respeito ver: Ramos, 2002.

importante é que para os autores, a constituição antagônica já não se determina a partir dos dados da relação capitalista, mas a partir da ruptura com esta.

E diante das objeções de autores que afirmam que o trabalho de tipo antigo é ainda muito importante na sociedade atual e que o trabalho sobre a forma do general intellect tende a ser hegemônico apenas em poucas áreas, Lazzarato e Negri respondem que:

> Se a passagem à hegemonia do novo tipo de trabalho não aparece mais que como tendência, e se o colocar em evidência de uma tendência não deve confundir-se com a análise de conjunto, ao contrário, uma análise de conjunto não tem valor mais que na medida em que está esclarecida pela tendência que preside a evolução. (p. 7)

Estes pressupostos sobre a predominância do trabalho imaterial que promove uma intelectualidade de massa, potencialmente revolucionária hoje, nos remetem a buscar, então, exemplos de constituição de lutas, experiências de mobilizações sociais, em geral, com novos referenciais e nos questionar sobre suas verdadeiras potencialidades, sobre as críticas que fazem ao sistema, sobre as propostas que levantam e as práticas que adotam. Este exercício nos permite pensar se há ou não novas perspectivas que anunciam uma outra práxis social que não a fragmentada e fetichizada que vimos conferindo nos casos dos Sindicatos dos Trabalhadores e das Associações de Moradores de Presidente Prudente.

Além desta perspectiva trazida pelos defensores de que a intelectualidade de massa possa chegar um dia a ser anti-capitalista, podemos apontar a existência de experiências concretas em que algumas dimensões da re-produção são capazes de incutir certas mudanças na produção. Experiências que, de certo modo, nos estimula a refletir sobre a potencialidade transformadora da esfera da re-produção.

Seguramente, há um sem número de diferentes experiências que podem nos propiciar uma rica reflexão sobre toda a complexidade que os envolve.

Todavia, dentro dos nossos objetivos cabe apenas descrever alguns exemplos que resgatamos para apresentarmos o leque de diferencialidades que as constitui enquanto projeto político. São exemplos de experiências que, em geral, se auto-declaram, como construtoras de um projeto alternativo, mas que, na verdade, variam, por exemplo, em relação à opção de incluírem-se ou não na economia de mercado, na dependência ou independência institucional, na articulação ou não com outras entidades, etc., ou seja, no projeto e rumo político tomado.

Vamos aos exemplos:

- **Assentamento Anita Garibaldi/Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST**[24]: o Movimento associa a luta pelo trabalho com a luta pela moradia como instrumento de formação política. Busca ter uma prática política independente da via institucional, partidária e governamental e defende a ruptura com o atual sistema. A tática utilizada é a ocupação (acampamento). O Assentamento Anita Garibaldi (organizado em maio/2001, localizado em Guarulhos/SP, com 2000 famílias) é uma das experiências deste Movimento no país. Possui uma proposta diferente de organização do assentamento, o Rururbano[25], que é uma saída criada para a subsistência imediata das famílias; a idéia rompe com os limites impostos pela divisão administrativa de centro-periferia, ultrapassa a separação cidade-campo. Trabalham com as famílias em núcleos que têm como objetivo

[24] Para mais detalhes cf. O assentamento Anita Garibaldi. **Crítica marxista**. São Paulo: Boitempo, nº 14. p. 134 – 149. Entrevista; e <www.mtst.org>

[25] O assentamento rururbano é uma proposta de organização do território com o objetivo de formar uma comunidade de resistência e de luta com uma nova forma de convivência social no urbano. Tem como características:
1) Assentamentos localizados entre o perímetro urbano e o rural de maneira que não se fixem tão distantes dos centros urbanos para não perder acesso à infra-estrutura da cidade;
2) Organização em núcleos dos trabalhadores, distribuídos por setores de trabalho (educação, saúde, cultura, etc.);
3) Espaço para produção agrícola de subsistência e de hortas medicinais com o propósito de gerar trabalho;
4) Área livre para uso social com barracões coletivos (farmácia, escola, secretaria, galpão para atividades culturais, etc.). (Cf. <www.mtst.org>)

a criação de uma cooperativa mista que atenda desde a produção à prestação de serviços, sem ser uma política inclusiva: não é do tipo de incubadora do tipo da economia solidária, desta do Paul Singer, uma vez que nós somos pela ruptura (...). Isso tudo...visa a sobrevivência, mais ou menos racionalizada (defende uma liderança em entrevista à revista Crítica marxista, n.14, p. 146). A comunidade é organizada através de uma certa ruptura com a forma de política representativa e possui um projeto de urbanização do assentamento inovador.

- **Conjunto Palmeiras/Banco Palmas:** Com 30 mil moradores, o Conjunto Palmeiras, uma favela localizada na periferia de Fortaleza/Ceará, é resultado de uma ocupação de terras. A comunidade morava, inicialmente, na beira-mar, mas teve de abandonar a região por causa da expansão imobiliária. Quando chegaram, o local era um grande pântano. Ao longo dos anos, em regime de mutirão, foram construindo o bairro. O Banco de Palmas, criado em 1998, é uma experiência desenvolvida pela Associação de Moradores com o objetivo de garantir micro-créditos para a produção e o consumo locais, a juros baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos são os que dão garantia ao credor, atestando se ele é ou não responsável e se pode assumir os gastos. O banco oferece quatro modalidades de crédito: para a profissão (voltado para pequenos negócios), para o consumo (financiamento para compra), o Palma Casa (para pequenas reformas em moradias) e o crédito para mulheres em situação de risco (é a Incubadora Feminina, um projeto de segurança alimentar, iniciado em outubro de 2000 com o objetivo de inserir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social). No campo de crédito para consumo, o Banco Palmas utiliza um cartão de crédito próprio, aceito exclusivamente pelo comércio local. O Banco criou empresas como a Palma Fashion (comércio de vestuário) e a Palmalimp (de material de limpeza), e a Palmart (confecção de artesanato). A idéia é formar uma rede em que cada empresa, com seu excedente, possa

abrir outra empresa, de modo que a comunidade dependa o menos possível do mercado externo. Existe também um Laboratório de Agricultura Urbana, onde os moradores aprendem a fazer hortas e pomares e a criar peixes e galinhas caipiras (depois, o projeto passa a ser desenvolvido nos quintais das casas; tudo o que é produzido é consumido pelas famílias e o excedente é comercializado na feira). O Conjunto também possui uma moeda própria (que não é indexada a nenhuma outra, o que define o valor do Palmares, como é chamada, é a hora trabalhada e os insumos para fabricação de determinada mercadoria), que é empregada nas reuniões quinzenais do Clube de Trocas Solidárias. Outra experiência desenvolvida é a chamada compras coletivas em que os moradores do Conjunto Palmeira e de mais 18 bairros de Fortaleza realizam compras coletivas. Trata-se de uma forma de adquirir produtos da cesta básica que são comprados no atacado, unindo-se a verba das famílias participantes, conseguindo-se assim preços mais acessíveis. O Banco também criou a Escola de Socioeconomia Solidária (PalmaTech), cujo objetivo central é oferecer capacitação gerencial e profissional, na perspectiva da Socioeconomia Solidária, desenvolver formas de sensibilização para a cultura da solidariedade e difundir a metodologia e os produtos criados pelo Banco em sua estratégia de combate à pobreza com o desenvolvimento local[26].

[26] Mais detalhes ver: O desafio de transformar o inabitável. **Revista Sebrae**. Disponível em: <http://200.252.248.103/sites/revistassebrae/07/temadecapa_05.htm> Acesso em: 20/06/2003; Socioeconomia solidária: transformando as relações de produção e consumo. **La insignia**. Disponível em: <www.lainsignia.org/2002/mayo/econ_060.htm> Acesso em: 20/06/2003; MELO, J. **O banco de palmas**. Disponível em: <www.flem.org.br/cadernosflem/Artigos/Cadernos5/Cadernos5-BancoPalmas.pdf> Acesso em: 20/06/2003.

- **Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua – FUCVAM:** a Federação é constituída por mais de 300 cooperativas de base, em distintas etapas de desenvolvimento, com presença em praticamente todas as cidades do país. Em finais de janeiro de 1998, estavam integradas à FUCVAM aproximadamente 16.000 famílias de salários considerados baixos e médios para o padrão do país (entre 400 e 900 dólares mensais), representativas de um amplo segmento de trabalhadores das mais diversas origens. A princípio as cooperativas estavam constituídas majoritariamente por setores operários industriais, trabalhadores do setor de serviços e empregados públicos com alto índice de sindicalização. Mas cada vez mais surgem cooperativas integradas majoritariamente por trabalhadores do chamado setor informal da economia. A FUCVAM tem três áreas de ação: No plano gremial, atua no sentido de solucionar o problema habitacional dos trabalhadores a partir de uma perspectiva integral, não se limitando à produção de moradias, mas dando lugar à elaboração de propostas e mobilização em torno das reivindicações gremiais (acesso à terra, canais de financiamento, condições de amortização) e sempre na perspectiva de pensar a solução da moradia no contexto de reivindicações por uma superior qualidade de vida dos trabalhadores em geral (daí sua unidade e ação coletiva junto à outras forças sociais). No plano social, o aspecto básico das cooperativas agrupadas é a participação das famílias na solução coletiva da problemática habitacional (trabalho solidário na construção das moradias, administração autogestionária das obras e convivência mediante programas de desenvolvimento social e comunitário dos complexos habitacionais). No plano educativo desenvolve programas orientados pela metodologia da Educação Popular. A propriedade da moradia é coletiva, ou seja, o sócio da cooperativa é um usuário, o que garante a concepção da moradia como um bem social e não como mercadoria[27].

[27]Cf. <www.chasque.net/fucvam/fucvam1.htm> e Chavez (1990).

As três experiências que relatamos associam, cada uma a sua maneira, moradia e trabalho. São experiências, que de certa forma, tentam reivindicar mais que a casa em si ou a simples regularização da terra urbana que ocuparam. Têm a compreensão de que não é possível ignorar a questão do desemprego e que, portanto, é preciso incorporar em suas organizações a garantia da subsistência através do trabalho. No caso do MTST e da FUCVAM, fazem da proposta de produção uma via para a formação política, de conscientização da necessidade de se ampliar o conjunto das condições de existência dos trabalhadores. Já a experiência do Conjunto Palmeira é um projeto que reproduz os esquemas do mercado ainda que busquem fortalecer a solidariedade dentro da comunidade.

Além destas, poderíamos citar ainda experiências como a dos trabalhadores argentinos que unificaram vários setores em sua luta, inclusive desempregados, e trouxeram a luta da fábrica para o bairro[28]; a Universidade Popular coordenada pelas Mães da Praça de Maio[29]; a Farmácia Viva e a luta contra os transgênicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[30]; as chamadas redes de consumidores responsáveis, onde a produção está determinada/condicionada pelos consumidores, isto é, consumidores e produtores estão integrados, através da produção e consumo solidários[31]; os projetos editoriais alternativos como o proyecto editorial Traficantes de Sueños de Madri/Espanha que realizam a edição e distribuição de materiais por meios próprios e com o objetivo maior de difundir experiência e conhecimentos que estejam firmados em um pensamento crítico diante das concepções dominantes, o "pensamento único"[32]; as emissoras de rádios livres, comunitárias e culturais[33]; as ocupações de fábricas que passam a ficar sob o controle dos trabalhadores como alternativa ao fechamento das empresas e garantia do emprego na Argentina[34]; etc.

---

[28] Comentamos sobre esta experiência no final do capítulo dois. Cf. CECEÑA apud GONÇALVES (2002).
[29] Ver: <www.madres.org>
[30] Sobre a Farmácia Viva, experiência de produção de remédios fitoterápicos das mulheres assentadas em Itapeva/SP Cf. LERRER In: <www.pt.org.br/san/farmaciavivamst.doc> e sobre os transgênicos, ver: PINHEIRO (1999) e GORGEN (2000).
[31] Ver, por exemplo: MANCE (1998 e 2000).
[32] Ver: <www.altediciones.com/b.htm>.
[33] Para experiências como esta na Espanha ver <www.geocities.com/CapitolHill/2838/contacto.html>.
[34] Ver: <www.erqi.hpg.ig.com.br/jornal/17/controlobrero.htm>; <www.erqi.hpg.ig.com.br/jornal/17/petras.htm>

Poderíamos ainda estar citando mais um sem número de diferentes experiências. Mas nos interessa mais ressaltar que estas experiências, em geral, transformam dimensões constituídas no cotidiano, na esfera da re-produção, como a cultura e o lazer (os projetos editorias, as rádios livres), a educação (Universidade Popular das Mães da Praça de Maio), a solidariedade (cooperativas mistas de produção e serviços, economias populares e/ou solidárias), a saúde (ervas medicinais, luta contra os transgênicos) para aplicá-las à produção. E aí, os resultados são diversos. Vimos que há desde experiências que têm como princípio ser anti-capitalista, em detrimento das experiências que são reformistas. A experiência do Assentamento Anita Garibaldi, a luta contra os transgênicos do MST, que se a princípio pode ser definida como uma luta ética, este movimento respalda tal reivindicação com a luta contra o capitalismo, por exemplo, estão mais próximas de serem efetivamente contra-hegemônicas, de terem princípios não-capitalistas, do que as experiências de Economia Solidária ou de constituição de um Banco local.

Essas experiências, umas mais outras menos, tendem a constituir-se a partir de novos referenciais. As experiências do Assentamento Anita Garibaldi do MTST, do Conjunto Palmeira e da FUCVAM partem da questão da moradia e, a partir dela, tentam dar um passo além da predominância do imediato como objetivo de suas organizações.

Assim, como vimos anteriormente no sub-item 3.1, é preciso superar as análises que não dão conta de compreender a complexidade em que a questão da moradia se delineia hoje e, ao mesmo tempo, avançar na compreensão destas novas experiências e mobilizações sociais que estão surgindo.

Por isso, se não nos cabe responder neste momento histórico sobre a potencialidade transformadora destas, podemos acompanhar e observar se elas vão se delineando a partir de uma outra práxis social capaz de superar a fragmentação. De qualquer forma, é preciso considerar a capacidade que estas experiências têm de transformar aspectos da esfera da produção através de dimensões constituídas na esfera da re-produção, comprovando que a esfera da re-produção não é mera repetição ou duplicação da produção.

A seguir, no capítulo quatro, a título de considerações finais, apontamos a unificação orgânica como necessidade para que os trabalhadores possam reapropriarem-se da totalidade das condições sociais de existência, num embate frontal com o capital.

capítulo 4

UNIFICAção orgânica para reapropiação da totalidade das condições sociais de existência (considerações finais)

CONSTRUÇÃO
Chico Buarque

Amou daquela vez como se fosse a última
Beijou sua mulher como se fosse a última
E cada filho seu como se fosse o único
E atravessou a rua como se fosse máquina
Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo com tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima
Sentou pra descansar como se fosse sábado
Comeu feijão com arroz como se fosse um náufrago
Dançou e gargalhou como se ouvisse música
E tropeçou no céu como se fosse um bêbado
E flutuou no ar como se fosse um pássaro
E se acabou no chão feito um pacote flácido
Agonizou no meio do passeio público
Morreu na contramão atrapalhando o tráfego
Amou daquela vez como se fosse o último
Beijou sua mulher como se fosse a única
E cad filho seu como se fosse o pródigo
E atravessou a rua com seu passo bêbado
Subiu a construção como se fosse sólido
Ergueu no patamar quatro paredes mágicas
Tijolo com tijolo num desenho lógico
Seus olhos embotados de cimento e tráfego
Sentou pra descansar como se fosse um príncipe
Comeu feijão com arroz como se fosse o máximo
Bebeu e soluçou como se fosse máquina
Dançou e gargalhou como se fosse o próximo
E tropeçou no céu como se ouvisse música
E flutuou no ar como se fosse sábado
E se acabou no chão feito um pacote tímido
Agonizou no meio do passeio náufrago
Morreu na contramão atrapalhando o público
Amou daquela vez como se fosse máquina
Beijou sua mulher como se fosse lógico
Ergueu no patamar quatro paredes flácidas
Sentou pra descansar como se fosse um pássaro
E flutuou no ar como se fosse um príncipe
E se acabou no chão feito um pacote bêbado
Morreu na contramão atrapalhando o sábado

CAPÍTULO 4

(Considerações Finais)
UNIFICAÇÃO ORGÂNICA PARA REAPROPRIAÇÃO DA TOTALIDADE DAS CONDIÇÕES SOCIAIS DE EXISTÊNCIA

Objetivando abrir o caminho para um avanço na compreensão da questão da moradia para além de quatro paredes, tomamos o processo contraditório e simultâneo pautado na lógica homogeneizante e ao mesmo tempo fragmentadora do capital (BIHR, 1998), como um dos elementos centrais que respaldam a nossa discussão. Deste processo (onde se reproduz uma sociabilidade apropriada às imposições do capital e, concomitantemente, uma dessocialização que dissolve as relações comunitárias, relaxa o vínculo social e fragmenta as negociações coletivas), demos especial atenção à fragmentação da práxis social.

De um lado está a fragmentação da prática, das mobilizações sociais, e do outro, está a fragmentação do pensamento, das ciências, das disciplinas. Procede das fronteiras impostas por este pensamento a dicotomia entre esfera da produção e esfera da re-produção que rege as análises e as mobilizações em torno da questão da moradia, por exemplo.

Pensar as condições do morar e do trabalhar conjuntamente (unificar o caracol e sua concha) é exercitar a necessária imbricação entre a esfera da produção e a esfera da re-produção. Este foi outro eixo central da pesquisa, por onde tentamos efetivar este avanço no entendimento da questão da moradia como um dos componentes do conjunto das condições sociais de existência dos trabalhadores. São estes pressupostos gerais que nos orientaram ao longo desta pesquisa.

À fragmentação da práxis social demos especial atenção porque o corporativismo dos sindicatos, o peleguismo das associações, o imediatismo de ambas, a incapacidade de se "moverem" por lutas coletivas e mais abrangentes (elementos que no nosso entender são muito representativos da fragmentação da práxis social), foram características que ficaram muito evidentes nos depoimentos que obtivemos nas entrevistas. E essa disseminação de interesses comunitários, regidos até mesmo por relações de poder pessoais, por vezes, de interesses tão específicos, de reivindicações puramente emergenciais, com objetivos muitas vezes auto-declarados como apolíticos; tudo isso, toda essa fragmentação na subjetividade dos trabalhadores, que pudemos apreender nas associações e sindicatos de Presidente Prudente, se apresentou em contraposição à superposição sócio-territorial das precariedades das condições sociais de existência vivenciada por esses trabalhadores, especificamente nas condições de moradia e trabalho.

Neste sentido, tentamos evidenciar primeiramente esta superposição demonstrando que o ser social é uno, que a realidade não é fragmentada. Se todo o conjunto das condições sociais de existência (desde as condições de habitabilidade, passando pelos serviços de saúde, transporte, saneamento, educação, até o quadro de crescente desemprego, informalidade, perca de direitos trabalhistas, patamares

salariais insuficientes para garantir a sobrevivência) dos trabalhadores é precário, a exemplo do que vimos no capítulo um, é porque a realidade está "contaminada" pela totalidade do capital (pela qual impera a subsunção de todos os âmbitos da vida, os da produção e os da re-produção, tanto na dimensão objetiva/material como na subjetiva, à lógica de acumulação ampliada do capital).

Todavia, na dimensão da aparência impera a fragmentação. O que a engendra é a subjetividade estranhada do trabalhador, um mecanismo de controle social do sistema metabólico do capital, que dissimula o todo e reifica a sobrevivência individual no lugar de qualquer unidade e coletividade. E então, não ter onde morar, ou morar em condições sub-humanas parece não ter relação suficiente com as condições e relações precárias de trabalho ou com o desemprego, para que os moradores-trabalhadores façam convergir tais necessidades em uma só luta. Está assim efetivada a dessintonia entre as reivindicações das associações de moradores e as reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores.

A classe que trabalha está cindida em sua luta corporativa e parcial, e do outro lado da mesma moeda está o capital gerindo a partir da totalidade e assim, intensificando a exploração e a submissão (material e subjetiva) do trabalhador. Compreendemos então, que os trabalhadores também precisam se entender, atuar, se organizar a partir da totalidade. Precisam superar o individualismo, a atomização de suas lutas e ampliá-las para a reapropriação da totalidade das condições sociais de existência (BIHR, 1998), isto é, precisam se unificar organicamente.

Em referência ao chamado final do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, unir-se, Harvey (1999, p. 69), expõe que "as condições que enfrentamos agora fazem este grito de guerra mais indispensável que nunca".

Lutar pela reapropriação da totalidade das condições sociais de existência pressupõe lutar contra o capital, o que é diferente de lutar contra o capitalismo (MÉSZÁROS, 2002, p. 1064 - 1065). Mas isso não quer dizer que é só o proletariado quem tem a missão histórica de auto-redenção e redenção da humanidade. Se em seu primórdio, o movimento operário defendeu como bandeira

de luta a emancipação do trabalhador, sem uma preocupação direta com os aspectos definidos como pertencentes à re-produção, mais recentemente, vemos a sobrevivência (como a garantia do emprego, o aumento salarial) imperarem numa quase inversão de seus objetivos. Todavia, como pudemos observar em nossa pesquisa, o conjunto das condições sociais de existência não está contemplado nas reivindicações dos trabalhadores que ainda deixam fora de suas preocupações diretas, vários outros aspectos da reprodução. Então, o movimento operário ainda continua tendo que abrir seu leque de luta, no mínimo porque é "impossível libertar os homens enquanto eles não forem capazes de adquirir o que lhes é necessário para viver: alimentação, bebida, habitação, vestuário em qualidade e quantidade perfeitas" (VOLLSTANDIG apud LEFEBVRE, 1999a, p. 45 - 46). Se este mínimo apontado, que significa suprir as necessidades reprodutivas, precisa ser adquirido para a libertação dos homens, então é preciso agregar à luta operária tais necessidades. Podemos apontar então, que, na verdade, se faz necessária uma articulação entre as lutas "fora" do mundo do trabalho com as lutas "dentro" do trabalho. Também porque o trabalho "não pode mais ser entendido em si, deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam esse redefinir constante" (THOMAZ JÚNIOR, 2002c, p. 6).

A prática dos sindicatos dos trabalhadores e das associações de moradores de Presidente Prudente nos demonstrou que ambas as entidades têm uma práxis fragmentada e que nem uma e nem outra isoladas, separadas são capazes de levar em frente uma luta que aponte a emancipação. E não só pelas dificuldades e limitações destas entidades em particular. Falar de uma luta contra-hegemônica, não é falar apenas da contestação e reapropriação do poder da classe dominante sobre as forças produtivas, como fez o movimento operário, mas é falar do poder sobre o conjunto das condições sociais de existência.

Os pressupostos economicistas que restringiram a luta do proletariado à apenas melhores condições de exploração de sua força de trabalho precisam ser superados por uma luta contra o conjunto da dominação capitalista, que se dá tanto dentro como fora do trabalho. Trata-se da superação do modo de vida capitalista e construção de um modo de vida autêntico (BIHR, 1998). E isto não

pode ser alcançado por uma práxis social regida por uma separação rígida entre mundo do trabalho e da produção e mundo fora do trabalho, ou mundo da re-produção.

Todavia, mesmo que a nova atualidade histórica demande novas estratégias, como vimos nos capítulos dois e três, a maioria dos movimentos sociais hoje, tem interesses concretos e imediatos. Na verdade, são verticais, ensimesmados, corporatizados basicamente na ordem econômica, imediatos no social e inexistentes no político. Suas "identidades" estão baseadas na saída individualista e corporativa da crise, têm caráter fragmentado e localizado em torno de objetivos econômicos e sociais isolados. Os movimentos se transformam então, em movimento problema (de apenas um problema). Suas identidades se refugiam no "light" e menos conflitivo, isto é, acolhem-se no conceito de "cidadania" e não buscam mais enfrentamentos frontais à ordem existente (PIQUERAS INFANTE, 1997).

Enquanto isso, a estrutura totalizante do capital produz não apenas mercadorias, mas também subjetividades, isto é, produz necessidades, relações sociais, corpos e mentes.

E a nova subjetividade conformada tem ressonância na sociedade como um todo, ultrapassa, portanto, os muros das fábricas, se expande e invade a sociabilidade do ser social em todas as suas dimensões, ou seja, chega também à esfera da re-produção e como vimos, repercute nas suas formas de organização de bairro, por exemplo.

E não é demais ressaltar que esta organização da subjetividade do ser social se dá para a manutenção e dominação do status quo do controle social vigente. A globalização e a mundialização do capital não afetam igualmente a todos. Se para uns significa o fim ou a intensificação da precarização dos seus meios de subsistência, para outros pode ser a possibilidade de ascender a maior controle e informação. Pois esses processos hodiernos têm por objetivo não só garantir e incrementar a taxa de lucro capitalista, mas impedir ou dificultar ao máximo a consciência comum dos trabalhadores.

Assim, diante do sistema metabólico do capital que, longe de ser fragmentado é fundamentalmente totalizante (imbricando os momentos sociais da produção e da re-produção, ou ainda, formas de objetivação e subjetivação), e busca garantir com isto o controle social, a práxis do trabalhador, seja no âmbito do viver/morar, seja no âmbito do trabalhar, não pode estar cindida. O momento histórico exige que os trabalhadores construam uma outra práxis social capaz de superar a fragmentação. Ou seja, é preciso cada vez mais que as lutas de classes se unam organicamente, que se imponham como lutas totais, que estejam atravessadas por todas as lutas contra o controle social metabólico do capital.

Neste sentido, como vimos no item 2 do capítulo dois, as metamorfoses nas regras da acumulação do capital devem ser entendidas enquanto uma experiência histórico-geográfica. Na verdade, como Harvey (1999, p. 69) nos permite avançar teoricamente, propondo uma leitura geográfica do Manifesto do Partido Comunista, não há neutralidade das estruturas e poderes espaciais na dinâmica espacial da luta de classes. A burguesia sempre se utilizou do poder mediante a mobilização do controle social sobre o espaço como força produtiva própria. E mais que isso, continuamente fortaleceu e protegeu seu poder através do mesmo mecanismo. Assim, teria que se resgatar, aspectos trabalhados no Manifesto, como construir um movimento político de diversas escalas espaciais para responder às estratégias geográficas e geopolíticas do capital, sempre levando em conta as condições histórico-geográficas então existentes (HARVEY, 1999, p. 72). Se o "remédio espacial" do capital, ou seja, suas novas territorialidades não têm fronteiras (mundialização do capital), a práxis da classe trabalhadora não está atingindo tal totalidade[1], ao contrário, encontra-se fragmentada diante da atomização das suas reivindicações econômico-corporativas, sem perspectiva coletiva, de classe, limitadas pela imediatidade da garantia do salário, do emprego, da divisão político-administrativa do Estado, das quatro paredes.

[1] Unificar-se, constituir-se em lutas totais é exigência da nova atualidade histórica, mas, evidentemente, reconhecendo que a luta de classe é diferenciada nas diferentes realidades geográficas.

Se as novas territorialidades constituídas na conformação das atuais regras da acumulação do capital expressam, sobretudo, a mudança de um controle social limitado ao mundo fabril para um controle que se espalha por todas as dimensões sociais, é porque não há neutralidade da organização espacial na dinâmica da luta de classes, ao contrário, o capital desenha sua estratégia espacial de dispersão e através da hegemonia das representações, da captura da subjetividade do trabalhador, garante que estes se dividam e se debilitem.

Vimos então, que a fragmentação da práxis social debilita a prática organizativa dos trabalhadores, que restritos em seu corporativismo e princípio imediatista das reivindicações e mobilizações, não conseguem ampliar as suas lutas e fortalecerem-se para um embate efetivo contra o metabolismo social do capital e seu sistema de controle. Neste contexto vemos as lutas sociais diluírem-se em um sem número de interesses comunitários, específicos, sem perspectiva de classe, fragmentados em lutas fixadas na esfera da produção e lutas restritas à esfera da re-produção.

Mas diante da debilitação dos trabalhadores, fragmentados e cooptados pelo capital, o que se poderia construir no lugar? Existem outras possibilidades para os trabalhadores? A partir da realidade concreta há tendências e perspectivas que sinalizem a constituição de novas referências, de outras possibilidades?

Contribui para pensar nos questionamentos acima, a consideração de que não se pode esquecer que, dialeticamente, o cotidiano, o locus de conformação da subjetividade, é, enquanto realidade concreta, multidimensional. A realidade não é fragmentada, já apontamos anteriormente. Daí a necessidade de nos atentarmos ao mesmo tempo para o possível, para a utopia e para o por vir, que contém a potencialidade da construção do novo.

Mas como deve ser este novo, a partir de que meios ele deve ser construído, o que consiste ou pode ser realmente considerado como algo novo, é bastante polêmico. Nos baseamos em dois autores para, então, sinalizarmos as tendências e perspectivas deste debate.

Em B. S. Santos (2002), por exemplo, estão reunidos vários estudos de caso de alternativas de produção, sobre as quais o autor defende que as mesmas são transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro ou nas margens do sistema capitalista, perspectivas nas quais podemos enquadrar as experiências que descrevemos no final do capítulo três. Este autor acredita que não se pode ter como único critério de êxito a transformação radical da sociedade no curto prazo, mediante a substituição do capitalismo por um novo sistema de produção.

Em obra anterior (2000), B. S. Santos coloca que a superação só pode ser pensada sobre outras bases paradigmáticas. O autor trabalha com a idéia de que vivenciamos mais que um momento de crise, isto é, um momento de transição paradigmática. Isto porque, para ele, as sociedades e culturas contemporâneas são intercalares. Assim, estaríamos vivenciando a transição entre o paradigma da modernidade e um emergente que ainda é bastante difícil de identificar. É bastante interessante a idéia de que a transição paradigmática tem duas dimensões, uma epistemológica (que ocorre entre o paradigma da ciência moderna, baseado no conhecimento-regulação e um paradigma emergente, que se basearia num conhecimento-emancipação) e outra transição societal (que se dá entre o paradigma dominante, o da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo individualista e mercadológico, das identidades-fortaleza, da democracia-autoritária, do desenvolvimento global, desigual e excludente, e um novo paradigma ou, reconhece o autor, um conjunto de paradigmas que não se pode mais que "vislumbrar sinais").

Levar em consideração tais transições, na amplitude da análise do autor permite repensar, dentro do recorte da nossa temática, que a fragmentação da análise das diferentes frentes de luta dicotomizadas em morar/viver x trabalhar, é procedente do conhecimento-regulação predominante no discurso científico dualista, fragmentado. O discurso científico se sustenta numa prática materializada na sociedade fetichizada/homogeneizada, a sociedade padronizada pelo mercado e contraditória e, concomitantemente, sociedade fragmentada, individualizada ou ensimesmada.

Segundo B. S. Santos (2000, p. 16), a concepção de estratégias emancipatórias não é mais possível no âmbito do paradigma dominante, porque nele estas estratégias acabariam por transformar-se em estratégias regulatórias.

Por outro lado, o autor nos estimula a pensar que um novo conhecimento-emancipação e uma nova sociedade são possíveis e necessários construir, uma vez que "a irracionalidade da sociedade moderna reside em ela ser produto de uma vontade particular, o capitalismo, e não de uma vontade geral, uma vontade unida e autoconsciente" (HORKHEIMER apud SANTOS, B. S. 2000, p. 25).

Por sua vez, Mészáros (1987) acredita que medidas parciais devem alavancar estratégicas para uma reestruturação radical do sistema global de controle social. Mészáros (2002, p. 1064 - 1066) retoma essa questão e a reformula "para além do capital".

Neste sentido, e aqui apuramos nossa discussão, se um dos grandes desafios dos trabalhadores hoje é articular as lutas "fora" do mundo do trabalho com as lutas "dentro" do trabalho, como vimos argumentando, somente esta articulação não garante uma luta para além do capital[2]. Segundo Mészáros (2002), há uma diferença entre o objetivo estratégico fundamental do socialismo (que é a superação do mundo do capital para uma "nova forma histórica"), e os objetivos imediatamente realizáveis, mas que são restritos porque não são garantia contra uma revitalização ou restauração potencial.

Ou seja, é necessário articular as lutas visando a superação do capital.

A crise estrutural do capital não pode ser respondida apenas com reestruturações limitadas na economia, advoga Mészáros (2002, p. 1066), mas apenas com objetivos estratégicos para a supressão radical do capital, isto é, redução do poder de regulação do capital sobre o próprio sociometabolismo.

[2] Sobre o significado de para além do capital cf.: MÉSZÁROS, 2002, p. 1064 – 1066.

Se esses são os grandes desafios dos trabalhadores hoje, debruçar sobre a questão da moradia, tanto no que respeita às abordagens teóricas, quanto à pratica de luta, exige, necessariamente, pensá-las para além de quatro paredes. Nossa tentativa foi realizar este exercício. Isto é, tomar como ponto de partida, como foco central a questão da moradia, entendida a partir da Geografia do Trabalho, dos arcabouços teóricos que nos permitissem ampliar o entendimento da nossa temática, compreendendo-a atravessada pelo mundo do trabalho, mas, da mesma maneira, um mundo do trabalho situado para além do chão da fábrica.

E então, pensar o para além de quatro paredes e o para além do chão da fábrica fundamentado no para além do capital.

referências

O DIREITO AO DELÍRIO

Eduardo Galeano. *De pernas para o ar – A escola do mundo ao avesso*

Já está nascendo o novo milênio. Não dá para levar o assunto muito a sério: ao fim e a cabo o ano 2001 dos cristãos é também o ano 1379 dos muçulmanos, o 5114 dos maias e o 5762 dos judeus. Além disso, o novo milênio nasce no primeiro de Janeiro por obra e graça de um capricho dos senadores romanos, que em determinada altura decidiram romper com a tradição que mandava celebrar o ano novo no começo de cada primavera.

A contagem dos anos da era cristã provém ainda de outro capricho: um belo dia o papa de Roma decidiu datar o nascimento de Jesus, mesmo que ninguém pudesse precisar então em que data tinha ele nascido. O tempo ri-se dos limites que inventamos para construirmos a ficção de que ele nos obedece, mas o mundo inteiro celebra e teme essa espécie de fronteira. Milénio vai, milênio vem, a ocasião é, assim, propícia para que oradores de inflamada verve possam perorar acerca do destino da humanidade, e para que os arautos da ira de Deus possam anunciar o fim do mundo. O tempo, esse, lá continua sossegado a sua caminhada ao longo da eternidade e do mistério. Verdade seja dita, porém, a uma data assim, por mais arbitrária que ela seja, não há quem resista, e ninguém escapa afinal à tentação de tentar saber como será o tempo que será.

Vá-se lá saber porém como será. Possuímos uma única certeza: no século vinte e um, ainda que possamos estar aqui, seremos todos gente do século passado e, pior ainda, seremos gente do passado milênio. Não podemos todavia tentar adivinhar o tempo que será sem que tenhamos, pelo menos, o direito de imaginar aquele que queremos que seja. Em 1948 e em 1976, as Nações Unidas proclamaram extensas listas de direitos humanos, mas a imensa maioria da humanidade não tem senão o direito de ver, de ouvir e de calar. Que tal se começássemos a exercer o nunca proclamado direito de sonhar? Que tal se delirássemos por um pouco? Vamos então lançar o olhar para lá da infâmia, tentando adivinhar outro mundo possível.

No próximo milênio o ar estará limpo de todo veneno que não venha dos medos humanos e das humanas paixões. Nas ruas, os automóveis serão esmagados pelos cães. As pessoas não serão programadas por computador, nem compradas no supermercado, nem espiadas por televisor. O televisor deixará de ser o membro mais importante da família e será tratado como o ferro de engomar ou a máquina de lavar a roupa. As pessoas trabalharão para viver, em vez de viverem para trabalhar. Será incorporado nos códigos penais o delito de estupidez, que cometem todos aqueles que vivem para ter ou para ganhar, em vez de viverem apenas para viver, como canta o pássaro sem saber que canta e como brinca a criança sem saber que brinca. Em nenhum país serão presos os jovens que se recusem a cumprir o serviço militar. Os economistas não chamarão nível de vida ao nível de consumo, nem chamarão qualidade de vida à quantidade de coisas. Os cozinheiros deixarão de considerar que as lagostas gostam de ser cosidas vivas. Os historiadores deixarão de crer que existiram países que gostaram de ser invadidos. Os políticos não acreditarão mais que os pobres adoram comer promessas. A solenidade deixará de se julgar uma virtude e ninguém tomará a sério nada que não seja capaz de assumir. A morte e o dinheiro perderão os seus poderes mágicos, e nem por disfunção ou por acaso será possível transformar o canalha em cavalheiro virtuoso. Ninguém será considerado herói ou louco só porque faz aquilo que acredita ser justo, em vez de fazer aquilo que mais lhe convém. O mundo já não se encontrará em guerra contra os pobres, mas sim contra a pobreza, e a indústria militar não terá outro caminho senão declarar a falência. A comida não será uma mercadoria, nem a comunicação um negócio, porque a comida e a comunicação são direitos humanos. Ninguém morrerá de fome porque ninguém morrerá de indigestão. As crianças de rua não serão tratadas como se fossem lixo, porque não haverá crianças de rua. Os meninos ricos não serão tratadas como se fossem dinheiro porque não existirão meninos ricos. A educação não será um privilégio apenas de quem possa pagá-la. A polícia não será a maldição daqueles que não podem comprá-la. A justiça e a liberdade, irmãs siamesas condenadas a viverem separadas, voltarão a juntar-se, bem unidas ombro com ombro. Uma mulher, negra, será presidente do Brasil e outra mulher, negra também, será presidente dos Estados Unidos da América; uma mulher índia governará a Guatemala, e outra o Peru. Na Argentina, as loucas da Praça de Maio serão um exemplo de saúde mental, porque se negaram a esquecer em tempos de amnésia obrigatória. A Santa Madre Igreja corrigirá os erros das tábuas de Moisés, e o sexto mandamento mandará festejar o corpo. A Igreja ditará também outro mandamento que havia sido esquecido: "Amarás a natureza, da qual fazes parte". E serão reflorestados os desertos do mundo e os desertos da alma.

Os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles são aqueles que desesperaram de tanto esperar e os que se perderam de tanto procurar. Seremos compatriotas e contemporâneos de todos os que tenham desejo de justiça e desejo de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem as fronteiras do mapa e do tempo. A perfeição continuará a ser o aborrecido privilégio dos deuses, mas, neste mundo imperfeito e exaltante, cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro.

REFERÊNCIAS

ALABART, A.; GARCÍA, S.; GINER, S. Clase, poder y ciudadanía: a modo de introducción. In: ___. (orgs.) **Clase, poder y ciudadanía**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 1994. p. 1 - 16.

ALAIN C. **El impase ciudadanista**: contribuición a uma crítica del ciudadanismo. Disponível em: <www.altediciones.com/t05.htm>. Acesso em: jan. 2003.

ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: Praxis, 2001.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, W. R. De quem é o espaço? Estado x sociedade nas cidades brasileiras. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 15, p. 18 - 27, set. 1993.

AMMANN, S. B. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, R. A crise e os sindicatos. **Revista Teoria & Debate**. São Paulo, n. 20, p. 66 - 69, abr. 1993.

_____. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, A. (org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, A. A crise da sociabilidade. In: _____. **Da grande noite à alternativa:** o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 143 - 162.

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria do planejamento. **Cadastro técnico imobiliário**. Presidente Prudente, 1998.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria do planejamento. **Cadastro técnico imobiliário**. Presidente Prudente, 2000.

CARVALHAL, M. D. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP**: elementos para uma "leitura" geográfica. 2000a. 216 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 97 - 118, set. 2000b.

CHAUÍ, M.; SYLVIA, M.; FRANCO, C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAVEZ, D. **FUCVAM, la historia viva - testimonios de organización y lucha**: el cooperativismo de vivienda por ayuda mutua en el Uruguay. Montevideo: FUCVAM, 1990.

COCCO, G. A produção e a cidade no pós-fordismo: as noções de trabalho imaterial e de bacia de trabalho imaterial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPUR, 6., 1996, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1996. p. 1163 – 1177.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo, 2002.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

EVERS, T.; MLLER-PLANTENBERG, C.; SPESSART, S. Movimentos de bairro e estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉIS, J. A. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 110 - 60.

EVERS, T.; MLLER-PLATENBERG, C.; SPESSAST, S. **Movimentos de bairro x Estado na América Latina**. São Paulo: 13 de maio – Núcleo de Educação Popular, 1987. Cartilha.

FALTA de moradias afeta 12% dos brasileiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 2, Caderno C, 20 jan. 2002.

FURINI, L. A. **Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente (SP)**. 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GALEANO, E. **Patas arriba**: la escuela del mundo al revés. 4. ed. Madrid: Siglo XXI de España, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. **Da geografia às geografias**: um mundo em busca de novas territorialidades. Associação dos geógrafos brasileiros. Disponível em: <www. cibergeo.org/agbnacional/documentos>. Acesso em: maio 2002.

GONÇALVES, M. de A. **A territorialização do trabalho informal**: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente. 2000. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GORGEN, S. A. (org.) **Riscos dos transgênicos**. São Paulo: Vozes, 2000.

GUIMARÃES, R. B. et. al. A exclusão social em Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

HARVEY, D. La geografía del poder de clase. **Revista Viento del Sur**. [S.l.], n. 14, p. 49 - 72, mar. 1999.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 6, p. 6 - 35, 1982.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977.

IKUTA, F. K. **A luta pela moradia em Presidente Prudente para além de quatro paredes**: uma contribuição para a reflexão geográfica dos movimentos sociais urbanos. 2001a. Relatório Parcial de Pesquisa/FAPESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2001a.

_____. **Análise da localização, propriedade e comercialização dos vazios urbanos e seu papel na estruturação do espaço urbano em Presidente Prudente**. 1998. Relatório de Pesquisa/PIBIC/CNPq - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1998.

_____. **(Re)Territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em Presidente Prudente (SP) e a participação do movimento popular de luta pela moradia e do Estado (municipal)**: dinâmica do conflito e configuração atual. 2000a. Relatório Parcial de Pesquisa/FAPESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

_____. **Vazios urbanos em Presidente Prudente-SP**: acompanhamento e avaliação dos enclaves na ocupação do espaço urbano. 1997. Relatório de pesquisa/PIBIC/CNPq - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1997.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Escritos urbanos. São Paulo: 34, 2000.

LA FLEXIBILIDAD laboral: aparato ideológico y dispositivo disciplinario. **Archipiélago**. Barcelona, n. 48, p. 29 – 36, out. 2001. Entrevista a Richard Sennett.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizontel, UFMG, 1999b. (Humanitas)

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LERRER, D. F. **A Farmácia Viva das mulheres do MST**. Disponível em: <www.pt.org.br/san/farmaciavivamst.doc>. Acesso em: 01 jul. 2003.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, F. M. N. **Trabalho e estranhamento**: ruptura ou continuidade do pensamento de Marx. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/fatima.htm>. Acesso em: 03 maio 2003.

LUCAS, F. da M. O lazer no âmbito das políticas públicas de combate à exclusão social em Presidente Prudente – SP: o lazer vivenciado pelo jovem de 14 a 19 anos em áreas de exclusão. In: FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 4., 2003, Presidente Prudente. **Anais**... Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003, 1 CD-ROM.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As representações e o possível. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 87 – 97.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. In: _____. [S.l.: s.n.], 1998. Disponível em: <www.rbc.org.br/redes/revolu%E7%E3o%20das%20redes.doc>. Acesso em: abr. 2003.

_____. **Redes de colaboração solidária**: construindo uma nova sociedade. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/rede.htm>. Acesso em: abr. 2003.

MARACCI, M. T. **O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente (São Paulo)**. Presidente Prudente, 1998. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista.

MARTINS, J. de S. Cidadania, movimentos sociais e entidades de mediação. In: MARTINS, J. de S. et al. **Discutindo a assessoria popular**. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular/FASE, 1992.

MELAZZO, E. S. **Expansão territorial e transformações intraurbanas e dinâmica do mercado imobiliário em Presidente Prudente** – 1975 - 1990. Presidente Prudente, 1990. (Mimeograf.)

_____. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas**: o caso de Presidente Prudente- SP. Rio de Janeiro: 1993. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MELO, J. **O banco de palmas**. Disponível em: <www.flem.org.br/cadernosflem/Artigos/Cadernos5/Cadernos5-BancoPalmas.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2003.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. **Marx:** a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOREIRA, R. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. In: **Trabalho e tecnologia**: o processo de globalização. [S.l]: CNM, 1998.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru, v. 2 , n. 22, p. 19 – 23, ago. 2002.

MSTU anuncia a construção de 229 apartamentos. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 6 jul. 2000, Caderno B, p. 1.

O ASSENTAMENTO Anita Garibaldi. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n. 14. p. 134 – 149, [19-?]. Entrevista.

O DESAFIO de transformar o inabitável. **Revista Sebrae**. Disponível em: <http://200.252.248.103/sites/revistassebrae/07/temadecapa_05.htm> Acesso em: 20 jun. 2003.

OLIVER COSTILLA, L. F. América Latina: Entre la gobernabilidad, la democracia y la nueva sociedad civil. **Nomadas 2 - Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**. Disponível em: <www.ucm.es/info/eurotheo/nomadas/2/lfoliver1.htm>. Acesso em: jan. 2003.

OS sentidos do trabalho e da vida: o sociólogo Ricardo Antunes fala sobre os novos desafios da classe trabalhadora. **Correio Cidadania**, Disponível em: <www.correiocidadania.com.br/ed214/economia3.htm> Acesso em: maio 2003. Entrevista.

PERUZZO, D. **Habitação**: controle e espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

PIQUERAS INFANTE, A. **Conciencia, sujetos colectivos y práxis transformadoras en el mundo actual**. Madri: SODePAZ, 1997.

PINHEIRO, S. **Transgênicos**: o fim do gênesis. [S.l.]: POA, 1999.

PROJETO beneficia 40 famílias. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 4, Caderno B, 6 jun. 1999.

PROJETO moradia. **Instituto Cidadania**, São Paulo: [s. n.] 2000.

RAICHELIS, R. Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Cadernos ABONG**. Disponível em: <www.rebidia.org.br/assis/cnas3.html>. Acesso em: 28 dez. 2001.

RAMOS, M. H. R. Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialiades: as redes de cooperação política. In: RAMOS, M. H. R. (org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 35 – 64.

RAMOS, M. H. R.; BARBOSA, M. J. de S. Globalização, novas relações econômicas e impactos em cidades brasileiras. In: RAMOS, M. H. R. (org.) **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 85 – 111.

RANGEL, M. C. **Restos humanos em mobilidade**: casa de passagem de Presidente Prudente e a mobilidade do (não) trabalho – 1988-1996. São Paulo, 1996. 99 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RANIERI, J. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 1991.

RUSCHEINSKY, A. **Metamorfoses da cidadania**: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SANTOS, A. **Trabalho e globalização**: a crise do sindicalismo propositivo. [S.l.]: Praxis, 2001.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000, v. 1.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

_____. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.2.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. **Reforma urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE, UFRJ-IPPUR, 1995.

SEM-TETO prometem invasões em PP. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, 24 mar. 1999. Caderno 3, p. 1.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, V. C. P. da. **Ícones de uma cidade em expansão**: Imaginário e Memória. Presidente Prudente, 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. p. 41 - 76.

SIMESPP;UNESP/ FCT;PMPP. **Sistema de informação para a tomada de decisão municipal** (Relatório de pesquisa). Presidente Prudente, 2000. Disponível em: <www.simespp.prudente.unesp.br>. Acesso em: 05 jan. 2002.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

SOBARZO, O. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente**: análise dos condomínios horizontais. Presidente Prudente, 1999. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. Los condominios horizontales en Presidente Prudente, Brasil. In: CABRALES, Luis Felipe (coord.). **Latinoamérica**: países abiertos, ciudades cerradas. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/UNESCO, 2002. p. 423 - 439.

Socioeconomia solidária: transformando as relações de produção e consumo. **La insignia**. Disponível em: <www.lainsignia.org/2002/mayo/econ_060.htm> Acesso em: 20 jun. 2003.

SPOSITO, E. S. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. São Paulo, 1990. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.

SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., GARMS, A. **O crescimento urbano e a questão da moradia popular de Presidente Prudente – SP**. Presidente Prudente: [S. n, 199?] (Mimeogr.).

SPOSITO, M. E. B. A expansão territorial urbana de Presidente Prudente. **Recortes**. Presidente Prudente, n. 4, p. 7 - 27, 1995.

_____. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. Rio Claro, 1983. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IBGE/Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____. (org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001a.

SPOSITO, M. E. B., GUIMARÃES, R. B. (orgs.) **Conjuntura Prudente 1997**. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1997.

TITTONI, J. **Subjetividade e trabalho**: a experiência no trabalho e sua expressão na vida do trabalhador fora da fábrica. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Entre cercas e muros**: o movimento popular pela moradia de Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991a. (Mimeogr.).

_____. "Leitura" geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 24, 1998. Edição especial do XVII Encontro Estadual de Professores de Geografia

THOMAZ JÚNIOR, A. **Movimentos sociais populares**: entraves à unificação orgânica (uma contribuição ao debate). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1992. (Mimeogr.).

_____. **Nasce uma centelha**: o movimento popular pela moradia de Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991b. (Mimeogr.).

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, v. 3, n. 3, p. 6 - 19, out. 2002c.

_____. Por uma geografia do trabalho: reflexões preliminares. **Revista eletrônica do IV Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2002b. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm >.

_____. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical na agroindústria canavieira paulista). São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2002a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Faculdade de ciências e tecnologia. **Educação ambiental e o gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. [200-] Presidente Prudente. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/egires/>. Acesso em: 25 jun. 2003.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 - 103.

VALENTE, L. P. Lazer e vida urbana em Presidente Prudente-SP. In: FÓRUM DE CIÊNCIAS DA FCT, 4., 2003, Presidente Prudente. **Anais**... Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003, 1 CD-ROM.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. México: Siglo XXI. 1987.